

JOSIAS REIS DE ARRUDA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
(UFV): TRAJETÓRIA, AVANÇOS E DESAFIOS A PARTIR DA INSTITUIÇÃO
DO PROEXT**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca da Universidade Federal
de Viçosa - Câmpus Rio Paranaíba**

T

A779e
2018

Arruda, Josias Reis de, 1987-

Extensão universitária na Universidade Federal de Viçosa (UFV) : trajetória, avanços e desafios a partir da instituição do PROEXT / Josias Reis de Arruda. – Florestal, MG, 2018.
xi, 98f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Orientador: Adriana Ventola Marra.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.88-97.

1. Extensão Universitária. 2. Gestão. 3. PROEXT. 4. UFV.
I. Universidade Federal de Viçosa. Instituto de Ciências Humanas e Sociais -Rio Paranaíba. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional-PROFIAP/UFV.
II. Título.

378.1554

JOSIAS REIS DE ARRUDA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV):
TRAJETÓRIA, AVANÇOS E DESAFIOS A PARTIR DA INSTITUIÇÃO DO
PROEXT**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

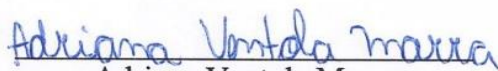
APROVADA: 19 de dezembro de 2018



Wanderson Ferreira de Souza



Odemir Vieira Baêta
(Coorientador)



Adriana Ventola Marra
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me guiar e sempre colocar as pessoas certas em minha vida.

Aos meus pais, João (em memória) e Maria, que fizeram tudo que era possível e, às vezes, coisas que pareciam impossíveis para educar os seus filhos. Apesar de não terem elevado conhecimento formal, mostraram ser especialistas nas mais importantes disciplinas da vida, como respeito, amor, honestidade, enfim, entender que todos nós temos um pouco a ensinar e muito a aprender.

À Gisele, minha esposa, que esteve ao meu lado e soube compreender as dificuldades desta caminhada. Às vezes com carinho, palavras de incentivo ou de cobrança e, em alguns momentos, com o silêncio, ajudaram-me a não desistir.

À Prof^a Adriana, minha orientadora, pela confiança, conselhos, paciência e por acreditar em mim nos momentos em que achei que não seria possível.

Ao Prof. Odemir, por compreender as dificuldades dos servidores estudantes e acreditar no crescimento da UFV a partir da qualificação dos seus servidores.

Aos meus coorientadores, Débora e Afonso, pelos direcionamentos e disponibilidade.

Aos amigos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, pelo apoio, conselhos e contribuições neste trabalho.

À UFV por proporcionar esta oportunidade e, via PEC, promover as condições necessárias para que eu pudesse aprimorar meus conhecimentos.

Aos colegas do PROFIAP, que muito contribuíram em todos os momentos, principalmente, nos momentos de maior apreensão.

Aos amigorientadores, Lucas, Fábio, Ana Luiza, Carla e Fernanda, pelas dicas e contribuições sempre oportunas.

Aos demais amigos e colegas, que tornaram esta etapa de escrever o trabalho final menos solitária, mais leve e prazerosa.

Por fim, ressalto que este singelo texto não é suficiente para expressar a gratidão que tenho a todos que direta ou indiretamente colaboraram com a construção deste trabalho. Muito obrigado!

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	iv
LISTA DE QUADROS	v
LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE SIGLAS	vii
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
1 INTRODUÇÃO	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 As universidades no Brasil e no mundo: breve histórico	7
2.1.1 Universidades no Brasil	13
2.1.2 Discussões acerca do futuro da universidade brasileira	24
2.2 Extensão	28
2.2.1 Histórico da Extensão Universitária.....	30
2.2.2 Reflexões e conceitos acerca da Extensão Universitária	38
2.2.3 Indicadores de avaliação da extensão	45
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1 Classificação da pesquisa.....	49
3.2 Objeto de estudo e unidade empírica de análise	49
3.3 Coleta de dados.....	55
3.4 Análise dos dados	56
4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	59
4.1 O PROEXT a partir dos editais de 2003 a 2015.....	59
4.2 A Extensão Universitária Ufeviana no Século XXI.....	73
4.3 PROEXT na UFV.....	77
4.4 Avanços e desafios da extensão na UFV a partir do PROEXT	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
Anexo A – Organograma Geral da UFV	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do número de instituições por natureza e dependência administrativa, no período de 2003 a 2017.	21
Gráfico 2 – Evolução do número de estudantes matriculados em cursos de graduação na UFV (2003-2017)	54
Gráfico 3 – Relação entre as evoluções da quantidade de órgão parceiros e linhas temáticas do PROEXT (2003 a 2015).	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Extensão Universitária no Brasil: concepções, funções, ações	40
Quadro 2 – Concepções de extensão e sua relação com ensino e pesquisa	41
Quadro 3 – Elementos de observação para a análise de processos participativos	47
Quadro 4 – Categorias de análise	57
Quadro 5 – Evolução dos programas lançados de 2003 a 2015.....	61
Quadro 6 – Instituições de Ensino Superior aptas a submeterem propostas aos editais PROEXT.....	63
Quadro 7 – Evolução das linhas temáticas contempladas pelo MEC por meio dos editais do PROEXT (2003 a 2008).	67
Quadro 8 – Evolução das linhas temáticas contempladas e órgãos parceiros pelos editais do PROEXT (2009 a 2015).	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do número de Matrículas de Graduação por Organização Acadêmica, segundo Categoria Administrativa – Brasil – 2003-2017	22
Tabela 2 – Evolução da matrícula Cursos de graduação por Modalidade de Ensino e Categoria Administrativa Brasil - 2003 a 2017	22
Tabela 3 – Panorama das Universidades Federais Brasileiras	23
Tabela 4 – Evolução da execução orçamentária (R\$) – LOA UFV (2003-2017)	55
Tabela 5 – Quantidade e valores máximos das propostas submetidas aos editais PROEXT (2003-2015)	71
Tabela 6 – Quantidade de propostas submetidas e contempladas com recursos e volume de recursos aprovados por meio dos editais PROEXT (2003-2015)	72
Tabela 7 – Evolução do número de bolsas dos programas institucionais de bolsas.....	76
Tabela 8 – Evolução dos recursos captados pelo PROEXT pela UFV.	77
Tabela 9 – Período de execução dos recursos do PROEXT captados entre 2014 e 2015.	78
Tabela 10 – Propostas aprovadas pela UFV por Linhas temáticas (2010-2015).....	79
Tabela 11 – As Universidades Federais que mais captaram recursos provenientes dos editais PROEXT publicados nos anos de 2010 a 2015.....	80
Tabela 12 – As 10 Universidades Federais que mais aprovaram propostas nos editais PROEXT (2010-2015).....	80
Tabela 13 – Evolução das atividades de extensão desenvolvidas pela UFV (2003-2017).....	82

LISTA DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABE	Associação Brasileira de Ensino
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
AIA	<i>International Association for Economics and Social Development</i>
MAS	Assessoria de Movimentos Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAp-Coluni	Colégio de Aplicação
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCE	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCH	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
CEC	Centro de Excelência do Café das Matas de Minas
CEDAF	Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal
CEE	Centro de Ensino de Extensão
CEFET	Centros de Educação Tecnológica
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
CONSU	Conselho Universitário
CPAE	Comissão Permanente de Avaliação de Extensão
CRP	Campus UFV–Rio Paranaíba
CRUTAC	Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
CTEC	Conselho Técnico de Extensão e Cultura
DAC	Divisão de Assuntos Culturais
DEV	Divisão de Eventos
DEX	Divisão de Extensão
DOU	Diário Oficial da União
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EDT	Editora UFV
EIV	Estágios Interdisciplinares de Vivência
EMAF	Escola Média de Agricultura de Florestal

EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
EUA	Estados Unidos da América
FAP	Fundações de Amparo a Pesquisa
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior
FUNARBEX	Programa Funarbe de Apoio à Extensão
GT	Grupo de Trabalho
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IPES	Instituições Públicas de Educação Superior
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDH	Laboratório de Desenvolvimento Humano
LDI	Laboratório de Desenvolvimento Infantil
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NAPE	Núcleo de Apoio a Programas e Projetos de Extensão
NDT	Núcleo de Difusão de Tecnologia
NEAd/UFV	Núcleo de Educação de Adultos da Universidade Federal de Viçosa
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PET	Programa de Educação Tutorial
PGM	Programa Gilberto Melo
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBEX-JR	Programa Institucional de Bolsas de Extensão - Categoria Júnior

PNAES	Plano de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEU	Política Nacional de Extensão Universitária
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura do Governo Federal
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI	Projetos Pedagógicos Institucionais
PPO	Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PROCULTURA	Programa Institucional de Bolsas de Cultura e Arte
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROEXTE	Programa de Fomento à Extensão Universitária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
RAEX	Registro de Atividades de Extensão
RENEX	Rede Nacional de Extensão
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RLI	Diretoria de Relações Interinstitucionais
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIEXBRASIL	Sistema Nacional de Informações de Extensão Universitária
SIGProj	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
URJ	Universidade do Rio de Janeiro

RESUMO

ARRUDA, Josias Reis de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2018. **Extensão Universitária na Universidade Federal de Viçosa (UFV): trajetória, avanços e desafios a partir da instituição do PROEXT.** Orientadora: Adriana Ventola Marra. Coorientadores: Odemir Vieira Baêta, Affonso Henrique Lima Zuin e Débora Carneiro Zuin.

Este trabalho tem como objeto a extensão universitária na Universidade Federal de Viçosa (UFV). No intuito de elucidar a temática, utilizou-se como referência o período de 2003 a 2017, período de execução do único programa de fomento das ações extensionistas em âmbito nacional, Programa de Extensão Universitária (PROEXT). O objetivo geral buscou conhecer e compreender a trajetória da Extensão Universitária na Universidade Federal de Viçosa, tendo como eixo a implantação e execução do PROEXT. Para isto orientou-se por quatro objetivos específicos: primeiramente, descrevendo a criação e o processo de implantação do PROEXT a nível nacional, para tanto se utilizou como principal fonte de dados os 13 editais do programa publicados entre 2003 e 2015; posteriormente, descreveu-se o processo histórico da Extensão Universitária no âmbito da UFV; caracterizou-se as ações de extensão da UFV antes, durante e depois do PROEXT; e, por fim, identificar os avanços e os desafios da extensão na UFV a partir da criação do PROEXT, que teve por base os critérios de avaliação, conforme FORPROEX (2017) e a vivência do pesquisador, enquanto estagiário e servidor da UFV, lotado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Ao longo deste estudo, discutiu-se acerca da extensão universitária e o contexto ao qual está inserida, portanto, torna-se inevitável um debate sobre as universidades. Realizou-se um resgate histórico para facilitar o entendimento e sustentar as discussões que se seguiram. Neste estudo de caso, utilizou-se a estatística descritiva no intuito de compilar os dados coletados a partir, principalmente, dos editais do PROEXT publicados entre os anos de 2003 a 2015 e os Relatórios de Atividades da UFV que tiveram por base o período de 2003 a 2017. A análise de conteúdo foi utilizada para aprofundar as análises acerca da evolução da extensão universitária na UFV a partir do PROEXT, identificando os avanços e propondo desafios. A partir disso, foi possível compreender a importância do financiamento da extensão universitária para uma instituição pública de ensino superior, pois proporciona avanços, principalmente acerca da sistematização e contribui para a avaliação. Como limitações deste programa ressalta-se o fato de ter sido instituído a partir de uma política de edital, o que facilita sua interrupção abrupta.

ABSTRACT

ARRUDA, Josias Reis de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2018. **The university extension in the Federal University of Viçosa (UFV): trajectory, advances and challenges from the institution of PROEXT.** Advisor: Adriana Ventola Marra. Co-advisors: Odemir Vieira Baêta, Affonso Henrique Lima Zuin and Débora Carneiro Zuin.

This work aims to study the university extension in the Federal University of Viçosa (UFV). In order to elucidate the subject, the period from 2003 to 2017 is used as reference, since it was the implementation period of the only program to promote national extension actions, the University Extension Program (PROEXT). The general objective is to know and understand the trajectory of the University Extension in the Federal University of Viçosa, with the implantation and execution of PROEXT as its axis. This study is guided by four specific objectives: first, to describe the creation and the process of implementation of PROEXT at national level, using the 13 public notices published between 2003 and 2015 as the main source of data; then, to describe the historical process of the University Extension within the university; to characterize the UFV extension actions before, during and after PROEXT; and, finally, to identify the progress and challenges of extension in UFV from the creation of PROEXT, basing on evaluation criteria, according to FORPROEX (2017), and the experience of the researcher, as intern and server of UFV, situated in the Pro-Rectorate of Extension and Culture. Throughout this study, is discussed the university extension and the context to which it is inserted, therefore, a debate about the universities becomes unavoidable. A historical rescue is made to facilitate understanding and support the discussions that follow it. In this case study, descriptive statistics were used in order to compile data collected mainly from the PROEXT public notices published between the years 2003 and 2015 and the UFV Activity Reports from the period between 2003 and 2017. The content analysis is used to deepen the analyzes about the evolution of university extension in UFV with the program PROEXT, identifying the advances and proposing challenges. From this it is possible to understand the importance of the financing of the university extension for a public institution of higher education, because it provides advances, mainly regarding to the systematization, and contributes to the evaluation. As limitations of this program it is emphasized the fact that it was instituted from a public notice policy, which facilitates its abrupt interruption.

1 INTRODUÇÃO

A universidade, desde a sua criação no século XI, manteve-se focada em atender um nicho de mercado bem específico, o “público intelectual”. Estas instituições, por vezes se mantiveram fechadas às demandas externas, insensíveis aos problemas sociais, definindo o que pesquisar, quando e para quem. Porém, é fundamental adaptar-se diante do novo cenário de democratização e disseminação do conhecimento para os demais setores da sociedade (ALMEIDA FILHO, 2008; SANTOS, 2011; TAKAHASHI, 2014).

Diante desta realidade, afirma Dagnino (2015), as universidades brasileiras do século XXI não atendem às expectativas da coletividade, pois enquanto os problemas são multidisciplinares, estas instituições se mantêm divididas em departamentos e em estruturas rígidas. Portanto, conclui o autor, é salutar que se faça uma reforma universitária tendo como ponto de partida a extensão universitária, que pode ser entendida, segundo Santos (2004), como o diálogo entre a universidade e a sociedade civil, ou seja, uma troca de saberes para o desenvolvimento de ambas as partes.

Assim, a extensão universitária, juntamente com o ensino e a pesquisa formam o tripé das universidades. Estas, na concepção de Wanderley (1986), podem ser entendidas como espaços onde interagem as diferentes áreas do conhecimento e culturas. Estas instituições, conforme a Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 207, “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Desde o início, a extensão universitária assumiu diversos papéis nesta relação entre universidade e sociedade. Quando as instituições de ensino se apresentavam como únicas detentoras do saber, sua função era transmitir o conhecimento gerado à comunidade. Em outra circunstância, assumiu um caráter mais assistencialista, e, por fim, pode ser compreendida como o elo com a sociedade, e é por meio dela que a universidade estabelece a troca de saberes, científico com o conhecimento popular, ou seja, ensina e aprende, concomitantemente. Neste contexto, a extensão universitária assume o papel de diálogo com a sociedade. Esta interação com a sociedade gera uma polissemia, pois varia de acordo com a vertente ideológica de cada pesquisador e, principalmente, o contexto histórico ao qual a universidade está inserida (JEZINE, 2004).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX), desde sua criação em 1987, busca garantir uma política de fomento para os programas e projetos de extensão, assegurando a continuidade das suas atividades. Isto poderia ser realizado, segundo o Fórum, a partir da criação, no Ministério da Educação (MEC), de um fundo especial de financiamento ou então, por se tratar de uma atividade acadêmica, que combinado à pesquisa e ao ensino forma o tripé da universidade, estabelecer linhas de pesquisas voltadas para atender a extensão universitária dentro dos órgãos financiadores da pesquisa, como as Fundações de Amparo a Pesquisa (FAP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), ou criar organizações semelhantes a estes com o objetivo de financiar ações extensionistas (FORPROEX, 1987).

Nesta perspectiva, no ano de 2012, foi criada a Política Nacional de Extensão Universitária. Esta, segundo FORPROEX (2012), contempla diretrizes, princípios, ações e desafios para que a extensão alcance de fato o reconhecimento, de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, por parte da sociedade e poder público. O Fórum ressalta que dentre os principais desafios da extensão, encontram-se: o alcance de apoio financeiro de forma contínua para as ações extensionistas e sua institucionalização.

Em 2003 foi criado, ou melhor, como afirma Nogueira (2003), retomado um programa que atendia, mesmo que ainda de maneira incipiente, aos anseios por uma fonte permanente de financiamento às atividades extensionistas. Por meio do decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, foi instituído, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) com o intuito de, conforme artigo 1º, “apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade” (BRASIL, 2008).

Desde a criação dos editais anuais do PROEXT, o MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu), em parceria com outros órgãos da administração pública federal, especialmente ministérios, incentivou a elaboração e execução de programas e projetos de extensão universitária pelas Instituições de Ensino Superior (IES), disponibilizando recursos financeiros para as melhores propostas elaboradas pelos docentes das Instituições Federais, Estaduais, Municipais, incluída nos editais lançados a partir de 2012, e Comunitárias, apenas no edital PROEXT lançado em 2015, de Ensino Superior. Ressalta-se que houve uma tendência de aumento no volume

de recursos disponibilizados, partindo de 4,5 milhões de reais, edital publicado em 2003, para mais de 100 milhões, no certame de 2014, até o último edital lançado em 2015, mais de 55 milhões de reais, para execução 2016 e 2017, sendo aprovadas, nestes 13 editais, 5120 propostas, programas e/ou projetos de extensão universitária, totalizando 487,83 milhões de reais nos 13 editais ¹.

O PROEXT consolidou-se e, com aumentos no aporte de recursos, apresentou-se como um sinal promissor de atender as demandas latentes, quanto ao financiamento, da comunidade acadêmica mais preocupada com o fazer extensionista. Porém, desde 2016 não houve um novo edital ou mesmo um posicionamento por parte do MEC em relação a isto.

Em uma entrevista concedida a Revista Brasileira de Extensão Universitária, Deus (2017), é categórica ao afirmar que a principal batalha travada pelos Pró-Reitores de Extensão é o financiamento. Além disso, divide as práticas extensionistas em dois períodos, antes e depois do PROEXT, uma vez que este alavancou atividades necessárias às comunidades envolvidas. Essa temática fica evidente pelos Pró-Reitores em seus fóruns nacionais considerando que em todas as cartas, disponíveis no site da Rede Nacional de Extensão (RENEX), geradas a partir das reuniões do FORPROEX, desde 2014, é abordada a questão do financiamento da extensão como uma das prioridades. O PROEXT foi o que mais se aproximou disso, portanto, estudar os seus efeitos pode ser um dos caminhos para entender a importância de incentivos financeiros à extensão.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) é uma das pioneiras em extensão universitária no país. A Semana do Fazendeiro, realizada em 14 de julho de 1929, é considerado um marco, pois, segundo Gurgel (1986), esta foi a primeira atividade extensionista, sistematizada em conformidade com o modelo norte-americano de prestação de serviços ao meio rural. Ressalta-se que este evento, que em 2018 aconteceu a 89ª edição, ocorre anualmente, de forma ininterrupta.

É neste contexto de pioneirismo e busca por fontes de financiamento para as ações extensionistas que se deu o meu primeiro contato com extensão universitária. Em 2011, em decorrência do aumento no volume de recursos captados por meio do edital PROEXT publicado em 2010, ingressei, como estagiário e, posteriormente, em 2013,

¹ Este parágrafo foi elaborado a partir de informações extraídas dos editais do (PROEXT) publicados pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu), nos anos de 2003 a 2015. Disponíveis em: <<http://portal.impresanacional.gov.br/web/guest/inicio>>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

como servidor me mantive na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC) da UFV integrando a equipe que atuou na gestão dos recursos do PROEXT até 2017, período em que foi disponibilizado o maior volume de recursos anualmente, e que a UFV, acompanhando esta tendência, aprovou maior quantidade de programas e projetos. Estar imerso neste ambiente, além de despertar em mim o interesse por conhecer e compreender melhor este universo, facilitou a execução deste trabalho em virtude de entender melhor a dinâmica dos editais e prazos de execução.

Apesar do fim, ou pausa, deste programa de fomento à extensão universitária, pois 2018 foi o terceiro ano sem edital PROEXT, continuo atuando na PEC, no intuito de dar suporte administrativo e técnico nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística, atendimento à comunidade acadêmica e sociedade e apoio nas atividades de extensão. Diante desta vivência, surge a inquietação sobre a forma que esta fonte de financiamento, oriundos destes editais, contribuiu para a extensão universitária, no âmbito da UFV, como um todo.

Partindo do pressuposto que os programas e projetos de extensão são multidisciplinares, portanto não se configuram ações isoladas e que, a UFV, tem a possibilidade de aplicar os seus recursos, que possivelmente seria para financiar parte destas ações contempladas pelo PROEXT, em outras atividades emerge a seguinte indagação: Como foram configuradas as ações de extensão na Universidade Federal de Viçosa durante a vigência do PROEXT?

Diante disto, o objetivo geral deste trabalho foi o de conhecer e compreender a trajetória da Extensão Universitária na Universidade Federal de Viçosa tendo como eixo a implantação e execução do PROEXT.

De forma específica, os objetivos visam: (i) descrever a criação e o processo de implantação do PROEXT a nível nacional; (ii) descrever o processo histórico da Extensão Universitária na UFV; (iii) caracterizar as ações de extensão da UFV antes, durante e depois do PROEXT e; (iv) identificar avanços e desafios da extensão na UFV a partir da criação do PROEXT.

Buscando compreender o contexto das universidades é salutar entender todos os aspectos e dimensões. Ensino-pesquisa-extensão é a base destas instituições de forma indissociável. A extensão universitária, responsável por dialogar com a sociedade, foi a última a ser criada no século XIX. Além disso, o acesso ao financiamento em caráter permanente tem sido uma luta constante do FORPROEX. Diante disso, esta pesquisa justifica-se por avançar no debate acerca da importância da extensão, bem como, o

quanto que o fomento às atividades contribui para o avanço, tanto no âmbito no aumento na capacidade de atendimento à sociedade quanto nos debates e estabelecimento de diretrizes e sistematização.

Para analisar o estado da arte da pesquisa sobre a extensão universitária na UFV, realizou-se uma busca no periódico CAPES, utilizando-se como filtro os termos gestão e extensão universitária. Foram encontrados 104 trabalhos e, a partir de um recorte temporal dos últimos cinco anos, destacaram-se alguns trabalhos que utilizam o PROEXT como parâmetro, reconhecendo o seu papel no avanço desta dimensão da universidade. Para avançar no entendimento acerca da extensão universitária, toma-se como base os trabalhos de Incrocci e Andrade (2018), que analisaram a forma que a extensão universitária tem ganhado espaço utilizando como parâmetro os editais do PROEXT, ressaltando a importância deste como o primeiro e mais importante programa de financiamento das atividades de extensão; Bussoletti et al. (2014), a partir de um estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas, estabelecem comparação com outras instituições, especialmente as do estado do Rio Grande do Sul, utilizando o resultado do PROEXT no edital publicado no ano de 2014 e avaliam o patamar em que a extensão universitária da instituição se encontra e, a partir disso, apontam estratégias para manter e ampliar a captação de recursos e traçar o perfil da extensão na universidade; Pimentel, Tinoco e Pacheco (2015) abordaram as políticas de extensão usando por base o PROEXT, reforçando a importância deste programa no cenário nacional; Rodrigues et al. (2014) fizeram um estudo acerca do PROEXT, no período de 2003 a 2012 no intuito de compreender as transformações na universidade, tendo como objeto a Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Nesta investigação, localizou-se outros trabalhos que buscam compreender a extensão a partir de aspectos históricos e ideológicos, a saber: Carbonari e Pereira (2015) que discorrem sobre histórico da extensão partindo do assistencialismo até as experiências com base no princípio da sustentabilidade e nos conceitos da Responsabilidade Social; e Oliveira e Goulart (2015) debatem, a partir de uma abordagem histórica, com o objetivo de identificar os aspectos históricos e ideológicos da extensão universitária como assistencialista, prestadora de serviços e interação dialógica. E, por fim, Silva, Teixeira e De Lima Rodrigues (2016) analisam projetos de extensão a partir da gestão de projetos.

Percebe-se a importância do PROEXT, como único programa de financiamento, ao se tornar um objeto de pesquisa em diversas áreas e, também, a importância do

contexto histórico para se debater a extensão universitária. Além disso, é salutar que sejam feitos estudos acerca dos possíveis efeitos que o financiamento de forma perene pode gerar para a extensão, e, conseqüentemente, à comunidade universitária e sociedade.

Neste trabalho não há a pretensão de resolver as questões referentes ao financiamento, porém de ser mais uma ferramenta que corrobore com a necessidade do apoio e amparo às atividades extensionistas, possivelmente, auxiliando os gestores desta e outras instituições de ensino a debaterem e buscarem mais recursos para que o tripé da universidade seja igualitário para o melhor desenvolvimento e crescimento das instituições e seus docentes e discentes, sociedade civil e demais atores envolvidos. Os editais anuais do PROEXT foram instrumentos de fomento à extensão que abarcava programas e projetos de extensão universitária e, segundo Geraldo (2015), constituíram a primeira e, até o momento, única ação de financiamento voltada ao fortalecimento da extensão.

Além desta introdução, este trabalho se divide em quatro seções: (ii) o Referencial Teórico, no qual apresenta-se a origem e algumas reflexões acerca da universidade e da extensão universitária; (iii) os Procedimentos Metodológicos que, por se tratar de um estudo de caso, realizou-se uma contextualização acerca da história da UFV, além disso, detalhou-se como foi feita coleta de dados e, por fim, descreveu-se as técnicas de análise dos dados; (iv) nos Resultados, descreveu-se o PROEXT tendo como base os 13 editais publicados, anualmente, de 2003 a 2015, fez-se um descritivo acerca da história da extensão universitária na UFV, com destaque para o século, por compreender o período de execução do Programa de Extensão Universitária, de 2003 a 2017, bem como os resultados obtidos pela universidade anualmente e estabelecemos relações entre os recursos oriundos do PROEXT, os avanços alcançados e, por fim, procurou-se elencar os desafios a serem enfrentados pela extensão universitária e, (v) por fim, as Considerações Finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico serão abordadas as temáticas sobre universidade, extensão e extensão universitária, respectivamente. No intuito de facilitar a compreensão estabeleceu-se uma linha temporal, desde a origem, destes assuntos sempre atuais e essenciais à formação profissional de qualidade. Neste levantamento bibliográfico, buscou-se na literatura definições e conceitos, geralmente, acompanhados de um resgate histórico, pois o contexto é fundamental para compreender os fenômenos, bem como a forma com que foram construídos auxilia a responder diversos questionamentos sem, contudo, ter a pretensão de esgotá-los.

2.1 As universidades no Brasil e no mundo: breve histórico

Nesta subseção elaborou-se um breve histórico e algumas reflexões acerca deste ambiente diverso e complexo, a universidade ocidental, que surgiu durante a Idade Média, na Europa. Desde então, veio se expandindo, adquirindo funções e se moldando, às vezes de forma lenta e gradual, outras transformações mais ágeis, em decorrência de contexto mais ou menos favoráveis, em alguns períodos conseguindo apenas sobreviver. Apresentando, geralmente, um viés conservador e no intuito de atender aos interesses de uma elite, como religiosos, ditadores e capitalistas, principalmente, em sua origem. Estas reformulações sempre necessárias para acompanhar as transformações históricas e atender aos anseios da sociedade.

Na busca por uma alternativa para substituir os centros de estudos católicos, como afirma Almeida Filho (2008), são instituídas, no século XI, as primeiras universidades, na Itália e França, com a incumbência de formar a elite pensante. Estes estabelecimentos surgem como uma opção, pois, nesta fase inicial, mantiveram a hegemonia da Igreja católica, buscando conciliar o ideal de racionalidade, tendo como referência Aristóteles e Platão, e a verdade, que tinha por fundamento, na idade média, a fé cristã. Durante o período medieval, segundo Souza Neto e Atik (2005), a principal função da ciência era justificar os dogmas religiosos.

Apesar da criação destas instituições ser motivada por movimentos distintos, ambas tinham como base a filosofia escolástica e o modelo acadêmico era fundamentado na transmissão do conhecimento, do mestre para o aprendiz. Nestas instituições, segundo Almeida Filho (2008), era admitido, inicialmente, o ensino da

Teologia. Posteriormente, a partir da constituição do Estado, segundo Souza Neto e Atik (2005), a universidade, se molda com a finalidade de servir ao poder dominante. Visando atender a uma nova força dominante, a burguesia, e consolidar as leis mercantis, como afirma Almeida Filho (2008), acrescenta-se a faculdade de Direito, a partir da organização das primeiras universidades laicas, com o estudo das Leis como formação jurídica especializada. Em suma, a universidade inicia a era moderna com uma estrutura curricular rígida, composta por, quando muito, dependendo da influência da religião sobre o Estado, por duas Faculdades.

A partir do século XV as escolas médicas foram incorporadas, em diversos países, como Faculdade de Medicina. Ao conjunto formado por Medicina, Direito e Teologia deu-se o nome de Faculdades Superiores. Esta é origem da educação universitária ser conhecida, até os dias atuais, como ensino superior. As demandas do Iluminismo fizeram com que fossem incorporados, sob a nomeação faculdades inferiores, os centros de formação científica, a princípio disfarçados como faculdade de Filosofia, traz consigo o estudo da ciência da natureza e do mundo físico (ALMEIDA FILHO, 2008).

A universidade desde a sua constituição teve como finalidade “cultivar e transmitir o saber humano acumulado” (WANDERLEY, 1986, p. 37). Porém, o modelo de universidade medieval não conseguiu atender às novas demandas oriundas das grandes descobertas que, conforme descreve Almeida Filho (2008), trouxeram consigo a diversidade artística e cultural da África e da Ásia. Esta incapacidade associada ao avanço do conhecimento acerca do mundo, em áreas, como naturalistas, astrônomos, físicos, matemáticos e exploradores, distintas dos filósofos, ao aumento do mercado editorial na Europa e ao novo modo de produção emergente, o capitalismo, alimenta um novo padrão pós-escolástico, a universidade da arte-cultura. Este novo padrão mostrou-se mais interesse em sistematizar o conhecimento do que de fato produzir ciência, o objetivo era, segundo Almeida Filho (2008, p. 115) dotar a nova elite burguesa das habilidades literárias e artísticas do iluminismo.

Na América Latina, a região colonizada pela Espanha adotou as instituições universitárias precocemente. O Estado e a Igreja se uniram e, durante o século XVI, fundaram seis universidades que ofereciam estrutura e estudos conforme o padrão da metrópole, nos dois séculos subsequentes foram criadas mais 14 instituições seguindo os mesmos moldes.

No século XIX, generalizou-se no continente o padrão francês de universidade napoleônica, voltada para a formação de quadros profissionais, organizadas num complexo de unidades autárquicas. (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 127-128).

Nos Estados Unidos da América (EUA), já no primeiro século de colonização, XVII, surgem as primeiras instituições de ensino superior, afirma Almeida Filho (2008), no intuito de atender às necessidades educativas e preservar os valores da comunidade local. Com o objetivo de proporcionar o acesso direto aos textos bíblicos, a sociedade colonial norte-americana, de maioria protestante, empenhou-se na alfabetização da população, transformando-se em um dos países mais escolarizados, ainda no período colonial.

Na Europa, durante a segunda metade do século XVIII a universidade parecia uma instituição superada, então, segundo Almeida Filho (2008), surgem dois movimentos, ambos na Prússia, que em seu entendimento influenciaram e influenciam as discussões acerca do que é universidade. A primeira proposta de reforma universitária põe em evidência um tema muito discutido, a autonomia. O filósofo Immanuel Kant sugere que a instituição universitária deixe de seguir as orientações políticas e religiosas, enfim, torne-se um espaço livre de qualquer poder externo para atestar a verdade. “*Sabere Aude!* [Saber Ousar!]”, expressão que o filósofo cunhou para a autonomia universitária, que, fundamentalmente, o autor entende como base do modelo Kantiano, a busca pelo novo sempre, ou seja, novas maneiras de pensar e agir (ALMEIDA FILHO, 2008, p.119).

O segundo movimento é, na perspectiva Almeida Filho (2008), um desdobramento do primeiro. No período pós-napoleônico, o Estado Germânico convoca os principais filósofos da época para promover uma reforma da universidade em consonância ao desenvolvimento nacional. Divulgado no início do século XIX, o Relatório Humboldt, vencedor desta “disputa filosófica”, baseava-se na proposta Kantiana, ou seja, a premissa das faculdades inferiores seria a ciência, a pesquisa. Nesta ótica Humboldtiana, que o Almeida Filho (2008) classifica como a primeira reforma universitária, estabelece o sistema de gestão que tem por base o conceito de cátedra, assim, cada disciplina científica teria um líder autônomo e responsável pela gerência acadêmica, conteúdos curriculares, quanto dos procedimentos administrativos. A Universidade de Berlim foi a primeira instituição organizada conforme o relatório, em que se consolida a pesquisa integrada ao ensino superior e os ensinamentos eram

determinados por meio da investigação científica. Este modelo foi difundido por todo o norte da Europa no início do século XIX. Marques (2013) sintetiza este modelo, que se espalhou para diversos países europeus, como uma reconstrução do conhecimento que tem por base a pesquisa.

A Inglaterra do século de XIX era o centro de uma economia capitalista que estava em processo de expansão e transformação. Na maior potência industrial, militar e colonial daquele século surge um terceiro modelo com intuito de atender às demandas latentes. De um lado, mantiveram-se instituições tradicionais, universidades de Oxford e Cambridge, voltadas para a formação da elite. Por outro lado, instituiu-se “uma imensa rede de escolas superiores e institutos científicos e tecnológicos, formando engenheiros, agrônomos, médicos, contadores e outros profissionais,” de caráter pragmático, no anseio de atender a um mercado em expansão e carente de profissionais qualificados (ALMEIDA FILHO, 2008, p.121).

Em 1860, os EUA promoveram uma reforma da educação superior, e de forma similar ao que ocorreu na Inglaterra, dividido em dois modelos distintos: o primeiro tinha como base o modelo alemão, em que a investigação científica e o conhecimento científico eram o cerne destas instituições, das quais Almeida Filho (2008) ressalta as Universidades de Harvard e John Hopkins. O outro modelo, com caráter mais pragmático, dividia-se em dois tipos de estabelecimento, “os *junior colleges*, com duração de quatro anos, com o objetivo de preparação para o trabalho e elevação do nível de cultura geral, e os *land-grant colleges*, voltados para as ciências, as artes e algumas carreiras profissionais” (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 122). Desta maneira que estava estruturada a academia, ressalta o autor, também estava a sociedade norte-americana. Por isso, no intuito de permitir a ascensão social dos discentes pobres e talentosos havia mecanismos como bolsas de estudos.

A Europa possuía a hegemonia universitária, com instituições quase milenares como, por exemplo, a universidade de Bolonha, porém, afirmam Bianchetti e Magalhães (2015), a partir do século XIX iniciou-se um processo gradativo de perda de atratividade de estudantes e o *status* de qualidade superior, principalmente em relação às norte-americanas. Podemos considerar como um fator que contribuiu para este fenômeno foi, conforme descreve Almeida Filho (2008), a diversidade de modelos, de formação superior, instituídos a partir das universidades do século XVIII na comunidade europeia.

O cenário de pós-guerra mudou as características das universidades, pois elas perdem um pouco o seu caráter elitista, em decorrência da massificação do ensino superior, e tornam-se instituições burocráticas e complexas. Diante disso, a universidade precisa se reestruturar, reinventar-se no intuito atender à uma sociedade cada vez mais exigente de um lado e políticas públicas de curto prazo e utilitaristas do outro. Este modelo tende a não conseguir manter o seu compromisso social de difundir as descobertas e “os resultados da produção do saber que gera no campo da investigação e ligação com a Sociedade, cooperando para a diminuição das desigualdades, da exclusão, através da participação dos cidadãos” no contexto de sucessivos cortes no financiamento da Educação Superior (TAKAHASHI, 2014, p. 192).

Diante disso, na segunda metade do século XX tem-se um movimento que culmina na Declaração de Bolonha, no ano de 1999, no intuito, segundo Almeida Filho (2008), de homogeneizar a educação superior no continente Europeu buscando compatibilizar as formas de creditação e estrutura curriculares; enfim, critérios e princípios comuns. Neste tratado internacional, assinado pelos ministros de educação de diversos países, que compõem a União Europeia, provocou uma complexa reforma universitária. Bianchetti e Magalhães (2015) afirmam que este movimento extrapola os limites da integração do ensino superior, busca-se, também, aumentar a competitividade num sistema globalizado de união dos Estados europeus na sociedade e economia do conhecimento.

No início do século XX, nos Estados Unidos, o sistema educacional estava totalmente desregulamentado, especialmente a educação superior, enquanto o país apresentava os maiores índices de crescimento econômico no período. Além de não haver uma clara distinção entre ensino básico e superior, cursos superiores com discrepância tanto na duração, o mesmo curso variava entre quatro e sete anos, quanto na qualidade. Diante deste cenário, a sociedade civil, os barões do petróleo e das ferrovias, se organizou e iniciou uma importante reforma. Foi criada uma comissão, liderada pelo filósofo Abraham Flexner, que implementou a separação da gestão institucional e acadêmica em detrimento da cátedra vitalícia adotado no modelo Humboldtiano. Este modelo incentivava a criação de centros de pesquisas e institutos autônomos, proporcionando uma maior flexibilidade aos pesquisadores, individuais e coletivos. Ressalta-se que esta estruturação, resultante da reforma de Flexner, ainda é o padrão adotado na América do Norte, além de ser compatível ao das universidades britânicas e de todas as universidades da *Commonwealth* (ALMEIDA FILHO, 2008).

Na América Latina, vale ressaltar um movimento que ocorreu no início do século XX na Argentina e teve impacto, principalmente nos países da América do Sul. Em Córdoba, na Argentina, afirma Almeida Filho (2008), os alunos se reuniram para protestar contra o modelo de cátedras e ingerência dos governos nos assuntos pertinentes ao ambiente universitário, enfim, os manifestantes lutavam por uma autonomia universitária plena, exigindo participação estudantil na gestão e admissão de professores por meio de concurso público. Freitas Neto (2011) vai um pouco além ao afirmar que a Reforma Universitária de Córdoba, de 1918, tinha como objetivo demonstrar aos discentes dos demais países latino-americanos que as reivindicações eram muito similares, desencadeando manifestações e greves em outros países por uma nova universidade visando a mudança nos mecanismos administrativos, de ensino e prática docente. Este movimento teve impacto, corrobora Wanderley (1986), no Peru, Chile, Cuba, Colômbia, Guatemala e Uruguai num primeiro momento. E que, posteriormente, a partir de 1930 a reforma chega aos demais países como o Brasil, Paraguai, Bolívia, Equador, Venezuela e México, adquirindo características próprias em cada nação devido a suas singularidades. Salienta-se que o Brasil foi o último país a passar por este processo, na ânsia de entender as razões que provocou este cenário elaborou-se uma breve subseção a respeito do histórico do estabelecimento destas instituições em nosso país.

No que tange ao financiamento, para Santos (2001), a universidade que, historicamente, foi responsável por criar condições para a concorrência e aprimoramento do mercado, gradualmente, tem se transformando em objeto de concorrência. O autor afirma que a extinção do ensino universitário gratuito e a conversão de bolsas de estudos em empréstimos, faz com que os estudantes se tornem consumidores. Na Europa, onde o sistema universitário é majoritariamente público, conforme explicita Santos (2011), as universidades públicas têm aprimorado formas de produzir receitas por meio da captação de recursos junto a iniciativa privada. Nos EUA, o cenário é distinto, as universidades privadas ocupam o topo da hierarquia e as públicas são forçadas, pelo contexto em que estão inseridas, a buscar diferentes formas de financiamento como, aumento dos preços das matrículas e financiamento nas fundações e mercado, provocando uma situação em que, em algumas instituições públicas norte-americanas o Estado financie menos da metade do orçamento total.

Ao fazer este resgate, mesmo que breve, acerca do surgimento da instituição universidade, bem como seu desenvolvimento percebe-se a complexidade deste

ambiente. O próximo tópico abordará as questões pertinentes ao surgimento das universidades no Brasil.

2.1.1 Universidades no Brasil

Este breve histórico acerca de como se instituiu a universidade no Brasil demonstra o quanto o contexto impacta no desenvolvimento, ou seja, por quem foi colonizado, as formas e regimes de governos que aqui se instalaram, a origem da formação da elite pensante, afetaram diretamente no período, precoce ou tardiamente, bem como, a forma com que se estabelecem e, ainda mais importante, como se desenvolvem as instituições universitárias em determinado país. Para que se estabeleça um novo direcionamento para a universidade brasileira, afirma Paim (1981), é imperativo conhecer a sua história no intuito de entender a nossa cultura e o quanto ela está arraigada em nossa sociedade.

No Brasil o estabelecimento de educação universitária foi tardio, pois, conforme esclarece Almeida Filho (2008), Portugal foi de contramão a esta vertente dos demais colonizadores do continente americano proibindo a criação deste tipo de instituições até o início do século XIX. Além disso, ressalta Almeida Filho (2008), a única opção para a elite brasileira neste período era estudar na Universidade de Coimbra (Portugal), fiel ao modelo escolástico até o século XVIII. Para elucidar como a metrópole percebia estas organizações, Paim (1981) descreve que a reforma promovida pelo Marquês de Pombal, no ano de 1772, em Portugal, tinha como diretrizes as ideias de que a ciência é a maneira competente de se conquistar riqueza para a sociedade e que ela está finalizada, restando-nos compreender e aplicar. Marques (2013) conclui que a universidade esteve sempre presente no Brasil, inicialmente, no modelo medieval jesuítico e, posteriormente, no formato da reforma pombalina, que se deu por meio da formação da elite política e religiosa.

Foram criadas escolas superiores, em detrimento às universidades, afirma Marques (2013), no intuito de formar profissionais de nível superior, médicos, engenheiros e militares, que a partir da chegada da família real formam a base da elite pensante do país, à luz das ideias do positivismo de Augusto Comte.

Assim, em 1808, na Bahia, foi fundada, pelo monarca português, Dom João VI, que fugia da guerra napoleônica, a primeira instituição de ensino superior do Brasil, a Escola de Cirurgia do Hospital Real Militar, posteriormente, no Rio de Janeiro foi

criada uma similar, a Academia Real Militar, em 1810, posteriormente denominada Escola Central e, em 1874, Escola Politécnica. Durante o Império foram criadas instituições acadêmicas, em Medicina, Leis, Engenharias e Belas Artes, nas principais cidades brasileiras seguindo a ideologia escolástica portuguesa, porém não se buscou estabelecer universidades ou organizações similares (ALMEIDA FILHO, 2008; PAIM, 1981).

Durante o período imperial se cogitou a criação de universidades, afirma Paim (1981), mas as características seriam na verdade, um acúmulo de faculdades isoladas, sempre com o positivismo da universidade pombalina e que o receio nestas tentativas isoladas era perder o controle sobre os jovens alunos, pois a elite deste período considerava estas instituições como um local onde se aceitava todas as contradições e absurdos. Apesar de diversas propostas, corrobora Marques (2013, p. 558), nenhuma teve força para sobrepor a percepção que a elite brasileira tinha em relação às universidades, causando três problemas a serem enfrentados pela educação superior no futuro: “a formação de professores, a pesquisa, a elaboração da cultura brasileira, todos intimamente interligados”.

Nos últimos anos do império e início da república se observa uma mudança na estrutura social brasileira, afirma Marques (2013), as cidades se expandem, concomitante a isso, demandando conhecimentos especializados. A visão de universidade, em 1889, ainda era o modelo medieval. Na última década deste século e durante as duas primeiras do seguinte, afirma Almeida Filho (2008), observou-se, a substituição do modelo de Portugal pelo Francês com influência germânica na produção do conhecimento científico.

No início do século XX foi fundada a primeira universidade brasileira, no entanto, não há um consenso a respeito de qual e quando foi inaugurada. Alguns autores seguem a linha de pensamento de Fávero (2000) de que com o afrouxamento do controle, por parte do governo federal, sobre o ensino superior surgem as primeiras instituições livres, as universidades de Manaus (1909), de São Paulo (1911) e do Paraná (1912), e em 1920, é fundada, oficialmente, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Em contraposição a esta linha de pensamento, Almeida Filho (2008) afirma que, verdadeiramente, ocorreu a junção das Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia para conceder o título de *Doctor honoris causa* ao Rei Balduino da Bélgica, em 1920, no intuito de evitar uma crise diplomática. Este fato que a princípio era considerado como a primeira universidade brasileira se tornou para autores, como Almeida Filho

(2008), quase que uma piada nacional, pois além de considerar que para haver uma universidade não é suficiente que se tenha a união de faculdades no papel, é necessária a interação entre estas, o que se ocorreu de fato, segundo este autor, foi apenas uma reunião dos decanos no intuito de prestigiar o monarca, e posteriormente não deram continuidade ao projeto.

Corroborando com o exposto por Almeida Filho (2008), Paim (1981) assevera que, apenas em 1923, na Academia de ciências, durante os debates acerca da reforma do ensino, surge a ideia de criação da universidade, ambiente que era visto como um local que se cultuava a ciência pura. A partir disso, cria-se a Associação Brasileira de Ensino (ABE), esta no ano 1924 foi responsável pelo movimento em prol da universidade. Destaca-se, dentre as ações, a realização de conferências nacionais e dois “inquéritos” respondidos por 33 professores, líderes educacionais do Brasil, acerca do ensino e da Universidade.

Mais importante que determinar qual foi a primeira e quando, exatamente, foi a sua fundação é entendermos que cada uma destas iniciativas colaborou na evidenciação da importância da criação deste tipo de instituição. Diante disso, sem menosprezar as iniciativas acima citadas e outras que não foram mencionadas, na década de 1930, tentou-se estabelecer a primeira universidade enquanto projeto acadêmico e institucional a partir de dois modelos distintos que foram implementados, em movimento coordenado pela Associação Brasileira de Educação (ABE), como forma de organização do ensino superior (ALMEIDA FILHO, 2008; PAIM, 1981).

O modelo da Universidade do Distrito Federal (UDF) no Rio de Janeiro tinha como proposta uma universidade com identidade Nacional, afirma Almeida Filho (2008), à luz dos representantes intelectuais da geração modernista, enquanto que o da Universidade de São Paulo (USP), vitorioso na ótica de Almeida Filho (2008), buscava implementar o padrão das universidades europeias tradicionais, com adequações ao contexto brasileiro. Apesar de distante do almejado, Paim (1981) ressalta que, ambas foram pontos de refúgio para a ciência e o ensino desinteressado, pautando-se nos seguintes objetivos:

- a) promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira;
- b) encorajar a pesquisa científica, literária e artística;
- c) propagar aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular;
- d) formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que as suas escolas e institutos comportarem;

e) prover à formação do magistério em todos os seus graus (PAIM 1981, p. 30 e 31).

Apesar de inegáveis avanços em diversas áreas durante a era Vargas, Almeida Filho (2008) chama a atenção ao fato de que isto não se aplica à educação superior. O autor ressalta que com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, é que se cria a rede de universidades federais. Em 1946, Almeida Filho (2008), destaca a inauguração das universidades do Rio de Janeiro, da Bahia e de Recife, e o autor salienta uma preocupante similaridade com as universidades portuguesas, as mais arcaicas e conservadoras instituições europeias, no período. As semelhanças, segundo o autor, vão desde a forma de criação, instituída por decretos legislativos, passando pelo modelo institucional pedagógico, rituais e vestes.

Em 1960, Almeida Filho (2008) afirma que o Presidente Juscelino Kubitschek convidou Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, para conceber um novo modelo de educação superior para a Universidade de Brasília (UNB), porém com o golpe militar de 1964, dentre outras medidas: ocupação militar da UnB, exílio de Anísio Teixeira, então Reitor da universidade e demissão da maioria dos docentes e pesquisadores fizeram com que o projeto fosse interrompido e descartado, adotando o padrão curricular e estrutura administrativa vigente.

Em 1968, os militares tentaram impor uma reforma universitária seguindo o modelo norte-americano, no qual a repressão instituída, fez com que conseguissem dominar a resistência da esquerda universitária, porém o regime não teve forças para “sobrepôr à força dos grupos da direita acadêmica que descendiam diretamente da universidade do Velho Mundo.” Em suma, a reforma de 1968, foi resultante da mistura de dois modelos, sendo que manteve o “que de pior havia no velho regime e trouxe o que de menos interessante havia no já testado modelo flexneriano estadunidense.” A consequência positiva deste movimento foi que na década de 1970 foi implementado, gradualmente, uma rede institucional de programas de pós-graduação e a criação de agências de apoio à pesquisa financiadas pelo governo federal, destaque para o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 137).

Os regimes ditatoriais, sob a perspectiva de Santos (2011), induziram as universidades à crise institucional por colocarem estas organizações a serviço dos projetos modernizadores/autoritários, obrigando, por meio da abertura ao setor privado a prestação de serviços universitários, a competir em condições de concorrência desleal

neste mercado e reduzirem a autonomia a fim de eliminar a produção e divulgação de conhecimento crítico. O autor ressalta que esta crise foi agravada no país, por meio da crise financeira, devido ao fato da universidade pública deixar de ser prioridade entre os bens fornecidos pelo Estado.

Durante a década de 1980, período da redemocratização do Brasil, afirma Almeida Filho (2008), foi turbulento para as diversas áreas, como política e economia. O autor ressalta, de forma particular, que no ensino superior, a comunidade acadêmica, estudantes, professores e técnicos administrativos, realizou manifestações, greves, enfim, principalmente, na primeira metade da década prevaleceu o caos.

Foi por meio do Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985, que o Presidente José Sarney instituiu a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior com o objetivo de fornecer subsídios para formulação de uma política para a educação superior. Esta comissão composta pelos três segmentos da comunidade universitária. Almeida Filho (2008) considera que se esta iniciativa não foi totalmente frustrada, afirmar que se obtiveram grandes avanços seria ignorar os fatos, e destaca como principais resultados: uma política de financiamento de vinculação orçamentária que não foi concretizada, critérios para avaliação de desempenho que, posteriormente, foram resgatadas pelo MEC, as alterações nas carreiras que haviam sido negociadas durante as greves dos docentes e, por fim, entende que o conceito acerca da autonomia universitária é superficial e confuso, apesar de ter servido de base para o texto da Constituição de 1988 que trata desta temática.

Na década de 1990, Almeida Filho (2008) ressalta o processo implementado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de abertura do ensino superior à iniciativa privada local. Para o autor, esta desregulamentação foi percebida pelo aumento significativo de vagas para educação superior em detrimento da qualidade do ensino. Nesta mesma linha de pensamento, Santos (2011), considera que este período ficou marcado por dois processos na educação superior do país: o desinvestimento do governo nas universidades públicas e a transformação de um bem público, a universidade, em mercadoria. Importante destacar que isto não é uma conspiração para acabar com as universidades públicas, mas é um processo constante de submeter áreas da vida social aos interesses do capital. Este processo, para Santos 2011, que, no Brasil, se iniciou nesta década está seguindo uma tendência mundial de diminuição do capital público para a educação superior.

Durante o governo FHC ressaltam-se os “decretos, portarias e instruções normativas e propostas destinadas a regulamentar a autonomia universitária das instituições federais”. Nesta área de normatizações destacamos, principalmente, o apoio político e técnico ao senador Darcy Ribeiro na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que traz no seu escopo, dentre outros, que para ser considerada universidade, a instituição necessita oferecer curso de pós-graduação credenciado e realizar atividades de pesquisa. Além disso, estabeleceu-se que para ser reconhecido como cursos de pós-graduação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) deveria aprová-los, e o financiamento público à pesquisa seria destinado a apenas a programas ou investigadores bem classificados em tais sistemas de avaliação e o exame de final de curso para os alunos de graduação (ALMEIDA FILHO, 2008, p.141).

No início do século XXI é instituído o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, com duração de dez anos. Este instrumento de planejamento de longo prazo surge a partir de uma visão sistêmica e integrada da educação brasileira, desde a educação básica à pós-graduação. No que tange o ensino superior, o plano traz um histórico que mostra que no ano de 1998, apenas 12% dos indivíduos na faixa etária de 18 a 24 anos estavam matriculados no ensino superior, sendo que destes, pouco mais de 37,86% era da rede de ensino superior pública, sendo 19,22% em instituições federais, 12,93% estaduais e 5,69% municipais. Neste contexto, traçam objetivos e metas no intuito de ampliar o acesso do ensino superior, mantendo a qualidade (BRASIL, 2001).

Durante esta primeira década, o Governo Federal aprova e inicia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que previa investimento em diversas áreas como “saneamento, habitação, transporte, energia, recursos hídricos” (LIMA, 2013, p. 88). Na área da educação não foi diferente, pois, destacamos a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que traz em seu arcabouço iniciativas, no que tange a educação superior, como: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Universidade Aberta e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET).

O REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, foi instituído com o objetivo de possibilitar, conforme o artigo 1º do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, “a ampliação do acesso e permanência na

educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.”

O aporte de capital feito por meio da deste programa tinha a pretensão de aumentar o número de matrículas de graduação nas universidades federais brasileiras, especialmente os de extratos sociais de menor renda. Diante disso, uma consequência fundamental para a consolidação do REUNI foi o Plano de Assistência Estudantil (PNAES), que tem por objetivo a igualdade de condições entre todos os estudantes e melhoria de desempenho, e visa a diminuição da repetência e evasão. O intuito principal do REUNI foi a defesa e expansão das universidades promovendo “a expansão dos cursos noturnos, a ampliação da mobilidade estudantil, a revisão da estrutura acadêmica e a diversificação das modalidades de graduação” (BRASIL, 2007c, p. 27 e 28)

Além do REUNI, que permitiu a expansão das universidades, o Estado, no intuito de contemplar, especialmente, regiões mais afastadas dos grandes centros econômicos do país, estabeleceu diretrizes, por meio do decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007 para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica. Em seu artigo 4º, parágrafo 2º, determina que no plano acadêmico deverá se balizar, no que se refere a educação superior, nos seguintes objetivos:

V - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o setor produtivo e os segmentos sociais e com ênfase na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

VI - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;

VII - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos de graduação, compreendendo bacharelados de natureza tecnológica e cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia (BRASIL, 2007^a, art. 4).

Devido a incapacidade do Estado em atender à demanda por educação superior por meio de suas instituições encontrou-se uma alternativa via iniciativa privada, o PROUNI. O Programa Universidade para Todos, conforme Lima (2013), tem o objetivo de conceder bolsas, integrais ou parciais, à estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino superior através de isenção fiscal. Brasil (2007c) esclarece que até 2004, as organizações sem fins lucrativos, responsáveis por 85% das matrículas do setor privado no período de 1988 a 2004, definiam o número de bolsas, bem como quem seriam os beneficiários, cursos e percentual de descontos, não resultando em aumento no acesso. Portanto, sob esta percepção, concluímos que houve uma regulamentação, ou

seja, o mérito se torna o critério de seleção, que ocorre via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), estudantes egressos de escola pública e de baixa renda e, por fim, bolsas integrais ou parciais de 50%.

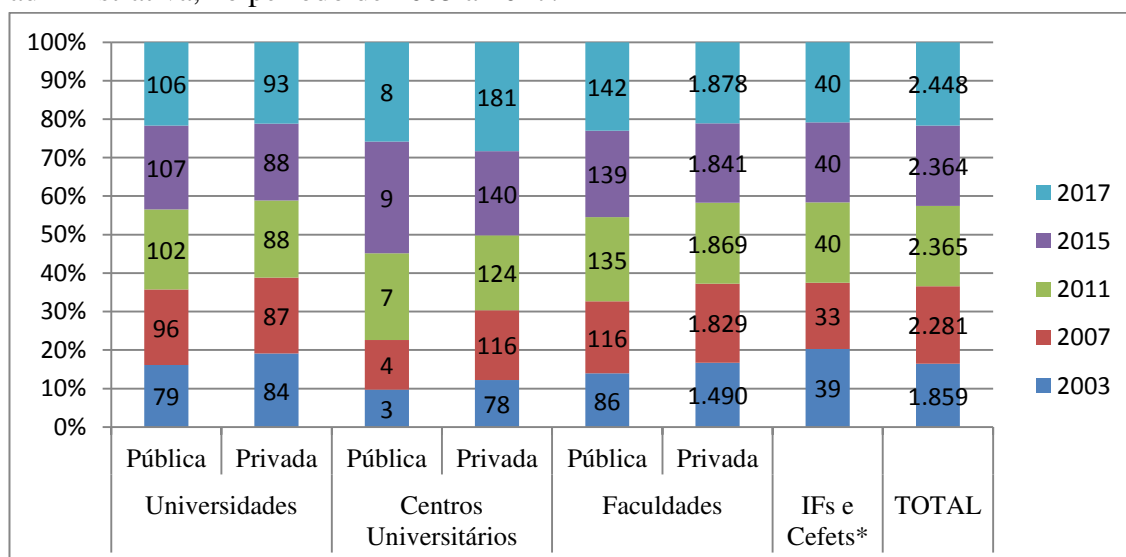
Além disso, destacou-se o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, no intuito de conceder “financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério” da educação, redação dada pela Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, em seu artigo 1º. Esta é, conforme afirma Lima (2013), uma alternativa que tem atendido aos discentes de baixa renda matriculados em instituições privadas. O autor ressalta ainda que foram feitas alterações de redação e, no período de carência e percentual de juros cobrados. O PROUNI e o FIES contribuíram para a expansão da educação superior privada, que poderá ser observada no Gráfico 1, na Tabela 1 e na Tabela 2.

Diante do aumento das vagas em universidades federais, que ocorreu por meio da implantação do REUNI, e instituições privadas de ensino superior, a partir do aprimoramento e ampliação do FIES e a criação do PROUNI, foram insuficientes, expõe Lima (2013), para atingir o quantitativo de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos, em 2010 eram apenas 12,1%, conforme estabelecido no PNE. Além disso, ressalta o autor que, apesar de ter se criado a partir de experiências anteriores, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no intuito de ampliar o acesso com qualidade, observou-se que estas políticas públicas e paliativos não atendem ao anseio de erradicação das desigualdades sociais e demais elementos, como direito de acesso, permanência, humanização e democratização de oportunidade, que compõem os discursos acalorados. O Plano de Desenvolvimento da Educação traz em seu arcabouço de ideias uma concretização da complexidade desta temática, pois, conforme Brasil (2007c), para que se alcance a ampliação do acesso ao ensino superior de qualidade é imperativo que se estabeleça ações que atentem desde a educação básica à pós-graduação, ao entendermos que a primeira oferece estudantes com níveis de escolaridade e capacidades desenvolvidas para a vida profissional e acadêmica, ao passo que a outra fornece os professores e outros profissionais que prepararão os discentes. Este contexto nos remete à visão de Marques (2013), de que este *déficit* educacional deriva de decisões de não implementação das primeiras universidades no período imperial.

Nestes primeiros anos do terceiro milênio o governo federal adotou medidas – PROUNI, REUNI, FIES, Universidade Aberta – no intuito de incentivar a expansão do ensino superior no Brasil.

Em 2003 havia 1859 instituições de ensino superior no Brasil e 2448 estabelecimentos em 2017, ou seja, neste período o crescimento foi de 31,68%. Destaca-se que em todos os tipos de dependência administrativa a quantidade de IPES aumentou, percentualmente, mais que as privadas (GRÁFICO 1). Apesar disso, ao analisar a Tabela 1, que retrata o número de matriculados, constata-se que nas instituições públicas de ensino superior (74%) o aumento foi, percentualmente, inferior às privadas (126%).

Gráfico 1 – Evolução do número de instituições por natureza e dependência administrativa, no período de 2003 a 2017.



Fonte: MEC/INEP/DEED. Censo da Educação Superior - Resumos Técnicos e Sinopses Estatísticas do ensino superior.

*Institutos Federais (IFs) e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)

Os dados revelam também que apesar das universidades representarem menos de 10% do número de estabelecimentos (GRÁFICO 1), elas são responsáveis, conforme Tabela 1, por mais de 50% do total de matrículas em cursos de graduação.

Apesar disso, percebemos que, de 2003 para 2017 houve retração, quando se discute a representatividade, tanto no que se refere ao conjunto de instituições, de 8,8% em 2003 para 8,12% em 2017, quanto ao número total de matrículas em cursos de graduação, de 58,5% para 53,58%.

Tabela 1 – Evolução do número de Matrículas de Graduação por Organização Acadêmica, segundo Categoria Administrativa – Brasil – 2003-2017

		Universidade	Centros Universitários	Faculdades	IFs e Cefets*	Total
2003	Pública	1.025.269	16.605	100.499	33.801	1.176.174
	Privada	1.293.828	486.972	979.959		2.760.759
	Total	2.319.097	503.577	1.080.458	33.801	3.936.933
2007	Pública	1.176.893	17.617	106.530	34.137	1.335.177
	Privada	1.754.224	688.025	1.472.721		3.914.970
	Total	2.931.117	705.642	1.579.251	34.137	5.250.147
2011	Pública	1.541.971	14.898	114.820	101.626	1.773.315
	Privada	2.090.402	906.121	1.969.851		4.966.374
	Total	3.632.373	921.019	2.084.671	101.626	6.739.689
2015	Pública	1.663.222	18.844	125.203	144.876	1.952.145
	Privada	2.609.933	1.338.958	2.126.261		6.075.152
	Total	4.273.155	1.357.802	2.251.464	144.876	8.027.297
2017	Pública	1.720.110	18.712	124.349	182.185	2.045.356
	Privada	2.719.807	1.575.652	1.945.848	-	6.241.307
	Total	4.439.917	1.594.364	2.070.197	182.185	8.286.663
Taxa de crescimento (%) – 2003/2017	Pública	68	13	24	439	74
	Privada	110	224	99		126
	Total	91	217	92	439	110

Fonte: MEC/INEP/DEED. Censo da Educação Superior - Resumos Técnicos e Sinopses Estatísticas do ensino superior.

*Institutos Federais (IFs) e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)

Tabela 2 – Evolução da matrícula Cursos de graduação por Modalidade de Ensino e Categoria Administrativa Brasil - 2003 a 2017

Ano		Pública				Privada	TOTAL
		Federal	Estadual	Municipal	Total		
2003	Presencial	567.101	442.706	126.563	1.136.370	2.750.652	3.887.022
	À Distância	16.532	23.272	-	39.804	10.107	49.911
	Total	583.633	465.978	126.563	1.176.174	2.760.759	3.936.933
2007	Presencial	615.542	482.814	142.612	1.240.968	3.639.413	4.880.381
	À Distância	25.552	67.275	1.382	94.209	275.557	369.766
	Total	641.094	550.089	143.994	1.335.177	3.914.970	5.250.147
2011	Presencial	927.086	548.202	120.103	1.595.391	4.151.371	5.746.762
	À Distância	105.850	71.152	922	177.924	815.003	992.927
	Total	1.032.936	619.354	121.025	1.773.315	4.966.374	6.739.689
2015	Presencial	1.133.172	574.645	115.935	1.823.752	4.809.793	6.633.545
	À Distância	81.463	43.988	2.942	128.393	1.265.359	1.393.752
	Total	1.214.635	618.633	118.877	1.952.145	6.075.152	8.027.297
2017	Presencial	1.204.956	579.615	95.213	1.879.784	4.649.897	6.529.681
	À Distância	101.395	62.250	1.927	165.572	1.591.410	1.756.982
	Total	1.306.351	641.865	97.140	2.045.356	6.241.307	8.286.663
Taxa de crescimento (%) – 2003/2017	Presencial	112	31	-33*	65	69	68
	À Distância	513	167	39*	316	15646	3420
	Total	124	38	-33*	74	126	110

Fonte: MEC/INEP/DEED. Censo da Educação Superior - Resumos Técnicos e Sinopses Estatísticas do ensino superior.

* Foram utilizados dados de 2007 como base para evolução por não haver matrículas à distância na rede municipal em 2003.

Nos últimos 14 anos, ao analisar a Tabela 2, percebe-se o crescimento do ensino à distância no Brasil. Em 2003, esta modalidade representava pouco mais de 1,25% das matrículas de cursos de graduação.

Ainda de acordo com os dados coletados a partir do censo da educação superior, disponíveis no site do Ministério da Educação, em 2017, representava, aproximadamente, 21% do total das matrículas. As instituições privadas apresentaram o maior crescimento (15646%). Enquanto as matrículas em cursos de graduação presencial aumentaram 68%, à distância foi de 3420% neste mesmo período, totalizando uma expansão de 110%.

As instituições de ensino superior apresentaram aumentos, conforme constatado, no período que compreende os anos de 2003 a 2017, mas como o objeto desta pesquisa é uma universidade federal, por meio da Tabela 3, é apresentado a evolução no panorama universitário brasileiro de 2003 para 2017.

Tabela 3 – Panorama das Universidades Federais Brasileiras

	2003	2017	Aumento
Universidades Federais	44	63	43%
<i>Campus</i>	148**	321*	117%
Cursos de Graduação Presencial	2.078	4.611	122%
Vagas de Graduação Presencial	109.184	239.589	119%
Matrículas Graduação Presencial	527.719	1.032.638	96%
Matrículas Graduação à Distância	14.233	88.166	519%
Matrículas Pós-Graduação	48.925**	203.717*	316%

Fonte: Baseado em Brasil (2014). MEC/INEP/DEED. Censo da Educação Superior - Sinopses Estatísticas do ensino superior.

*Dados de 2014

**Dados de 2002

Dentre avanços e retrocessos, a única conclusão que, aparentemente, é consenso trata-se de que ainda precisa-se desenvolver e aprimorar o ensino superior no Brasil. Nesta perspectiva, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência até 2024. Vale ressaltar a meta 12 que objetiva:

elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014, p. 73).

O desenvolvimento de uma nação de forma justa, solidária e livre, argumenta Brasil (2007c), só será possível quando o Estado balizar suas ações na educação no intuito de maximizar seus efeitos. Apesar deste discurso, Lima (2013) destaca que,

nestes primeiros governos do novo milênio, o Brasil não conseguiu promover uma ruptura com a estrutura social de classes quanto a oferta educacional, pois o capital é o suporte para a nossa organização social. Enquanto assim for, não haverá políticas públicas de educação que atendam veridicamente aos apelos por universalização e democratização, mas políticas fragmentadas que suprirão as demandas de alguns grupos de interesse.

2.1.2 Discussões acerca do futuro da universidade brasileira

O debate sobre o papel e o futuro das universidades públicas no Brasil é um tema que precisa ser mais discutido. Conforme Bianchetti e Magalhães (2015), pois nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI pouco resta de uma aposta e de algumas práticas que muito prometiam, caso não se chegasse ao ponto de ingerência de outros setores e da subsunção da instituição a tudo aquilo que representa os desígnios pragmáticos, imediatos e utilitários do mercado.

Fazendo um comparativo bem sucinto, enquanto que na década de 1960 as universidades públicas eram responsáveis por 70% das matrículas no ensino superior brasileiro, em meados da segunda década deste século, representava entre 20 e 30%. Desde que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o governo, em 2002, até 2014 houve um aporte de capital e um crescimento de quase 60% do ensino superior no Brasil. Este percentual foi acompanhado pelo número de matrículas e de municípios com instituições federais, em números, foram 18 novas universidades em 152 novos campi neste período. Ainda assim, apenas 15% dos jovens brasileiros, na faixa de 18 a 24 anos, estão cursando o ensino superior, enquanto uma das metas do PNE 2001-2010 era de que em 2010 este número fosse de 30% (DAGNINO, 2015)

A universidade se mostrou incapaz de atender simultaneamente, conforme Santos (2011), à dicotomia entre a formação de mão de obra qualificada, conhecimentos instrumentais no intuito satisfazer às demandas do mercado, e a formação de elites, função desempenhada pela universidade desde a sua criação, pensamento crítico e desenvolvimento do conhecimento científico e humanístico.

Diante deste cenário, a universidade enfrenta problemas relacionados ao atendimento aos interesses externos. Primeiro, a instituição entra numa crise de hegemonia ao deixar de ser a única instituição de domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, pois tanto os estados quanto os agentes econômicos começaram a

buscar alternativas para atender aos seus anseios. Posteriormente, a crise de legitimidade, oriunda da oposição da restrição do acesso e da credenciação das competências, de um lado, e, por outro, as exigências da sociedade, políticas de democratização e isonomia no acesso ao ensino superior. Por fim, a crise institucional originária das exigências por resultados mensuráveis de eficácia e em contraponto a reivindicação de autonomia para definir valores e objetivos (SANTOS, 2011).

Por estar situada dentro da sociedade e, na concepção de Wanderley (1986), apesar de atender, geralmente, à manutenção do poder dominante, a universidade pode ser um elemento de transformação. Isto se torna um dever, conforme afirma Guadilla (2011), pois o compromisso social está sempre presente nas finalidades destas instituições, expressando-se de diferentes formas conforme o contexto histórico e geográfico ao qual estão inseridas. Porém, para que esta instituição possa cumprir este papel com a sociedade a qual pertence é imperativo que se tenha ampla autonomia, considerando que, complementa Wanderley (1986), esta finalidade será atingida com o pluralismo de ideias e liberdade de pensamento.

Ao analisar os problemas da educação superior no Brasil, Santos (2011) entende que não devemos considerar como a causa de todos os problemas o ambiente externo, mas é salutar que se volte o olhar para as questões internas que afetam, negativamente, as universidades. O autor ressalta que no decorrer da história as universidades se mostraram insensíveis aos problemas sociais, preocupando-se apenas com a manutenção dos seus privilégios, presas a estruturas rígidas, excesso de burocracia, trabalhando de forma ineficiente e alheia ao seu entorno, e ainda, questiona o papel desenvolvido por parte de muitos docentes que demonstravam apatia, improdutivo e individualistas, ignorando, por vezes, os contextos aos quais eles e as instituições que viviam estavam inseridos.

Nesta sociedade dinâmica, interativa, onde o fluxo de informações torna-se cada vez mais ágil, não há meios de sustentação de torres de marfim, espaços fechados para o novo. A universidade foi criada para, segundo Almeida filho (2008), buscar sempre o novo antes mesmo que se torne velho e obsoleto o que está sendo praticado, utilizado, aplicado. Historicamente, complementa o autor, essas instituições brasileiras têm perdido valor por abdicar da criatividade, deixaram de buscar alternativas, elementos, indivíduos capazes de concretizar transformações. A universidade precisa inovar, conforme Audy (2017), mas à luz de um conceito que extrapola a imagem de simplesmente a constituição de novas teorias ou ideias, e a define como sendo a

capacidade de, a partir do novo, transformar o ambiente ao qual está inserido, ou seja, esta lógica está muito mais voltada para execução e implementação, extensão, do que apenas o campo das ideias. Almeida Filho (2008) entende que apesar de muito complexo, é salutar que se reforme, recrie, reestruture ou reinvente a universidade brasileira. O autor considera que autonomia administrativa e financiamento não são verdadeiramente pontos a serem abordados quando se discute esta temática.

Há alguns espaços, conforme as reflexões de Wanderley (1986, p. 11), “privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional”, dentre estes, as universidades. Esses espaços, para Takahashi (2014), de construção e inovação, sempre tiveram como foco a prestação de serviços a um nicho de mercado bem específico, o que o autor considera como o “público intelectual”. Porém a autora ressalta que a democratização e disseminação do conhecimento para os demais setores da sociedade é a nova realidade que as universidades precisam se adaptar. E, por fim, Wanderley (1986) ressalta que são estas instituições que formam os diferentes profissionais que as sociedades necessitam, a partir do ensino, pesquisa e extensão, que são suas finalidades básicas.

Um dos problemas enfrentados pelas instituições responsáveis pelo ensino universitário no século XX é que, reforça Santos (2011), por vezes, o pesquisador define os problemas que irá resolver que pode, ou não, ser socialmente aplicáveis. Em contrapartida a isto, o autor cita o conhecimento pluriversitário, em que o norteador é a sua aplicabilidade, a formulação dos problemas a serem resolvidos surge como resultado da partilha entre o pesquisador e o público que será afetado, este processo extrapola os limites da universidade. Neste modelo, a sociedade deixa de ser objeto para tornar-se sujeito da pesquisa que abrange diversas disciplinas e tipos de conhecimentos em virtude dos diferentes contextos. O autor pondera que, na realidade, os conhecimentos produzidos estão entre os dois extremos, pluri e universitário, o que torna heterogêneo causando avaliações por diferentes critérios.

À luz da epistemologia, a universidade brasileira, não obstante do pensamento ocidental dominante, possui uma percepção fragmentadora do conhecimento, ou seja, para se compreender determinado fenômeno é necessário ir reduzindo-o, isolando-o, para que se possa entendê-lo e, posteriormente aglutiná-lo ao todo. A universidade foi constituída calcada na manutenção da cultura, porém as instituições brasileiras estão voltadas para indicadores de eficiência, eficácia e produtividade. O autor não

menospreza que precisamos avaliar, no entanto ressalta a importância de incentivos para o indivíduo, ingressante no ensino superior, “explorar a diversidade e multiplicidade de uma instituição universitária” (ALMEIDA FILHO, 2008, p.161).

Essas instituições começaram a perceber a necessidade de integração das suas finalidades, a princípio, o ensino e a pesquisa. Isto, segundo Wanderley (1986), por entenderem que o ensino era enriquecido pela pesquisa, pois esta permitia a descoberta de novos temas, proposições, métodos, dentre outros e que em contrapartida o ensino lhe trazia uma base. Assim, as universidades começaram a buscar esta interação. O autor ressalta que como a capacidade de investimentos era desigual, consequentemente, o avanço de cada uma delas foi diferenciado.

A ideia da extensão universitária, segundo Wanderley (1986), a partir da crítica sobre a função da universidade. Ao perceberem que ela não apenas podia, mas deveria cumprir tarefas sociais relevantes. Então, a comunidade universitária, formada por estudantes e professores, e a sociedade entendiam que os recursos destinados às universidades deveriam ser estendidos ao maior número de pessoas possíveis, ou seja, a extensão universitária surgiu com o conceito de prestação de serviços à comunidade.

De acordo com a visão de Santos (2011), as possíveis reformas universitárias do século XXI deverão ter como pressuposto que só pode ser considerada universidade, a instituição de ensino superior que ofereça formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. O autor ressalta que a utilização deste critério faria com que a maioria das universidades privadas e parte das públicas, em diversos países, fosse considerada centro de ensino superior.

Em suma, a universidade constituiu-se como um ambiente de produção do conhecimento desde sua gênese e, diante das transformações do ambiente externo, agregou a formação de profissionais como função, conforme o país, isto se deu de forma e períodos distintos. Adquiriu autonomia que lhe permite a possibilidade de escolher o que pesquisar e com qual setor da sociedade estabelecer relações e como se daria, monólogo ou diálogo (GONÇALVES, 2016).

Diante disso, Dagnino (2015) afirma que a universidade do século XXI não reflete e não atende aos anseios da sociedade, pois enquanto as instituições são burocraticamente divididas por departamentos em uma estrutura rígida, os problemas são multidisciplinares. Importaram-se modelos e teorias da Europa ou América do Norte, nada contra o mimetismo, porém não podemos perder o nosso foco enquanto universidade, atender aos anseios da sociedade brasileira. Então, o autor propõe que se

pense um projeto de universidade voltado e elaborado a partir das demandas da sociedade, novas alianças com grupos que lutam pelo aprofundamento da burocracia. Diante disso, o autor destaca que este projeto deve ser pensado de uma forma diferente ao que se convencionou, ou seja, ao invés de partir do ensino ou pesquisa, nosso ponto de ignição deverá ser a extensão universitária, mas uma extensão que seja elaborada com base na sociedade e seus anseios, e não do que a universidade considera que deve ser pesquisado ou feito. Enfim, a universidade precisa entender o sentido de ensinar que, conforme Freire (2013), está em respeitar os conhecimentos e a autonomia do educando, preocupando-se com a realidade e cultivarmos uma reflexão crítica acerca das práticas.

2.2 Extensão

Neste item buscou-se apresentar, inicialmente, uma discussão acerca do que é extensão, posteriormente, foi elaborado um breve histórico com um enfoque na trajetória da extensão universitária no Brasil. E, por fim, no intuito de elucidar uma pouco mais a temática, expuseram-se diferentes perspectivas que alguns autores como, Jezine (2004; 2006), Silva (2000), Santos (2011) e Souza (2014) e, também, o FORPROEX elaboraram sobre o tema.

Extensão é um substantivo feminino que, no sentido denotativo da palavra, afirma Ferreira (2001) pode ter o sinônimo de ampliação, dimensão, duração, importância, alcance, efeito de estender-se, desenvolvimento de algo em qualquer direção ou sentido. Entretanto, Freire (2013) enfatiza que o contexto ao qual está inserido é que delimita os sentidos que esse termo poderá ser empregado.

Numa acepção mais restrita, o termo extensão, trata-se de estender algo a ou até alguém. Sob esta ótica, algum indivíduo detentor de algo, desempenha o papel de agente transmissor deste objeto, tangível ou não, a outra pessoa que apenas o recebe de forma passiva. Portanto, segundo o autor, ao seguir o significado estrito da palavra extensão, conclui-se que aqueles responsáveis por realizar as ações de extensão são superiores ao público-alvo. A partir disso, percebe-se que, em sua gênese, a extensão era vista como “transmissão, entrega, doação, messianismo, invasão cultural, manipulação”, dentre outros significados similares (FREIRE, 2013, p. 14).

Diante do exposto, essas palavras e expressões ignoram o fato do homem ser um agente transformador do mundo. Portanto, ao se trabalhar a extensão das universidades, ressalta Freire (2013), faz-se necessário extrapolar este conceito para que atenda à

lógica de uma educação libertadora, onde não haja um recebedor passivo, ou seja, o que ocorre é uma troca de saberes, construção de um novo conhecimento ou ampliação do já existente. O extensionista não pode ter o intuito de persuadir, complementa o autor, fazer com que os indivíduos, público-alvo da ação, substituam os seus conhecimentos pelos que deverão ser transmitidos, mas que ambos, tanto o sujeito alvo quanto o promotor da ação, possam dialogar de forma empoderada, no intuito de ampliar os conhecimentos de todas as partes nesta relação.

Na prática, segundo Freire (2013) a extensão tem um sentido muito mais amplo que simplesmente a transmissão de conhecimento ou cultura de um indivíduo superior aos demais, que estão além das fronteiras do primeiro. A extensão deve ser entendida, principalmente, por aquelas pessoas e instituições que se propõem a promovê-la, como uma troca de saberes entre sujeitos autônomos e dotados de conhecimentos que muitas vezes se complementam. A partir disso, considera-se que ao se procurar entender, verdadeiramente, o que é extensão, não pode limitar-se ao sentido restrito da semântica da palavra, pois incorrerá em erro, como afirmam Souza Neto e Atik (2005), o conceito de extensão está em constante movimento.

Extensão universitária é, segundo Wanderley (1986), a busca do conhecimento paralelo com o contexto histórico e, a partir das convicções de cada período, daquilo que lhe é imposto, por parte da sociedade civil impactam na percepção, bem como o do fazer extensão. As estruturas de poder e hierarquia das universidades tendem a seguir os mesmos padrões, também pelos respectivos países, estabelecidas na sociedade de forma geral.

O entendimento do que realmente é extensão universitária passou por períodos muito distintos e complexos, pois, segundo Maneschy, Santos e Grinspun (2011), inicialmente, ela era vista apenas como um canal de ligação entre a universidade e sociedade de forma isolada da pesquisa e o ensino. Essa mudança de conceito de extensão universitária dá-se pelo fato das constantes mutações nesta área do conhecimento, pois ao analisarmos fenômenos, especialmente os sociais e humanos, nos deparamos com a dificuldade de compreendê-lo e em alguns casos são antagônicos, e as definições são sempre provisórias devido à “continuidade do processo de aprendizagem e pela interferência dos fatos” (SOUZA NETO e ATIK, 2005, p. 26).

2.2.1 Histórico da Extensão Universitária

Desde o surgimento da primeira universidade, ainda no século XI, Afirma Audy (2017), o ensino emerge como sua primeira missão, apenas no século XIX, ainda no Velho continente, a pesquisa começa a aparecer no cenário das instituições, rompendo com os modelos e padrões da época. No que tange o debate acerca do surgimento da extensão universitária, que apesar de ser difícil estabelecer uma data, para Fagundes (1986), considera-se a segunda metade do século XIX, de maneira concomitante ou períodos muito próximos, a partir de duas percepções distintas, nos Estados Unidos da América e na Inglaterra. Botomé (1996) afirma que não existem versões puras de um ou outro modelo, compondo assim múltiplas formas com mais ou menos de um dos padrões.

No que tange às atividades universitárias, a extensão surge, segundo Fagundes (1986), na Inglaterra, alguns anos após a revolução industrial, a partir de pressão das camadas da sociedade que não usufruíam dos benefícios da universidade. Foi devido a isso, para o autor, que as instituições começaram a desenvolver ações para além de suas divisas para pessoas, que *a priori*, não faziam parte do seu núcleo de servidores. Nogueira (2005) complementa ao afirmar que a extensão surge devido aos cursos e demais atividades, no intuito de atender à população adulta, não apenas às camadas economicamente desfavorecidas, que não se encontrava na universidade.

Enquanto que os Estados Unidos, para Ribeiro e Silva (2017), foram pioneiros no que se refere à extensão rural, na segunda metade do século XIX, vinculado ao desenvolvimento da agricultura. Segundo Fonseca (1985), a agricultura americana deixa de possuir uma estrutura que tem por mão de obra os escravos e passa para o modelo mercantil e capitalista, como um dos desdobramentos da Guerra de Secessão, que terminou em 1865. Neste contexto, devido à dificuldade de pequenos agricultores competirem no mercado, deu origem às primeiras ações extensionistas.

Os agricultores se aliaram em forma de associações e então reuniam para discutir assuntos referentes à comercialização e aumento da produtividade. Posteriormente, palestras começaram a ocorrer visando à difusão de técnicas adequadas para solucionar as questões que surgiam. A partir daí iniciou-se o intercâmbio de conferencistas, feiras, concursos para apresentação dos resultados, e se torna imperativo o contato mais intenso com escolas e universidades devido às pesquisas na área (FONSECA, 1985).

Surgiram os Conselhos de Agricultura no final do século XIX, funcionavam como organizações agrícolas de educação popular em todos os Estados, em conexão com o Departamento de Agricultura Estadual ou com o patrocínio direto dos Colégios de Agricultura e de estações experimentais. Em 1914, o governo dos Estados Unidos da América (EUA), oficializou o Trabalho Cooperativo de Extensão Rural, com o objetivo de transmitir, à população rural que não frequentou Colégios Agrícolas, “conhecimentos úteis e práticos relacionados à agricultura, pecuária e economia doméstica, para a adoção de modos mais eficientes na administração da propriedade rural e do lar” (FONSECA 1985, p. 39).

Este é considerado o modelo clássico da extensão oficializado pelo estado americano, segundo Fonseca (1985), que consiste na transmissão do conhecimento da fonte de origem para o povo rural. Ainda segundo o autor, este modelo serviu de base para criação e organização dos serviços de extensão implantados em regiões subdesenvolvidas como os países da América Latina, a partir da Segunda Guerra Mundial. Ribeiro e Silva (2017) afirmam que, corroborando ao que foi exposto acima, os Conselhos e Associações agrícolas, conjuntamente, promoviam conferências públicas e cursos de curta duração atrelados aos trabalhos desenvolvidos pelos *Land Grant Colleges*.

Na América Latina, conforme descreve Fonseca (1985), este modelo foi adotado por se considerar que era necessário informar e persuadir os agricultores a implementarem práticas agrícolas que maximizassem a produtividade. Os governos que realizaram convênios com as agências americanas de Extensão Rural partiam do pressuposto que quem mais entendia o que era melhor para os agricultores eram os cientistas e técnicos.

A trajetória da extensão universitária no Brasil é similar à própria história do ensino superior. Apesar de existir uma disputa para definir qual é a instituição pioneira nesta área, assim como ocorre sobre as universidades, não é o objetivo deste trabalho, pois mais importante que desvendar o local onde ocorreu a primeira atividade extensionistas é compreender como ela se desenvolveu e quais suas potencialidades.

As ações extensionistas pioneiras influenciadas pelo modelo inglês, de acordo com FORPROEX (2012), ocorreram, em 1911, na Universidade de São Paulo (USP), vinculada a Universidade Popular, com cursos e conferências, que segundo Nogueira (2005), eram sobre diversos temas, abertos à população em geral. A Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo foi, segundo MEC (1995),

indiscutivelmente, a primeira experiência de extensão universitária empreendida por uma instituição de ensino superior no Brasil.

Quanto ao modelo norte americano, influenciou na década de 1920 duas escolas: a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), atualmente Universidade Federal de Viçosa (UFV), que se inspirava na atuação dos *Land Grant Colleges* americanos, com atividades de extensão voltadas para a prestação de serviços na área rural, levando assistência técnica aos agricultores. Sob esta mesma ótica, a Escola Agrícola de Lavras, atualmente Universidade Federal de Lavras (UFLA), inicia as suas atividades extensionistas a partir da publicação do jornal O Agricultor, que tinha como finalidade “disseminar, de modo claro e preciso, os conhecimentos indispensáveis ao inteligente aproveitamento das riquezas naturais” (NOGUEIRA, 2005, p. 17).

Desde 1929, a Semana do Fazendeiro acontece na Universidade Federal de Viçosa, ininterruptamente, e é considerada, por Mota, Gomes e Leonardo (2016), como um dos mais tradicionais eventos de extensão universitária do Brasil e tem o objetivo de promover o diálogo com a sociedade, integrando produtores rurais das diversas regiões brasileiras, docentes, discentes de graduação e pós-graduação, técnicos e pesquisadores de vários órgãos públicos municipais, estaduais ou federais e da iniciativa privada. Gurgel (1986) corrobora afirmando que este evento, realizado em 14 de julho de 1929, é considerado um marco, pois esta foi a primeira atividade extensionista no Brasil, sistematizada em conformidade com o modelo norte-americano de prestação de serviços ao meio rural.

Na década de 1930, afirma Incrocci e Andrade (2018), o movimento estudantil, o Ministério da Educação (MEC) e as Instituições de Ensino Superior (IES) participam deste primeiro marco regulatório da extensão universitária no Brasil, o Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído por meio do Decreto nº. 19.851 de 11 de abril de 1931. Neste momento, complementa os autores, ela é concebida como um processo de difusão do conhecimento, da cultura ou prestação de serviço conforme explicita o artigo 42 do referido decreto:

Art. 42. A extensão universitária será effectivada por meio de cursos e conferências de character educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitário.

§ 1º Os cursos e conferencias, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à diffusão de conhecimentos uteis à vida individual ou collectiva, à solução de problemas sociaes ou á propagacção de idéas e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionaes.

§ 2º Estes cursos e conferencias poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino tecnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam accessíveis ao grande publico (BRASIL, 1931, art. 42).

Os discentes brasileiros, influenciados pelo Movimento de Córdoba, ocorrido na Argentina em 1918, começam a batalhar, a partir da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938, por um Projeto de Reforma Universitária que atente para realidade social do país. Os universitários lutavam por uma universidade integrada com a sociedade, tendo a extensão como um dos pilares da educação superior (MEC, 1995).

No fim da década de 1950 e início de 1960, os universitários brasileiros, centralizados na União Nacional dos Estudantes (UNE), afirma FORPROEX (2012), promoveram importantes movimentos de caráter político e cultural demonstrando compromisso social e buscando uma formação interprofissional. Apesar destas ações, o fórum considera que, no âmbito da institucionalização, este movimento contribuiu pouco para a institucionalização da extensão. Além disso, surge o ideal de educação como prática libertadora, que resulta no Sistema Paulo Freire de educação de adultos, trazendo uma nova perspectiva para a relação professor e aluno. “As concepções estudantis foram sistematizadas na "Declaração da Bahia", na "Carta do Paraná", formuladas nos Seminários Nacionais de Reforma Universitária de Salvador, que ocorreu em 1961, e na cidade de Curitiba, em 1962” (WANDERLEY 1986, p. 48).

O modelo norte-americano, segundo Wanderley (1986), influenciou diretamente na reforma universitária ocorrida na década de 1960. Nos espaços intelectuais brasileiros, reforça o autor, houve um domínio da adoção de modelos e soluções importados, sem ter o zelo de fazer uma adequação à realidade brasileira.

Ao discutirmos a temática extensão universitária brasileira, Wanderley (1986) sugere fazermos uma divisão em dois períodos, um antes e o outro entre 1964 até a redemocratização. No primeiro período, a universidade era um lugar privilegiado, uma minoria tinha acesso ao ensino superior, ideias e críticas geravam um embate acerca dos caminhos da universidade. De um lado a defesa era por participação universitária em projetos sociais, enquanto a outra defendia a modernização. No segundo momento trata-se do pós 1964, período em que desconsiderou os debates e as discussões anteriores. A reforma universitária de 1968, segundo Wanderley (1986), a extensão não é considerada função da universidade, o que se refere a esta e que pode haver coordenações próprias

para as atividades extensionistas, conforme o decreto nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.

Durante o governo militar, a dependência financeira da universidade em relação ao Estado se deu por, segundo Gonçalves (2016), este considerá-la como estratégica para o aumento da produtividade e equilíbrio econômico. Neste cenário, a extensão universitária, durante o período da ditadura militar, adota um caráter assistencialista, complementa o autor, e suas ações adotam maneiras de repressão ao movimento estudantil e a ideologia de auxiliar a população carente e o desenvolvimento da nação.

Corroboram com o exposto, conforme elenca FORPROEX (2012), principalmente, três iniciativas: as duas primeiras foram, em 1966, criação do Projeto Rondon e do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), estes projetos proporcionaram aos discentes, experiências junto às comunidades rurais, apresentando-lhes novos horizontes e criou-se um espaço para que pudessem contribuir para a melhoria de vida da população atingida por estes projetos. Por fim, a Lei Básica da Reforma Universitária, Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que estabelece a extensão sob uma ótica assistencialista, como observado no artigo 40, alínea “a” (BRASIL, 1968):

[...] por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (BRASIL, 1968).

Na segunda metade da década de 1970 a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior, cria o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que conforme afirma Nogueira (2005), dentre outros, estabelece a extensão universitária como o mecanismo pela qual a universidade aumenta o seu raio de atuação chegando até a comunidade e desta recebendo influência o ensino e a pesquisa, transformando em sujeitos da ação extensionista as camadas populares, antes vistas como objeto da mesma.

O declínio da ditadura e a redemocratização proporcionaram uma maior abertura política, fortalecimento dos movimentos sociais e ainda, esclarece Gonçalves (2016), atribuiu a universidade novas funções políticas e sociais. A década de 1980, no âmbito da extensão, ressalta-se a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), no I Encontro de Pró-Reitores de

Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que ocorreu nos dias 4 e 5 de novembro de 1987 em Brasília (DF). Esta entidade que se consolidou no decorrer dos anos seguintes se propôs, conforme estabelece o artigo 1º do seu regimento aprovado em 2010, articular e definir “políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia” (FORPROEX, 2010). Gonçalves (2016) acrescenta o papel de pressão política desta entidade junto ao MEC.

Além disso, o autor considera a criação do fórum como um marco epistemológico da extensão universitária, ao colocar que anteriormente assumia o papel de difusora cultural e científica, prestadora de serviço, assistencialista ou desenvolvimentista, porém a partir da criação do FORPROEX adota a função de direcionamento para a “consolidação de responsabilidade e compromisso social e como dimensão intrínseca da formação acadêmica e do conhecimento produzidos na e pela Universidade” (GONÇALVES, 2016, p. 1236).

Neste primeiro encontro já se iniciam lutas, principalmente no que tange o financiamento das atividades extensionistas, que perduram até os dias atuais como: recursos da União, de forma permanente, para financiar os programas/projetos de extensão, assegurando a continuidade das suas ações; criação, no Ministério da Educação (MEC), de um fundo especial de financiamento; e também ser considerada uma atividade acadêmica; e financiar por intermédio das agências de fomento seus programas e projetos (FORPROEX, 1987).

Durante a década de 1990 tem-se um momento de discussão e debates nos diversos setores. Surgem paradigmas que, conforme Guadilla (2011, p. 16), valorizam a subjetividade e a dimensão qualitativa da vida social em detrimento de “aspectos como a certeza, a predicação, a causalidade, o determinismo”. Além disso, o pluralismo e a diversidade protagonizam uma nova compreensão de mundo que tende a aflorar valores como a solidariedade, responsabilidade, justiça, equidade, democracia, respeito mútuo e tolerância. A produção do conhecimento, acompanhando esta tendência, complementa Guadilla (2011, p. 16), busca formas “mais contextualizadas, integradas e transdisciplinares; e, ao mesmo tempo, enfatizam a necessária aliança entre as ciências naturais e as ciências sociais”. Para Calderón (2011), tanto no âmbito das estruturas organizacionais das instituições de ensino superior, quanto na viabilidade de implementação e execução na práxis universitária, a extensão universitária se tornou objeto de análise, estudo e debate.

As experiências multidisciplinares, contribuições de diversas ciências, diferentes lentes, acerca de objetos e temas convergentes, interdisciplinaridade, a busca por elementos de interação entre disciplinas, e a transdisciplinaridade, os sujeitos experimentando outras áreas do conhecimento, tem provocado, no entendimento de Almeida Filho (2008), a construção de novos paradigmas, campos de saberes e articulações entre as disciplinas. Esta superação dos limites tem se mostrado promissor para que, verdadeiramente, a universidade possa se tornar um instrumento de inclusão social. Para tanto, afirma Silva (2006), seria necessário transpor duas barreiras: a burocracia, por dar ênfase aos resultados, esquecendo da importância da construção do conhecimento e o conservadorismo, ao passo que, conforme exposto anteriormente, a universidade precisa inovar e o que se tem percebido é uma resistência mudança e uma incompreensão ao novo.

O ingresso de estudantes de grupos minoritários, de diferentes classes sociais nas universidades traz consigo a necessidade de se colocar o conhecimento científico para dialogar com diferentes tipos de conhecimentos. Ao passo que a ciência avança para o interior da sociedade, esta, também, adentra a primeira, desfazendo assim, o ‘muro’ que as separa. A universidade foi criada com base na transmissão do conhecimento, a unilateralidade, mas neste novo contexto, de conhecimento pluriversitário, traz no seu arcabouço a interatividade, intensificada pelas novas tecnologias de informação e de comunicação (SANTOS, 2011).

No que se refere à educação superior no Brasil, a década de 1990 ficou marcado por transformações nas políticas públicas. A função social da universidade continuou sendo exercida pela extensão universitária, mas durante este período deu-se uma aproximação com o setor produtivo. Buscou-se implantação de sistemas de avaliação e creditação, acompanhando uma tendência que repercutiu em toda América Latina; fortalecimento das relações com o setor produtivo e a emergência de novos modelos de financiamento. Vale ressaltar que a extensão era vista como um apêndice à universidade, ainda, segundo o autor, ela não estava integrada às atividades de ensino e pesquisa (WANDERLEY, 1986).

Na mesma década, o principal avanço, no que tange a regulamentação, da extensão universitária foi a elaboração da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabeleceu a educação superior com a finalidade, dentre outras, para a promoção da “extensão, aberta à participação da população,” no intuito de difundir as “conquistas e

benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.” Além disso, atividades de extensão voltadas a aproximar os níveis escolares com o objetivo de universalização e aprimoramento da educação básica. E por fim, constitui que: “As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo” (BRASIL, 1996).

De acordo com Martins (2011), a partir da fixação de diretrizes e bases para a educação nacional, a avaliação se torna o princípio que orienta as ações do Estado em relação ao ensino superior no Brasil. Mediante padrões de qualidade definidos pelo governo federal que, no seu interesse e demanda da sociedade civil, “avalia e confere o credenciamento de cursos, projetos, programas e novas instituições” (MARTINS 2011, p. 75 e 76).

No que tange a extensão universitária, Santos (2011), faz um prognóstico de que esta área tende a se desenvolver, pois o capitalismo busca tornar as universidades cada vez mais funcionais e que, as atividades de extensão que estas instituições deverão cumprir, aumentam seu compromisso social de luta pela democracia, em defesa da diversidade e contra qualquer tipo de exclusão. Além disso, o autor faz uma ressalva de que a extensão não pode se orientar pelas atividades mais rentáveis no intuito de não perder o foco de resolução de questões de exclusão e discriminação.

No século XXI, segundo o FORPROEX (2012), vale ressaltar dois principais avanços alcançados pela extensão universitária: primeiro, o Plano Nacional da Educação (PNE), 2001 a 2010, destinou 10% da creditação curricular a estas atividades, partindo do princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. O segundo, destaca os diversos programas e aplicação de recursos da União destinados às atividades extensionistas, dentre os quais ressaltam-se: PET/conexões – o Programa de Educação Tutorial foi desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), a partir de 2005, em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESU), e o PROEXT – Programa de Extensão Universitária. Gonçalves (2016) acrescenta a estas conquistas, no que perpassa a visibilidade, a criação, na plataforma *Lattes*, de um campo específico para a área de extensão. Além disso, é importante enaltecer a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) aprovada em 2012 pelo FORPROEX.

2.2.2 Reflexões e conceitos acerca da Extensão Universitária

As discussões acerca da extensão universitária não iniciaram e não se esgotaram na Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), elaborada por um grupo de trabalho do FORPROEX e, em maio de 2012, na cidade de Manaus, aprovada no Encontro do fórum. Este documento faz um apanhado das discussões anteriores, baseando-se, especialmente, no Plano Nacional de Extensão Universitária e na LDB, bem como acrescenta outros elementos, no intuito de colocar a extensão como um dos atores principais, conforme o princípio da indissociabilidade com o ensino e pesquisa (FORPROEX, 2012).

Uma universidade precisa, segundo o FORPROEX (2012), ser plural, diversa, tolerante e inclusiva para que possa desempenhar de maneira satisfatória o seu papel de contribuir para o desenvolvimento em todas as dimensões (ética, humana, social e econômica) demandadas pela sociedade.

Assim sendo, a Política Nacional de Extensão Universitária considerou que o modelo a seguir é de uma universidade democrática, voltada à cooperação, diálogo, tolerância e respeito à diversidade em todos os sentidos. Por fim, “Universidade é um espaço cuja riqueza se sustenta justamente na diversidade, na universalidade, na coexistência de múltiplas concepções, teorias, metodologias e processos” (FORPROEX, 2012, p.56).

A extensão universitária, após as lutas e as conquistas que ocorreram durante o século XX, atinge outro patamar em seu processo de evolução. No intuito de se firmar como um dos pilares da universidade e deixar a ideia de que é apenas uma atividade assistencialista, o FORPROEX, durante o XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, realizados em 2009 e 2010, respectivamente, a partir de diversos debates realizados, apresenta o seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 42).

Em suma, a extensão é um dos elementos base da universidade e carrega consigo a missão de interagir com a sociedade e seus atores nas mais diferentes formas. Sendo assim, é imperativo que conhecer a forma que foi constituída e como está se

desenvolvendo para que se possa chegar a uma conceituação aceitável para a maioria dos pesquisadores, haja vista a sua complexidade e diversidade.

No intuito de nortear as discussões acerca da Extensão universitária é salutar elucidarmos os conceitos dos tipos de ações extensionistas. Estas atividades são classificadas como programa, projeto, curso, evento e prestação de serviços, e, segundo FORPROEX (2007a), possuem as seguintes definições:

- ✓ Programa – ações programadas a médio e/ou longo prazo, por meio de diretrizes para a construção de projetos ou outras existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica);
- ✓ Projeto – conjunto de ações vinculado a um programa ou ação sem vínculo, com objetivo e prazo bem determinado de “caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico” (p. 35);
- ✓ Curso – É uma ação pedagógica, planejada e organizada, presencial ou à distância, com carga horária mínima de 8 horas e sistema de avaliação pré-definido, delineamento teórico, prático ou um mescla dos dois.;
- ✓ Evento – conjunto de ações para a propagação do conhecimento desenvolvido pela universidade seja por meio de congresso, seminário, ciclo de debates, exposição, espetáculo, evento esportivo, festival, campanha e outros tipos;
- ✓ Prestação de serviço – execução de determinado trabalho pela instituição de ensino superior á sociedade que não resulta na posse de um bem. Esta ação possui como características a intangibilidade e a inseparabilidade processo/produto.

Para Maneschky, Santos e Grinspun (2011), os cursos e as prestações de serviços continuam sendo o viés da extensão universitária, pois nestes casos, há apenas a transmissão do conhecimento produzido, e basicamente desenha a condição de função assistencialista da extensão universitária.

A partir destas definições é possível delimitar, segundo Jezine (2004; 2006), as concepções e práticas de extensão nas universidades em três modelos (QUADRO 1): assistencialista, social/acadêmico e mercantilista. Estas perspectivas se materializam no “exercício da prática curricular das atividades universitárias” e ficam latentes quanto a forma que a universidade se relaciona com a sociedade e percebe as funções da extensão universitária no contexto institucional (JEZINE, 2004, p. 1).

Quadro 1 – Extensão Universitária no Brasil: concepções, funções, ações

CONCEPÇÕES	FUNÇÕES	AÇÕES
1. ASSISTENCIALISTA	Universidade e Sociedade	Eventos
	Transmissão de conhecimentos	Cursos
	Prestação de serviços	Projetos
2. SOCIAL/ACADÊMICA	Universidade e Sociedade	Programas Projetos
	Missão social	
	Ensino	
	Pesquisa	
	Interdisciplinaridade	
3. MERCANTILISTA	Universidade e Sociedade	Eventos
	Pesquisa	Cursos
	Transmissão de conhecimentos	Projetos Prestação de serviços

Fonte: Souza (2014, p. 15).

O modelo assistencialista considera que a instituição deve ofertar o conhecimento à população desprovida de saberes, centrando em educação, agricultura e saúde, mero transmissor e prestador do serviço. O mercantilista remete ao capitalismo, as iniciativas de privatização. Esta perspectiva voltada ao mercado, salienta Santos (2011), poderá fazer com que as universidades se percam em relação ao seu compromisso social, e se tornem prestadores de serviços àqueles que detêm o poder. E o social/acadêmico, que na visão do FORPROEX (2012) é o que deve ser almejado, busca a troca de conhecimentos entre a sociedade e a universidade, sendo agente transformador social. Nesta ótica,

[...] a extensão universitária, pretende deixar de ser uma função esporádica e assistemática para caracterizar-se como uma função acadêmica, que compõem o pensar e o fazer universitário, constituindo-se parte integrante do currículo em uma perspectiva de interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino e pesquisa (JEZINE, 2004, p. 2).

Sob a ótica de Silva (2000), percebe-se a extensão a luz da sua estrutura, objetivos e relações no âmbito interno da universidade. Entender a extensão nos permite ampliar nosso entendimento sobre a universidade como um todo. Diante disso, a autora propõe três concepções de extensão, que foram compiladas no Quadro 2.

Quadro 2 – Concepções de extensão e sua relação com ensino e pesquisa

Concepção	Estrutura	Enfoque	Interação com Ensino e Pesquisa
Tradicional (ou funcionalista)	Função específica, autônoma. Acaba reduzindo-se a ações esporádicas, eventuais e secundárias.	Atender as carências imediatas da população, numa perspectiva apolítica e assistencialista. Procura ser a saída para universidade, no intuito de estabelecer um vínculo com a sociedade, porém não consegue êxito na prática.	Desarticulação com o ensino e a pesquisa praticada e considerada natural.
Processual	Espaço próprio na estrutura universitária sob a forma de pró-reitoria, coordenação, entre outras, no intuito de atender as demandas da sociedade.	A extensão vista como a “consciência social da universidade”, tendo como papel estabelecer a articulação entre a universidade e as necessidades sociais.	Articulação com o ensino e a pesquisa, que fica, inclusive, consagrado em lei.
Crítica	Não se justifica, sua institucionalização, pois não se concebe que esta tenha vida própria, autonomia.	Passa a ser entendida como matéria de currículo. Daí dizer-se que, conforme Azambuja (1997, p. 43 <i>apud</i> Silva 2000, p. 8) “a extensão é duas, não é três. Do raciocínio nós eliminamos a extensão. Ela se transforma em ensino e pesquisa”. Para isto, é salutar que estes sejam comprometidos com a realidade, que o conhecimento produzido e transmitido seja inserido e contextualizado nesta realidade.	Está intrinsecamente ligada ao ensino e a pesquisa, é sua essência, sua característica básica, apenas efetivando-se por meio dessas funções.

Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo em Silva (2000).

Vale salientar que, segundo Silva (2000), apesar das diferenças expostas ente as concepções tradicional e processual, elas trazem no seu escopo, uma ideia de extensão deslocada do ensino e da pesquisa, como uma função específica da universidade, com objetivo determinado. Além disso, o autor ressalta que, a segunda perspectiva é a que, oficialmente, encontra-se na maioria das universidades.

No intuito de orientar a prática extensionista, o FORPROEX pactua, além deste conceito, as diretrizes que deverão direcionar a formulação e implementação da extensão universitária, que segundo Nogueira (2000) são: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e, finalmente, Impacto e Transformação Social.

A interação dialógica pode ser definida como a relação entre a universidade e a comunidade, afirma Nogueira (2000), não apenas estendendo o conhecimento científico à comunidade, mas, existindo a troca de saberes entre esses setores. Juntamente a isso articulando as políticas públicas para propagação dessas atividades nos espaços acadêmicos e públicos.

Já Campos, Carvalho e Matias (2017, p. 3) comparam, de forma análoga, a extensão a uma luz de conhecimento que parte da escola para o seu exterior, e que ao

sair “sofre refração, trazendo de volta um reflexo daquilo que a sociedade produz, acredita, compreende, faz e refaz – no sentido de mão dupla”. Nesta comparação os autores procuram exemplificar a necessidade de construir com o outro, elucidar de forma objetiva e clara, que é imperativo trabalhar ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável. A crise de legitimidade da universidade, assevera Gonçalves (2016), poderá ser superada a partir do atendimento ao seu compromisso social, por meio de um diálogo efetivo com a sociedade que haverá produção de conhecimento útil.

No que se refere à interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Nogueira (2000) conceitua como a combinação de várias áreas de conhecimento interagindo para a construção de elos intersetoriais para a efetividade da Extensão Universitária.

A extensão universitária foi o último dos pilares a ser incorporado à estrutura da universidade, conforme Incrocci e Andrade (2018), por demandar saberes que não se moldam, ou se encaixam a apenas uma disciplina ou departamento. Na perspectiva de Souza Neto e Atik (2005), pode ser compreendida como uma modalidade de pesquisa de intervenção, onde se encontram os paradoxos, as contradições, conflitos, valores, sentidos, ideologias e escolhas em movimento, dificultando o processo de compreensão dos fenômenos analisados. O pesquisador necessita sempre buscar o que está no entorno oculto e auxiliando os envolvidos a construir uma solução, um caminho, e isto demanda tempo para criar alternativas com os envolvidos. As certezas e incertezas caminham lado a lado, a construção de novos caminhos junto ao objeto de análise, para que assim possibilite entender e responder as exigências e necessidades humanas.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é advinda, na concepção de Incrocci e Andrade (2018), da necessidade de a universidade manter-se conectada à sociedade. Gonçalves (2016) esclarece que o conceito de indissociabilidade é complexo, pois diversos autores percebem a relação entre estes três elementos de formas distintas. Isto se deve ao fato de que, no cotidiano, essas interações serão debatidas, estudadas e exploradas a partir de estruturas administrativas, ferramentas de avaliação e gestão, portanto, que se consiga chegar a uma concepção principal, dificilmente se atingirá o consenso.

Nesta diretriz, expõe Nogueira (2000), o aluno é colocado do patamar de protagonista de formação técnica e tem o compromisso ético de ser um transformador social. Estendendo para a função de extensão universitária essa interação do conhecimento científico do aluno com a comunidade na qual será inserido. Essas

interações entre ensino-extensão têm como fruto a pesquisa, como se dá as atividades extensionistas fora do eixo da universidade.

A extensão é vista, por Souza Neto e Atik (2005), como atividade típica da universidade, no entanto há uma tendência entre estudantes e professores se dedicarem apenas ao ensino e a pesquisa, respectivamente, enquanto a terceira finalidade da universidade fica como uma consequência. Na perspectiva de Moita e Andrade (2009) a extensão e o ensino são considerados continuação natural da pesquisa no intuito da produção científica se tornar mais efetiva e intervir no fenômeno estudado, gerando um ciclo virtuoso, em um processo que torna os trabalhos científicos mais ricos tendo em vista este processo de retroalimentação.

Dessa forma, ensino, pesquisa e extensão não podem ser vistos em uma estrutura de forma separadas, como se fossem organizações dentro das Instituições de Ensino Superior (IES). A criação de estrutura específica para a extensão fez-se necessário devido ao fato de não se ter entendido o real sentido dessa composição, segundo o autor, os cursos de graduação e pós-graduação deveriam apropriar da extensão enquanto prática acadêmica. Vale salientar que, por não haver uma real percepção desta finalidade elementar do fazer universitário, o autor não é contra que haja uma estrutura para debater o tema (CALDERÓN, 2011).

O fato de a universidade considerar ensino, pesquisa e extensão como três atividades distintas, afirma Gonçalves (2016), fere o princípio da indissociabilidade, ou seja, estas instituições formam profissionais que vivenciaram dois ou então apenas um destes elementos, sendo dissociáveis. Além disso, este princípio é da universidade e não exclusivo da graduação, portanto precisa estar presente em todos os níveis de formação oferecida pela universidade. Para Santos (2005), a universidade estará atendendo a este princípio quando as atividades de extensão estiverem tão impregnadas no fazer universitário, ou seja, no ensino e na investigação que não será mais necessária uma estrutura específica.

O caminho para atender ao este princípio é o diálogo com o ensino e a pesquisa, afirma Gonçalves (2016), pois da forma que está a extensão incorre no risco de se limitar a programas, projetos, cursos, eventos e outras modalidades. O autor entende que esta estruturação foi necessária para conquistar o seu espaço na universidade, a legitimação. Nesta ótica, a extensão abriu mão do princípio constitucional para garantir presença e posteriormente dialogar com os outros elementos.

A indissociabilidade precisa ser analisada a partir de duas visões: administrativa e acadêmica. A primeira é a mais simples, como a atividade fim (ensino-pesquisa-extensão) é separada por pró-reitorias, ou similares, dificultando o diálogo por cada uma possuir interesses adversos ou concorrentes. Gonçalves (2016, p. 1246) sugere “uma política institucional de formação e de produção de conhecimento, que deverá constituir o Projeto Pedagógico Institucional (PPI)”, articulado ao Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), no intuito de orientarem as atividades desenvolvidas na instituição com vistas à indissociabilidade. Este planejamento precisa ser integrado, apenas um ou dois não são suficientes. A segunda e mais complexa, para o autor é o desafio para a extensão universitária “como princípio filosófico, político, pedagógico e metodológico necessário, que permeie e integre efetivamente Ensino, Pesquisa e Extensão” (GONÇALVES, 2016, p.1244).

Em relação ao impacto na formação do estudante, Nogueira (2000) esclarece que a participação do estudante nas atividades de extensão, deve levar em consideração a flexibilização da carga horária e a integralização dos assuntos abordados na universidade. Assim, deve-se assegurar três pontos ao discente: um orientador, as atribuições e objetivos da atividade extensionista e o método de avaliação ao qual será submetido.

Por fim, o impacto e a transformação social advindos de uma atividade extensionista, visa atuar na sociedade civil podendo transformá-la, por meio dessas diretrizes, ser efetivo na sua atuação, abranger a área escolhida e procurar as demandas da área escolhida (NOGUEIRA, 2000).

A extensão universitária tem como principal missão a difusão do conhecimento produzido na pesquisa, amparada pelo ensino, onde nenhum dos componentes deste tripé que sustenta a vida universitária seja considerado superior aos demais. Ressalta-se que “a extensão é a principal esfera por meio da qual a comunidade se relaciona com a instituição universitária” (MARTINS 2011, p. 78). Há uma expectativa, no entendimento de Gatti (2011), que as ações extensionistas inseridas nas comunidades busquem “seus fundamentos em uma perspectiva sociocultural e ética” vinculando três dimensões elementares: cenário histórico-social, ao papel da universidade e uma perspectiva de conhecimento como instrumento para viver melhor. Como a extensão universitária se propõe transpor os muros da universidade, torna-se imperativo que os atores sociais atuem efetivamente na produção dos saberes para o desenvolvimento da

comunidade ao que estão envolvidos. Precisamos parar de ofertar à sociedade aquilo que consideramos interessante ou conveniente a eles.

Apesar de alguns setores verem a extensão como algo para obter mais recursos ou então fazer caridade a pessoas que não tiveram acesso à educação formal, Wanderley (1986) alerta que, a extensão é finalidade básica da universidade e que sua aplicação tem obtido redefinição em conteúdo de cursos, reorientação de pesquisas e um novo olhar à ciência. Com isso, a universidade, por meio do fazer extensionista, presta serviços à comunidade, no intuito de propiciar-lhe acesso ao conhecimento e tecnologias, em contrapartida ao escutar as demandas da sociedade, a universidade vai além das suas “fronteiras”, liberando o conhecimento e abrindo espaço para a criatividade. O respeito ao outro, permite “a práxis extensionista se constituir numa via de mão dupla, pela qual o conhecimento produzido na universidade afeta tanto as experiências e vivências cotidianas quanto é por elas afetado” (SOUZA NETO; ATIK, 2005, p. 18).

A implementação de uma política de extensão enfrenta diversas limitações, dentre elas o FORPROEX (2012) destaca: a dificuldade de manutenção dos projetos devido à instabilidade do financiamento; o conservadorismo e rigidez acadêmica que impendem atender às demandas latentes da sociedade; e o marco jurídico-legal defasado, que emperra a gestão universitária.

Dentre os diversos desafios apresentados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior, para fins deste trabalho destacou três que afetam diretamente o nosso objeto de estudo: através de processos públicos, transparentes e contínuos, estabelecer base sólida de financiamento a fim de acabar com a forma fragmentada e eventual com a qual são financiadas as ações extensionistas; definir o papel dos editais, dos orçamentos e dos planos plurianuais; e atualizar as áreas temáticas no intuito de torná-los mais compatíveis aos desafios e demandas inter e transdisciplinares (FORPROEX, 2012).

2.2.3 Indicadores de avaliação da extensão

Para que se consiga atingir os objetivos de valorização e visibilidade, a extensão universitária, assim como as outras ações praticadas pelas IPES, necessita de instrumentos de aferição que possam determinar se as atividades desenvolvidas estão alcançando os resultados almejados. A sistematização do fazer extensionista torna-se

salutar para elaboração de indicadores que possam aferir se as atividades de extensão são relevantes, tendo como parâmetro as necessidades de quem se pretende atingir (SANTOS; MEIRELLES; SERRANO, 2013).

A matriz de alocação de recursos nas universidades públicas federais, regulamentada pelo Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010, é considerado, pelo FORPROEX (2012), como um avanço importante em direção à garantia do financiamento público dos programas e projetos de extensão. Porém, vale ressaltar que, segundo o fórum, o próprio decreto (no artigo 4º, §2º, inciso VIII) traz um desafio, pois exige, para a sua materialização, que haja programas institucionalizados de extensão, bem como indicadores de monitoramento. Em 1993 o Ministério da Educação elaborou uma pesquisa, publicada em 1995 com o título “Perfil da Extensão Universitária no Brasil”, que obteve, dentre os seus resultados, a percepção, conforme MEC (1995), do quão variadas são as práticas extensionistas. Neste sentido, Gonçalves (2016) afirma que apesar de haver dados objetivos e auditáveis acerca da extensão, a matriz de alocação de recursos do MEC não contempla esta dimensão da universidade.

Diante disto, o FORPROEX buscou construir critérios de avaliação da extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) desde 1999, quando foi criado o Grupo de Trabalho (GT) de avaliação que, posteriormente, transformou-se na Comissão Permanente de Avaliação de Extensão (CPAE) em maio de 2001. Neste período, que compreende até o ano de 2014, exceto de 2007 a 2010, segundo o FORPROEX (2017), tiveram diversos debates nos encontros realizados pelos fóruns regionais e o nacional, além de debates realizados internamente pelas instituições e pesquisadores.

No ano de 2017 o FORPROEX publicou um livro em que trata dos resultados de anos de discussões e debates. Vale salientar que este é mais um importante passo rumo ao estabelecendo de critérios para avaliar a extensão, uma vez que esta possui vários elementos intangíveis, dificultando muito o estabelecimento de critérios objetivos. Em suma, o livro retrata que o “processo de consulta sobre relevância dos indicadores partiu da proposição de 58 chegando ao número final de 52”. Dentre esses, este trabalho utilizará os 10 melhores critérios avaliados, de acordo com a pontuação obtida.

Quadro 3 – Elementos de observação para a análise de processos participativos

Âmbito	Critério de Avaliação	Elementos de observação
Relação Universidade-Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	Identificar o alcance dos programas projetos de extensão junto à comunidade externa; Unidade de Medida Quantitativa, proporção: pessoas atendidas / programas + projetos; Fórmula de Cálculo N° total de pessoas atendidas por programas e projetos no ano / N° total de programas e projetos apoiados no ano
	Público alcançado por cursos e eventos	Identificar o alcance das ações de extensão junto à comunidade externa por meio de cursos e eventos; Unidade de Medida Quantitativa, proporção: pessoas atendidas / cursos + eventos; Fórmula de Cálculo N° total de pessoas atendidas por cursos e eventos no ano / N° total de cursos e eventos apoiados no ano
	Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Avaliar o grau de compromisso da IES com o ensino público; Unidade de Medida Quantitativa, percentual (%); Fórmula de Cálculo (N° de ações de extensão dirigidas às escolas públicas / N° total de ações de extensão registradas) x 100
	Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Avaliar o grau de comprometimento social da IES com a população em situação de vulnerabilidade; Unidade de Medida Quantitativa, percentual (%); Fórmula de Cálculo (N° de ações de extensão dirigidas à população em vulnerabilidade social / N° total de ações de extensão registradas) x 100
Política de Gestão	Estrutura organizacional de suporte à Extensão Universitária	Identificar na IES a existência de órgãos definidores de políticas de extensão, responsáveis pela implementação de normas e regulamentações
	Garantia da qualidade na extensão	Identificar a existência de procedimentos formais e sistematizados para avaliação e aprovação de propostas, acompanhamento da execução e resultados de ações de extensão
	Recursos do orçamento anual público voltado para extensão	Identificar o percentual de recursos aprovados no orçamento ordinário da IES destinados exclusivamente à extensão; Unidade de Medida Percentual (%); Fórmula de Cálculo = (Orçamento anual destinado exclusivamente à extensão / Orçamento total da IES no ano) x 100
Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Avaliar o quantitativo de bolsas de extensão em relação ao total de bolsas concedidas para alunos de graduação, exceto as bolsas de assistência estudantil; Unidade de Medida Quantitativa, percentual (%) Fórmula de Cálculo = (N° anual de bolsas de extensão para alunos de graduação / N° total anual de bolsas para alunos de graduação excluindo assistência estudantil) x 100
	Participação de docentes na extensão	Avaliar o nível de participação direta (coordenação e/ ou execução) de professores em ações de extensão universitária Unidade de Medida Quantitativa, percentual (%); Fórmula de Cálculo (N° de técnicos-administrativos do quadro permanente da IES envolvidos em ações de extensão / N° total de técnicos-administrativos do quadro permanente da IES) x 100
Produção Acadêmica (Prod)	Ações de extensão desenvolvidas por modalidade	Avaliar o nível de oferta de ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço) relativamente ao total de alunos de graduação da IES; Unidade de Medida Quantitativa, proporcional Fórmula de Cálculo N° ações / n° de alunos de graduação matriculados em regime presencial

Fonte: Elaborado pelo autor com base em FORPROEX (2017).

Assim, estes critérios de avaliação (QUADRO 3) estão divididos em quatro dimensões, que podem ser definidos como:

A **política de gestão** contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, bem como seus instrumentos de ação denunciam se a missão da IPES incorpora a função extensionista.

[...] A **relação IPES/sociedade** revela de que modo as atividades de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a IPES interage com a sociedade no sentido de transformações recíprocas. O **plano acadêmico** analisa as possibilidades de incorporação da extensão na vida acadêmica, valorizando as experiências desenvolvidas pelo conjunto de participantes na ação extensionista (professores, funcionários e alunos). A **produção acadêmica** trata da captação dos produtos resultantes da ação da extensão, que elabora e dissemina conhecimentos e que, no âmbito universitário, tem o seu valor reconhecido. (SANTOS, MEIRELLES; SERRANO, 2013, p. 80-81, grifo nosso).

Além de definir as quatro dimensões, o FORPROEX (2017) apresentou, conforme Quadro 3, os critérios de avaliação e os elementos que deverão ser observados, incluindo, neste terceiro item, a fórmula para se calcular, avaliar cada um dos critérios.

A avaliação que produz saberes que a comunidade usufrui é, segundo Meirelles e Santos (2013), aquela que entende o contexto ao qual está inserida. Portanto, para se avaliar a extensão universitária, complementam os autores, não se pode considerá-la como única, mas entender que ela se apresenta nas mais variadas formas nas universidades públicas brasileiras.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da pesquisa

Com base em seus objetivos esta pesquisa pode ser classificada como descritiva, pois, inicialmente, o intuito deste trabalho foi expor particularidades da trajetória da Extensão Universitária em uma instituição de nível superior, tendo como base a implantação e execução do PROEXT. Esse tipo de análise, segundo Triviños (1987), visa descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Para tanto, foi necessário conhecer as características do objeto de estudo, caracterizar as ações extensionistas da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e identificar os avanços e desafios, tendo como base o período de 2003 a 2017. A base da pesquisa descritiva, conforme Gil (2008, p. 28), é descrever as “características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto ao procedimento da pesquisa adotou-se o estudo de caso, que buscou conhecer e compreender a trajetória da Extensão Universitária na UFV tendo como eixo a implantação e execução do PROEXT nesta instituição. Segundo Gil (2007) e Fonseca (2002), esta modalidade consiste em um estudo aprofundado de um ou poucos objetos bem definidos, como um programa ou instituição, de forma a obter um entendimento amplo e mais detalhado. Yin (2002) complementa citando que estudo de caso, trata-se de uma investigação de determinado fato a partir do seu contexto real, ressalta ainda que, os limites do fenômeno e seu contexto são tênues.

O estudo possui aspectos quantitativos, uma vez que, por meio da utilização da técnica de análise via Estatística Descritiva, busca-se descrever a evolução dos recursos captados pela UFV e o processo evolutivo da extensão nesta universidade e compará-los. Em relação aos aspectos qualitativos, tem como objetivos caracterizar as ações de extensão e identificar avanços e desafios da extensão na UFV.

3.2 Objeto de estudo e unidade empírica de análise

O objeto desta pesquisa foi a Extensão Universitária no período de 2003 a 2017, período em que houve aporte de capital oriundos do PROEXT, que é composto por programas e projetos que visam estimular ações extensionistas.

A unidade de análise foi a Universidade Federal de Viçosa (UFV) que, segundo FORPROEXT (2012), é uma das pioneiras em extensão universitária no país, com as prestações de serviços desenvolvidos, a partir da década de 1920, pela então denominada Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV). Vale ressaltar ainda que, desde o primeiro edital do PROEXT, no ano de 2003, até o último divulgado pelo MEC, em 2015, a UFV teve no mínimo uma proposta aprovada, sendo que, nestes 13 anos, foram 153 propostas contempladas com recursos, que consistiu em 78 programas e 75 projetos, totalizando mais de R\$ 16 milhões captados.

A Universidade Federal de Viçosa foi uma das pioneiras, na década de 1920, conforme Castro (2015), a adotar o modelo orgânico inspirado nos *Land Grant Colleges* americanos que tinham como base a trilogia ensino, pesquisa e extensão. Este modelo de formação, complementa a autora, era considerado inovador para o período, e devido a sua história, a UFV é particularmente reconhecida pela tradição no ensino das ciências agrárias. Muitos destes *colleges*, segundo Borges, Sabioni e Magalhães (2006), transformaram-se, posteriormente, em universidades, como por exemplo o *Iowa State College*, onde Peter Henry Rolfs, responsável pela construção e implementação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), estudou e graduou.

O Presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, recorreu ao embaixador brasileiro nos Estados Unidos a indicação de um especialista no intuito de fundar organizar e dirigir uma escola agrícola em conformidade com o modelo do *Land Grant Colleges*. Após algumas tentativas frustradas, encontra o Professor Peter Henry Rolfs, do Departamento de Agricultura da Universidade da Flórida, que aceita o desafio e chega a Belo Horizonte no início do ano de 1921. Pelo Decreto nº 6.053, de 30 de março de 1922, Arthur Bernardes cria a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), que deu origem a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Em cerimônia presidida pelo Prof. Rolfs e com a presença do presidente Arthur Bernardes, foi inaugurada oficialmente em 28 de agosto de 1926 a ESAV (BAETA, 2016).

A criação da ESAV almejava o desenvolvimento agrícola de Minas gerais tendo como objetivo a modernização da agricultura mineira a partir da aquisição e difusão de saberes no que tange a vida rural, desde questões morais às econômicas. A perspectiva era de educar a elite mineira no anseio de “eliminar o modo de vida do “Jeca Tatu” - “caipira mineiro” - resistente ao “progresso”, à civilização do país e sempre de cócoras para a racionalização da agricultura” (RIBEIRO e SILVA, 2017, p. 74). Corroborando, Silva (2017) afirma que a escola, efetivamente, atingiu seu propósito de transformar o

padrão agrícola mineiro, bem como suas técnicas de produção. Isso se deu por meio da educação dos filhos dos agricultores e treinamento de mão de obra.

Em 15 de novembro de 1949, por meio do Decreto Nº 3.211 a ESAV, segundo Baeta (2016), foi núcleo da criação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), composta pela Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão. A UREMG incorporou a Escola Média de Agricultura de Florestal (EMAF), permitida pela Lei n.º 1360, de 05 de setembro de 1955.

A UREMG foi criada num período em que o governo do estado de Minas Gerais enfrentava problemas financeiros. Diante deste cenário, explicitam Castro e Alves (2017), o desenvolvimento da pesquisa e extensão esteve intimamente ligado aos convênios de assistência técnica estabelecidos entre Brasil e Estados Unidos na década de 1950, dentre os quais os autores destacam os realizados com a Universidade de Purdue que, dentre outros, possibilitou a vinda de especialistas dos EUA, conforme Ribeiro e Silva (2017), para a criação do curso superior em economia Doméstica e criação do serviço de Extensão Rural. Em 1960, destaca Lima (2017), a fundação Ford financiou a construção e instalação do Instituto de Economia Rural da UREMG com o objetivo de desenvolver pesquisa nas áreas de economia, extensão e administração rural. Além disso, complementa Ribeiro (2007), no âmbito destes convênios a universidade estadual foi pioneira, na América Latina, na área de ciências agrárias em cursos de pós-graduação como: Mestrado em Economia Rural, Mestrado em Fitotecnia e Mestrado em Nutrição Animal e Pastagem.

A comunidade acadêmica de Viçosa, conforme afirma Baeta (2016), fez o possível para impedir a federalização da UREMG, porém pelo Decreto nº 64.825, de 15 de julho de 1969, foi instituída a Universidade Federal de Viçosa (UFV), pelo presidente Arthur da Costa e Silva, que, além de incorporar a UREMG, criou de cursos como Economia Doméstica e Engenharia Florestal. A federalização aconteceu num período de investimento nas universidades alinhado aos preceitos da reforma de 1968, complementa Castro e Alves (2017), vislumbrando a possibilidade de expansão e o contexto propenso a isso fez com que não se constituísse uma universidade rural. Ribeiro e Silva (2017), corroborando com o exposto, afirmam que a instituição se destaca no cenário nacional não apenas por suas atividades de extensão, mas pela excelência dos cursos de pós-graduação em ciências agrárias.

Em 2006, como resultado da adesão ao Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades (REUNI) do Governo Federal foram instituídos mais dois *campi* à UFV. A Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF), que até o ano de 1981 era denominada EMAF, consolidou-se como *Campus* da Universidade Federal de Viçosa. Com a resolução nº 08/2006, do Conselho Universitário (CONSU), foi criado o *Campus* UFV–Rio Paranaíba (CRP), que iniciou suas atividades no segundo semestre do ano seguinte, com os cursos de Agronomia e Administração.

De acordo com o seu Estatuto² (1999), a Universidade Federal de Viçosa “é pessoa jurídica de direito público, financiamento pelo Poder Público, dotada de autonomia didático-científica, financeira, administrativa e disciplinar”. O Conselho Universitário (CONSU), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), e a Reitoria são os órgãos da administração superior da instituição. Cabe destacar as sete Pró-Reitorias que, conforme Organograma Geral da UFV³, Anexo A, estão subordinadas à Reitoria e Vice-Reitoria: Pró-Reitoria de Administração; Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários; Pró-Reitoria de Ensino; Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; e Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento.

O *Campus* de Viçosa é dividido em quatro centros de ciências, responsáveis por gerir, simultaneamente, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo artigo nº 24 do Estatuto, “em uma ou mais áreas de conhecimento, respeitadas as normas legais, estatutárias, regimentais e as resoluções dos órgãos competentes”, a saber: Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB), e Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH). Distribuídos entre os centros de ciências, segundo Organograma Geral da UFV, estão os 38 (trinta e oito) departamentos, definidos pelo artigo n 32 do Estatuto como: “unidade acadêmica básica da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal”. Enquanto os *campi* de Florestal e Rio Paranaíba, conforme anexo A, dividem-se em quatro institutos (Instituto de Ciências Agrárias; Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde; Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas; e Instituto de Ciências Humanas e Sociais)

² Estatuto aprovado pelo Conselho Universitário em sua 231ª reunião, de 16 e 17.12.98; aprovado pela Portaria nº 768, de 14.5.99, do Ministro de Estado da Educação (à luz do Parecer nº 354/99 – CESu/CNE), publicada no DOU de 18.5.99; averbado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte, em 27.9.99.

³ Disponível na página da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO) <http://www.ppo.ufv.br/?page_id=194>. Acesso em 08 de novembro de 2018.

e quatro diretorias (Diretoria de Ensino; Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Diretoria Administrativa-Financeira; e Diretoria de Extensão e Cultura).

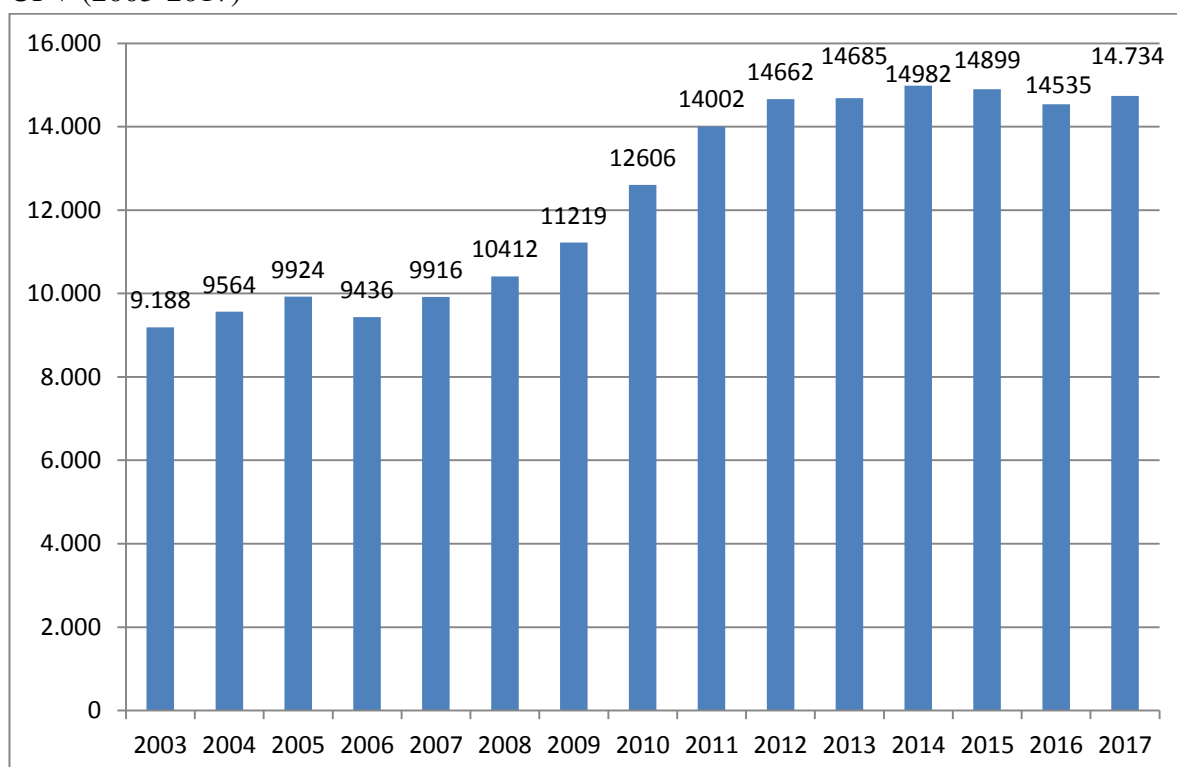
A Universidade Federal de Viçosa, desde sua criação, vem se nortando pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Originalmente voltada para as ciências agrárias e concentrada na cidade de Viçosa (MG), localizada na zona da mata mineira, a UFV, em 91 anos, ampliou e expandiu tanto nas áreas de atuação, quanto geograficamente. Em 2017, a UFV era dividida em três *campi*. O *Campus* sede, localizado em Viçosa, distante 227 Km de Belo Horizonte, possui população permanente era estimada, pelo IBGE 2015, em aproximadamente 78.381 habitantes, e a população flutuante, superior a 20.000 habitantes. O CRP situa-se na cidade de Rio Paranaíba, região do triângulo mineiro/Alto Paranaíba, distante 550 km, aproximadamente, da cidade de Viçosa (MG), em 2017 sua população era estimada em 12.462 habitantes. Por fim, CAF instalado no município de Florestal, (MG), região metropolitana de Belo Horizonte, 280 quilômetros de distância do Campus Sede, possuía, aproximadamente, 7.343 habitantes (UFV, 2018).

A Universidade Federal de Viçosa, segundo a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO), em 2017, ofereceu 68 cursos de graduação presenciais e 2 à distância, além disso, desde 2014, possui 1 curso no modelo pedagógico de alternância (Licenciatura em Educação do Campo). Na pós-graduação foram 48 programas na modalidade *stricto sensu*, sendo que 27 ofereceram mestrado e doutorado, e 13 de *lato sensu*. No ensino médio e técnico a instituição Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal, *Campus* UFV-Florestal, o Colégio de Aplicação (CAp-Coluni) e a Escola Estadual Effie Rolfs, no *Campus* Sede, sendo que esta oferta, também, ensino fundamental. O Núcleo de Educação de Adultos da Universidade Federal de Viçosa (NEAd/UFV), coordenado pelo Departamento de Educação, desenvolve atividades de educação de jovens e adultos. Por fim, o Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI) e o Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH), os quais estão vinculados ao Departamento de Economia Doméstica, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH) atenderam crianças de três a cinco anos e suas famílias da comunidade de Viçosa (UFV, 2018).

Acrescenta-se a esta estrutura 3.584 servidores, sendo que 2.298 eram técnico-administrativos e 1.286 professores. Diante disso, encontravam-se matriculados 22.555 estudantes, distribuídos da seguinte forma: 108 no Núcleo de Educação de Adultos; 178 no LDI e LDH; 1633 no ensino médio e técnico; 2.125 nos cursos Mediotec à distância;

14.734 em cursos de graduação no primeiro semestre de 2017 e 3.777 na pós-graduação – 3.249 *stricto sensu* e 528 *lato sensu*. Destaca-se que houve um aumento de 95%, aproximadamente, na quantidade de cursos oferecidos no período de 2003 (35 cursos) a 2017 (68 cursos). No que se refere a quantidade de estudantes matriculados, houve um aumento de 60%, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução do número de estudantes matriculados em cursos de graduação na UFV (2003-2017)



Fonte: Relatórios de Atividades divulgados pela PPO no período de 2004 a 2018.

As despesas executadas pela UFV disponibilizadas via Lei Orçamentária Anual (LOA), passou de R\$168.491.829,00, em 2003, para R\$888.899.427,40, em 2017, um aumento de 427%, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Evolução da execução orçamentária (R\$) – LOA UFV (2003-2017)

	Pessoal	Custeio	Capital	Total
2003	148.378.219,00	16.764.565,00	3.349.045,00	168.491.829,00
2004	170.378.559,00	21.467.747,00	3.462.865,00	195.309.171,00
2005	174.588.083,00	25.370.350,00	2.676.256,00	202.634.689,00
2006	231.721.877,00	27.772.790,00	3.344.314,00	262.838.981,00
2007	244.532.123,00	31.362.429,00	3.013.193,89	278.907.745,89
2008	271.148.730,00	40.824.948,00	8.081.196,00	320.054.874,00
2009	317.132.056,00	52.836.003,00	26.754.658,00	396.722.717,00
2010	382.890.087,70	73.273.496,96	34.880.999,53	491.044.584,19
2011	417.759.751,16	79.617.289,08	26.920.903,53	524.297.943,77
2012	442.100.817,38	85.389.090,03	28.426.418,08	555.916.325,49
2013	502.206.208,31	105.858.533,47	37.626.344,07	645.691.085,85
2014	575.315.143,34	107.133.479,38	32.828.790,49	715.277.413,21
2015	628.678.239,66	116.504.559,21	24.509.051,00	769.691.849,87
2016	663.088.568,95	136.499.762,51	24.106.049,10	823.694.380,56
2017	741.573.467,46	131.225.219,27	16.100.740,69	888.899.427,42

Fonte: Relatórios de Atividades divulgados pela PPO no período de 2004 a 2018.

Observa-se, baseado na Tabela 4, que as despesas com pessoal, manteve tendência de aumento durante o período analisado, sendo que, de 2003 a 2007 representou em torno de 88% do valor total, em 2008, 84,72% e, posteriormente, aproximadamente 80% do orçamento geral da UFV. Esta variação se deve, especialmente em decorrência dos investimentos realizados em função de programas como o REUNI.

3.3 Coleta de dados

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de pesquisa documental. Este trabalho teve como base de dados os relatórios institucionais da UFV disponíveis, por meio eletrônico e impresso a partir de 2003, na Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, editais do PROEXT, desde a sua criação, 2003, até o último publicado, ano de 2015, leis Orçamentárias Anuais (LOA) e de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), normativos como a Política Nacional de Extensão, resoluções e portarias. Estes documentos foram essenciais para a obtenção de dados sobre a disponibilização de recursos pelo governo, assim como, a destinação, programas e projetos beneficiados, valores destinados para a Extensão Universitária e os resultados, expressos pelos relatórios institucionais de gestão da UFV.

A pesquisa documental, para Fonseca (2002) trilha caminhos semelhantes à pesquisa bibliográfica, pois ambas são feitas a partir de referências teóricas publicadas e já analisadas por meios escritos ou eletrônicos, se tornando assim, uma tarefa um pouco complexa em diversas ocasiões. O que distingue as duas é basicamente o tipo de documento a que se recorre para a investigação.

Enquanto na pesquisa bibliográfica a busca é feita quase que exclusivamente por meio de livros e artigos científicos, material com um tratamento analítico, a pesquisa documental busca fontes de dados menos discutidos teoricamente, “tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc” (FONSECA, 2002, p. 32).

Apesar de quase todo trabalho científico iniciar-se com uma pesquisa bibliográfica, o que, na perspectiva de Gil (2008), permite ao pesquisador adquirir uma maior intimidade com o tema, é necessário que a fonte dos dados seja basicamente composta por livros e artigos científicos para se caracterizarem como tal.

3.4 Análise dos dados

Para realização deste estudo utilizou-se, para tratamento dos dados, as técnicas de Estatística Descritiva e Análise de Conteúdo.

A Estatística Descritiva buscou compilar os dados, por meio de gráficos e tabelas, facilitando a visualização do comportamento, em números, da extensão universitária na Universidade Federal de Viçosa, bem como, fazer tratamento dos dados referente ao PROEXT no período entre o ano de 2003 a 2017. Segundo Moraes (2005), esta metodologia pode ser definida como um conjunto de técnicas analíticas utilizadas no intuito de compilar diversos dados coletados durante uma investigação e, geralmente, estes são organizados por meio de tabelas, números e gráficos. Collis e Hussey (2005), afirmam que esta análise tem como foco o resumo, a descrição ou a apresentação de dados.

Quanto à técnica de Análise de Conteúdo foi utilizada para fazer inferência acerca da evolução da extensão universitária na UFV no período de 2003 a 2017 e os possíveis desafios, a partir da relação entre os recursos captados pela UFV, por meio dos editais do PROEXT, e o histórico da extensão nesta universidade. Esta metodologia de análise de dados, segundo Bardin (2011), caracteriza-se pelo conjunto de técnicas de

análise das comunicações, tendo como objetivo compreender suas significações implícitas ou explícitas. Para tanto, a autora divide em três etapas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A fase de pré-análise, afirma Bardin (2011), tem como objetivo organizar e estruturar as ideias iniciais. Neste período de organização, busca-se escolher os documentos a serem analisados, formular hipóteses e objetivos e elaborar indicadores que nortearão a interpretação, não necessariamente nesta ordem, porém de forma interligada. Tal fase, consiste em quatro etapas, quais sejam: (a) a leitura flutuante, consiste no contato com os documentos; (b) a escolha dos documentos, determina quais serão úteis; (c) a formulação das hipóteses e dos objetivos; e por fim, (d) a referenciação dos índices e elaboração de indicadores.

Diante disso, realizou-se a leitura dos documentos definidos para o estudo, a saber: os editais do PROEXT no período de 2003 a 2015, as Leis que o regulamentam, os Relatórios de Atividades da UFV, as resoluções e portarias acerca da extensão universitária na UFV. Buscou-se compreender se os recursos captados pela UFV por meio dos editais PROEXT influenciaram no fazer extensionista da instituição. Para tanto, verificou-se a evolução na quantidade de programas e projetos de extensão registrados, bem como, público envolvido nas ações e institucionalização/criação de setores e mecanismos para a gestão das práticas extensionistas na UFV. Foram definidas três categorias: PROEXT âmbito nacional; Extensão universitária na UFV; e PROEXT na UFV (QUADRO 4).

Quadro 4 – Categorias de análise

Categorias	Documentos analisados	Fonte dos documentos
PROEXT âmbito nacional	Editais e leis que regulamentam o PROEXT	Anteriores a 2009 no DOU e NAPE No site do MEC no período de 2009 a 2015
Extensão universitária na UFV	Resoluções, portarias e livro Práticas e Reflexões na Extensão Universitária: a Experiência da Universidade Federal de Viçosa	Na Biblioteca Central da UFV No site da SOC e da PEC
PROEXT na UFV	Editais PROEXT	DOU e NAPE

Fonte: Elaboração própria.

A fase de exploração do material, para Bardin (2011), tratou-se da fase mais demorada, e foi operacionalizada conforme definido na pré-análise. Nesta etapa, os documentos que tinham mais de uma edição, como os editais e os relatórios, foram agrupados em itens para comparação e análise, como por exemplo nos editais, onde se

falava das linhas temáticas, parcerias e outros grupos. Para isso, utilizou-se os programas da *Microsoft*: o *Word* e o *Excel*.

A terceira etapa, referiu-se, conforme Bardin (2011), ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A partir da etapa anterior foi possível gerar os gráficos, as tabelas e os quadros que facilitam realçar pontos de discrepância e analisar a evolução das três categorias estabelecidas na primeira fase. E, na quarta e última etapa, foram referenciados os índices e elaborados os indicadores sobre o PROEXT na UFV a partir do referencial teórico adotado.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados foi organizada a partir das quatro categorias temáticas definidas *a priori* tendo em vista os objetivos específicos e o referencial teórico utilizado neste estudo, a saber: o processo de implantação do PROEXT a nível nacional, a história da Extensão Universitária na UFV, as ações de extensão da UFV no PROEXT, e os avanços e desafios da extensão na UFV a partir do PROEXT.

4.1 O PROEXT a partir dos editais de 2003 a 2015

Neste tópico refere-se à análise da evolução do PROEXT, com base nos 13 editais publicados, anualmente, durante o período de 2003 a 2015, buscando compreender suas principais características e o seu significado junto ao processo de consolidação da extensão universitária brasileira. O acesso aos documentos se deu via *site* do Ministério da educação (MEC) e Diário Oficial da União (DOU), versão *online*, uma vez que este é o principal meio pelo qual estas chamadas públicas do governo federal são divulgadas.

Para conhecer melhor o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) faz-se necessário retornar à década de 1990. No intuito de avançar acerca das temáticas, avaliação e financiamento da extensão, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX) e o Ministério da Educação (MEC), intermediado pela Secretaria de Educação Superior (SESu), iniciaram um diálogo. A partir desta interação a SESu constituiu a Comissão Nacional de Extensão, responsável por estabelecer princípios e bases para programas de fomento à extensão universitária das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) (CABRAL, 2012; MEC, 1995).

Criado em 1993, o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) teve, segundo o MEC (1995), como finalidade integrar as IPES às realidades as quais estavam inseridas, ou seja, o ensino e a pesquisa articulando com as demandas e anseios da sociedade civil que a cerca. Concomitante a isso, buscou-se conhecer as concepções acerca da extensão para facilitar a análise dos diversos programas e projetos encaminhados. Diante disso, estabeleceu-se como pré-requisito para participação neste programa, conforme FORPROEX (2007), que as IPES respondessem a um questionário, em 1993, que tinha como finalidade a elaboração do perfil da extensão universitária

brasileira. Ressalta-se que a limitação de recursos financeiros foi apontada como principal empecilho para desenvolver as ações extensionistas.

Mais importante que o volume de recursos despendidos para este programa, destaca MEC (1995), foram: o diálogo que se estabeleceu entre a SESu e as IES e o reconhecimento da extensão como prática acadêmica. Na primeira década do século XXI, junto ao Plano Nacional de Extensão Universitária (1999), o PROEXTE, afirmam Maneschy, Santos e Grinspun (2011, p. 43), promoveu “um espaço de discussão e negociação da identidade e definição do papel da extensão na universidade e no contexto das políticas educacionais do ensino superior”.

Apesar deste bom relacionamento entre os órgãos, inicialmente, Nogueira (2013) afirma que em 1995, o MEC faz algumas alterações nas convocatórias, diferenciando os critérios para habilitação ao programa para as instituições IPES, confessionais, comunitárias e filantrópicas. Além disso, o PROEXTE foi apresentado em duas linhas de ações para financiamento:

Linha I – Articulação da Universidade com a Sociedade. Abrangendo cursos de capacitação, treinamentos nas áreas de educação, saúde, produção e qualidade de vida, assessorias técnico-administrativas, propostas alternativas de estágios e práticas curriculares, ações de cultura e manifestações artísticas, ações articuladas com a pesquisa e com o processo formativo em resposta às demandas sociais.

Linha II: Integração da Universidade com o Ensino Fundamental. Para financiamento de propostas consonantes com as Políticas Nacionais para Educação Básica, atendendo necessidades apontadas pelos sistemas de ensino estaduais e municipais. Destinados a crianças do 1ª a 8ª série, jovens e adultos, incluindo educação indígena e educação especial (NOGUEIRA, 2013, p. 40).

O PROEXTE permaneceu vigente até o ano de 1995, pois, segundo Nogueira (2013), no ano seguinte apenas algumas instituições receberam os recursos financeiros referentes aos projetos aprovados. Deste então, o FORPROEX buscou estabelecer diálogos com as novas equipes do MEC no intuito de manter o programa de fomento às atividades de extensão e bolsas para os alunos de graduação. Apenas em 2003, para Nogueira (2003), foi retomado o programa, com algumas alterações no nome, e em consonância com a décima meta do Plano Nacional de Extensão Universitária que previa a

instituição de um Programa Nacional de Fomento à Extensão - Custeio e Bolsas de Extensão - que seja balizado nos conceitos desenvolvidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e pela sociedade civil, dentro das áreas consideradas prioritárias, em até dois anos (FORPROEX, 2001, p. 4).

Buscou-se compreender o desenvolvimento do Programa de Extensão Universitária (PROEXT) no século XXI. Para tanto, foram analisados os 13 editais publicados, anualmente, de 2003 a 2015, último ano que teve edital publicado. Apesar disso, salienta-se que a aplicação dos recursos oriundos destes certames estendeu-se até o ano de 2017. Isto se deve ao fato de que, até o edital PROEXT 2011 – MEC/SESu, o ano que compunha o nome do edital era o do lançamento, a partir do seguinte, PROEXT 2013 – MEC/SESu, passou a considerar o ano de execução, que teve alterações no decorrer do período (QUADRO 5). Importante destacar que não houve um posicionamento oficial, por parte do Ministério da Educação (MEC) acerca do possível encerramento ou, então, continuidade do programa.

Quadro 5 – Evolução dos programas lançados de 2003 a 2015.

Ano de lançamento	Nome do edital	Ano de execução	Tempo de Execução	
			Programa	Projeto
2003	Programa de Apoio à Extensão Universitária Voltado Às Políticas Públicas – PROEXT 2003/SESu-MEC	2003/2004	6 meses	6 meses
2004	Programa de Apoio à Extensão Universitária Voltado Às Políticas Públicas – PROEXT 2004/SESu-MEC	2004/2005	8 meses	8 meses
2005	Programa de Apoio à Extensão Universitária Voltado Às Políticas Públicas – PROEXT 2005/SESu-MEC	2005/2006	8 meses	8 meses
2006	Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEXT 2006/SESu-MEC	2006/2007	8 meses	8 meses
2007	Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEXT 2006 - MEC/SESu/DEPEM	2007/2008	8 meses	8 meses
2008	Programa de Extensão Universitária PROEXT 2008 - MEC/SESU/DIPES	2008/2009	18 meses	18 meses
2009	Programa de Extensão Universitária PROEXT 2009 – MEC/SESu	2009/2010	15 meses	15 meses
2010	Programa de Extensão Universitária PROEXT 2010 – MEC/SESu	2011	12 meses	12 meses
2011	Programa de Extensão Universitária PROEXT 2011 – MEC/SESu	2012	12 meses	12 meses
2012	Programa de Extensão Universitária PROEXT 2013 – MEC/SESu	2013	12 meses	12 meses
2013	Programa de Extensão Universitária PROEXT 2014 – MEC/SESu	2014	12 meses	12 meses
2014	Programa de Extensão Universitária PROEXT 2015 – MEC/SESu	2015/2016	24 meses	12 meses
2015	Programa de Apoio à Extensão Universitária PROEXT 2016 – MEC/SESu	2016/2017	24 meses	12 meses

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos editais PROEXT (2003-2015)

Destaca-se também, que neste período de vigência do PROEXT, alteraram-se os prazos para a implementação das propostas contempladas com recursos (QUADRO 5).

Em 2003, o prazo para a execução era de seis meses a partir da descentralização do recurso e, apesar de ter estendido o tempo para oito meses, nos quatro anos subsequentes se manteve a mesma regra. Para 2008 e 2009, o período dilatou para até 18 e 15 meses, respectivamente, com um limite de 31 de dezembro do ano posterior ao do lançamento. A partir do certame de 2011 o limite para a execução dos programas e projetos de extensão universitária contemplados com recursos passa a ser de no máximo 12 meses, sendo que a execução financeira das ações tinha que ser realizada no exercício posterior. Ressalta-se que a exceção foram os programas contemplados nos editais de 2014 e 2015 que tinham um período de execução de no máximo doze e mínimo de 15 meses, contudo foi liberado em duas parcelas, uma a cada ano. Na primeira foi disponibilizado metade do custeio⁴ e todo o capital⁵ e na segunda parcela o restante, sobretudo, as sobras de recursos não puderam ser repassadas de um período para o outro.

No intuito de padronizar as discussões acerca do PROEXT, optou-se por adotar a nomenclatura pela qual ele foi institucionalizado, Programa de Extensão Universitária (PROEXT), instituído por meio do Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, em seu artigo 1º, “destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade” (BRASIL, 2008). Apesar de ter sido oficializado em 2008, efetivamente, o programa iniciou as atividades em 2003 sob a denominação de Programa de Apoio à Extensão Universitária Voltado às Políticas Públicas (2003 a 2005); posteriormente passou a ser Programa de Apoio à Extensão Universitária (2006, 2007 e 2015), e por fim, Programa de Extensão Universitária (entre 2008 e 2014).

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) visou incentivar a elaboração e execução de programas e projetos de extensão pelas Instituições de Ensino Superior (IES). É o diálogo entre o MEC e o FORPROEX sendo retomado, pois, segundo Nogueira (2003), o edital atende às diretrizes e princípios da extensão defendidos pelo Fórum desde 1987, ano de sua criação. Conforme os editais, o PROEXT foi definido como:

⁴ Despesas correntes (de custeio) são destinadas à manutenção dos serviços criados anteriormente à Lei Orçamentária Anual, e correspondem entre outros gastos, os com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e gastos com obras de conservação e adaptação de bens imóveis; e

⁵ despesas de investimentos (**de capital**) são despesas necessárias ao planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, constituição ou aumento do capital do Estado que não sejam de caráter comercial ou financeiro, incluindo-se as aquisições de imóveis considerados necessários à execução de tais obras. (Controladoria Geral do Estado do Tocantins, 2013, p.2, grifo nosso).

[...] um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições [...] de Educação Superior (BRASIL, 2015, p. 2).

Este direcionamento à inclusão social e à institucionalização da extensão universitária constou em todos os editais, variando apenas a relação com as esferas de instituições ensino superior, federais, estaduais, municipais ou comunitárias, envolvidas nos certames, conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Instituições de Ensino Superior aptas a submeterem propostas aos editais PROEXT

Ano	Instituições participantes
2003	Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)
2004*	Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) Universidades Estaduais
2005	Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) Universidades Estaduais
2006	Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)
2007	Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) Instituições Estaduais de Ensino Superior
2008	Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) Instituições Estaduais de Ensino Superior
2009	Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) Instituições Estaduais de Ensino Superior
2010	Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) Instituições Estaduais de Ensino Superior
2011	Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) Instituições Estaduais de Ensino Superior
2012	a) Universidades Públicas Federais, b) Universidades Públicas Estaduais; c) Universidades Públicas Municipais; d) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET)
2013	a) Universidades Públicas Federais, b) Universidades Públicas Estaduais; c) Universidades Públicas Municipais; d) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e Centros de Educação Tecnológica (Cefet)
2014	a) Universidades Públicas Federais, b) Universidades Públicas Estaduais; c) Universidades Públicas Municipais; d) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e Centros de Educação Tecnológica (Cefet).
2015	a) Universidades Públicas Federais, b) Universidades Públicas Estaduais; c) Universidades Públicas Municipais; d) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e Centros de Educação Tecnológica (Cefet); e) Universidades Comunitárias.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos editais PROEXT (2003-2015)

*Foram elaborados dois editais distintos, um para as IFES e outro para as Universidades Estaduais

Os editais, a partir de 2004, estabeleciam as definições de programa e projeto e, a partir de 2010, foi acrescentado o conceito de extensão, no intuito de direcionar a elaboração das propostas pelas IES aptas a participar conforme Quadro 6. Projeto, segundo Brasil (2015, p. 2), pode ser definido como “o conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”. Esta discriminação se manteve para todos os demais certames. Em relação aos conceitos de extensão e programa, foi dada uma ênfase aos alunos e professores no ano de 2013 e mantido nos editais seguintes, sendo definidos, em 2015, respectivamente, como:

[...] Extensão o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, **mediado por alunos de graduação orientados por um ou mais professores**, dentro do princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa.

[...] conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino. Tem caráter orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo por alunos orientados por um ou mais professores da instituição (BRASIL, 2015, p. 2, grifo nosso).

Conforme estabelece o edital PROEXT publicado em 2015, este programa tem a finalidade de:

- 1.1.1 Apoiar as Instituições [...] de Educação Superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão, que contribuam para a implementação de políticas públicas e o fortalecimento da extensão universitária.
- 1.1.2 Potencializar e ampliar os patamares de qualidade da extensão universitária na formação dos alunos associando a sua natureza pedagógica à missão das Instituições de Educação Superior [...].
- 1.1.3 Estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior.
- 1.1.4 Contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes extensionistas com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares.
- 1.1.5 Dotar as Instituições [...] de Educação Superior de melhores condições de gestão de suas atividades acadêmicas de extensão para os fins prioritários enunciados nesse programa (BRASIL, 2015, p. 2).

Quanto aos objetivos do Programa de Extensão Universitária, destaca-se que, enquanto os itens 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.5, presentes em todos editais, tratam de questões voltadas às instituições de educação superior, a partir de 2009 foram acrescentados os itens 1.1.3 e 1.1.4, estes têm como principal foco o estudante e sua formação.

As propostas, de programas e projetos de extensão universitária, submetidas aos editais do PROEXT precisam atender as diretrizes de natureza acadêmica, de relação com a sociedade e de estruturação da proposta.

Quanto à natureza acadêmica, abarcou: interdisciplinariedade e interprofissionalidade; indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão; Impacto na Formação do Estudante, três das orientações, conforme Nogueira (2000), para a formulação e implementação da extensão universitária. Os itens de integração com o ensino de graduação (a partir de 2008) e vinculação das atividades de extensão nos: Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI)⁶, Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI)⁷ e Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)⁸ apontam para a perspectiva de institucionalização e curricularização da extensão universitária. Além disso, desde o segundo edital, em 2004, (grifo adicionado a partir do ano de 2005) orienta para a “geração de produtos ou processos como publicações, monografias, dissertações, teses, abertura de novas linhas de extensão, **ensino e pesquisa**” (BRASIL, 2015, p. 6).

Na diretriz de relação com a sociedade, Nogueira (2000) expõem outras duas orientações para a formulação e implementação da extensão universitária: Impacto e transformação social e a interação dialógica, sendo que esta diretriz teve uma alteração pois, inicialmente, previa relação bilateral com os outros setores da sociedade, enquanto que a partir de 2011 passou a considerar a ideia de relação multilateral. Além destas, ainda orientavam para o apoio às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e nacional. Os editais divulgados entre 2013 e 2015 ressaltavam o direcionamento das ações com o objetivo de conceber autonomia às comunidades ou setores alvo das atividades extensionistas.

⁶ O Plano de Desenvolvimento Institucional, elaborado para um período determinado, é o instrumento de gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Como um instrumento de gestão flexível, o PDI pauta-se por objetivos e metas e sua elaboração deve ser de caráter coletivo.

⁷ O Projeto Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos (BRASIL, 2006, p. 35).

⁸ As políticas acadêmicas institucionais contidas no PPI ganham materialidade no Projeto Pedagógico de Curso. Este é a referência das ações e decisões de um determinado curso em articulação com a especificidade da área de conhecimento no contexto da respectiva evolução histórica do campo de saber. Deste modo, define a identidade formativa nos âmbitos humano, científico e profissional, as concepções pedagógicas e as orientações metodológicas e estratégicas para o ensino e a aprendizagem e sua avaliação, o currículo e a estrutura acadêmica do seu funcionamento (BRASIL, 2006, p. 36).

No que tange as diretrizes de estruturação da proposta destaca-se que as propostas, necessariamente, deveriam ser orientadas por docentes da instituição proponente. A partir dos editais de 2008, a maioria da equipe executora precisava ser composta da IES, e a partir de 2013, foca nos estudantes e afirma que poderão ser exclusivamente da instituição proponente. Além disso, as propostas de programa e projetos de extensão deveriam conter:

- 3.3.3 Explicitação detalhada dos fundamentos teóricos que a orientaram, bem como caracterização e justificativa;
- 3.3.4 Clareza e precisão dos objetivos definidos;
- 3.3.5 Explicitação dos procedimentos metodológicos;
- 3.3.6 Indicação do público-alvo e do número estimado de pessoas beneficiadas;
- 3.3.7 Cronograma de execução;
- 3.3.8 Descrição do processo de acompanhamento e avaliação, com a explicitação dos indicadores e da sistemática de avaliação. (BRASIL, 2015, p. 6).

Além destas diretrizes, merece destaque as linhas temáticas, que tinham papel fundamental na definição das políticas públicas priorizadas nos editais. Dividiu-se em dois grupos no intuito de facilitar a análise. Apesar de apresentarem algumas variações, o período que compreende 2003 a 2008 foi caracterizado, conforme Quadro 7, por temas que circunscrevem as áreas de educação, campo de atuação do MEC e, portanto, apresenta as linhas temáticas de acordo com suas políticas públicas prioritárias.

O segundo grupo corresponde ao período entre 2009 e 2015, caracterizado pelo estabelecimento de parcerias do MEC com outros órgãos do governo Federal (QUADRO 8) principalmente ministérios, associada à estrutura das IES, ao interesse coletivo e à dinâmica social, proporcionaram a incorporação, fusão ou substituição das temáticas abordadas pelo PROEXT, conforme Quadro 8, ampliando as condições de participação das instituições de ensino superior, especialmente, as públicas e fortalecendo o programa e “consolidando políticas públicas em desenvolvimento”.

Quadro 7 – Evolução das linhas temáticas contempladas pelo MEC por meio dos editais do PROEXT (2003 a 2008).

Ano Edital	Linhas Temáticas
2003	1. Alfabetização de jovens e adultos, locais e regionais. 2. Políticas de promoção sociais: atenção integral à família, erradicação do trabalho infantil, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, juventude e desenvolvimento social, atenção à pessoa idosa, atenção à pessoa portadora de deficiência, populações indígenas e quilombolas. 3. Articulação com a educação básica por meio de elaboração de cursos de educação continuada e produção de material pedagógico para professores em exercício nas redes públicas, priorizando a alfabetização e o letramento. 4. Formação e educação permanente de pessoal para o sistema educacional.
2004	1. Educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento. 2. Formação permanente de pessoal para o sistema educacional, com articulação com a educação básica por meio de elaboração de cursos de educação continuada, produção de material pedagógico para professores em exercício nas redes públicas ou outras ações. 3. Políticas de desenvolvimento social: atenção integral à família, combate à fome, erradicação do trabalho infantil, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, juventude e desenvolvimento social, atenção à pessoa idosa, à pessoa portadora de deficiência, às populações indígenas e quilombolas.
2005	1.educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento; 2.formação permanente de pessoal para o sistema educacional articulado com a educação básica, por meio da elaboração de cursos de educação continuada, produção de material pedagógico para professores em exercício nas redes públicas ou outras ações; 3.políticas de direitos humanos e desenvolvimento social, tais como: atenção integral à família; combate à fome; erradicação do trabalho infantil; combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; juventude e desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção e/ou prevenção à saúde; violência urbana; desenvolvimento urbano; atenção à pessoa idosa, à pessoa portadora de deficiência e às populações indígenas e quilombolas
2006	1.formação de professores para o sistema educacional; 2.atenção integral à família; 3.combate à fome; 4.erradicação do trabalho infantil; 5.combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; 6.juventude e desenvolvimento social; 7.geração de trabalho e renda em economia solidária; 8.promoção e/ou prevenção à saúde; 9.violência urbana; 10.direitos humanos; 11.educação de jovens e adultos; 12.atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas.
2007	1. Qualificação de professores que atuam no sistema educacional; 2. Educação e jovens e adultos; 3. Juventude e desenvolvimento social; 4. Geração de trabalho e renda em economia solidária; 5. Promoção da saúde e/ou prevenção de doenças; 6. Atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas.
2008	1. Qualificação de professores que atuam no sistema educacional; 2. Educação e jovens e adultos; 3. Juventude e desenvolvimento social; 4. Geração de trabalho e renda em economia solidária; 5. Promoção da saúde e/ou prevenção de doenças; 6. Atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos editais PROEXT (2003-2008)

Salienta-se que estes temas, apesar de direcionarem para problemas específicos, são entendidos a partir dos variados contextos aos quais cada IES está inserida e, além disso, são linhas que possibilitam e estimulam a interdisciplinaridade e o trabalho coletivo. (BRASIL, 2007d, p. 7).

Quadro 8 – Evolução das linhas temáticas contempladas e órgãos parceiros pelos editais do PROEXT (2009 a 2015).

Ano Edital	Linhas Temáticas	Ministérios/Órgãos Parceiros
2009	1: Educação, Desenvolvimento Social e Saúde; 2: Gestão Cultural, Economia da Cultura e Desenvolvimento das Linguagens Artísticas; 3: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; 4: Trabalho, Emprego e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários.	Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério do Trabalho e Emprego; e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
2010	1: Educação; 2: Cultura e Arte; 3: Pesca artesanal e aquicultura familiar; 4: Promoção da Saúde; 5: Desenvolvimento Urbano; 6: Desenvolvimento Agrário; 7: Redução das desigualdades sociais e promoção da Inclusão produtiva; 8: Geração de Trabalho e Renda por meio da Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários; 9: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; e 10: Garantia dos Direitos das Mulheres em situação de violência.	Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Saúde; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Ministério do Trabalho e Emprego; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
2011	1: Educação; 2: Tecnologias para o Desenvolvimento Social; 3: Cultura e Arte; 4: Pesca artesanal e aquicultura familiar; 5: Promoção da Saúde; 6: Desenvolvimento Urbano; 7: Desenvolvimento Rural; 8: Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza; 9: Geração de Trabalho e Renda por meio do apoio e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários; 10: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; 11: Direitos Humanos; 12: Promoção da Igualdade Racial; e 13: Mulheres e relações de gênero.	Ministério da Educação; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Cultura; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Saúde; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Ministério do Trabalho e Emprego; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e Secretaria de Políticas para as Mulheres
2012	1: Educação; 2: Cultura e Arte; 3: Pesca e Aquicultura; 4: Saúde; 5: Desenvolvimento Urbano; 6: Desenvolvimento Rural; 7: Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza; 8: Geração de Trabalho e Renda por meio do apoio e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES; 9: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; 10: Direitos Humanos; 11: Promoção da Igualdade Racial; 12: Mulheres e relações de gênero; 13: Esporte e Lazer; 14: Comunicação; 15: Inclusão produtiva e desenvolvimento regional: Rotas de Integração Nacional; e 16: Justiça e direitos do indivíduo privado de liberdade.	Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Justiça; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Saúde; Ministério das Cidades; Ministério das Comunicações; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério dos Esportes; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e Secretaria de Políticas para as Mulheres

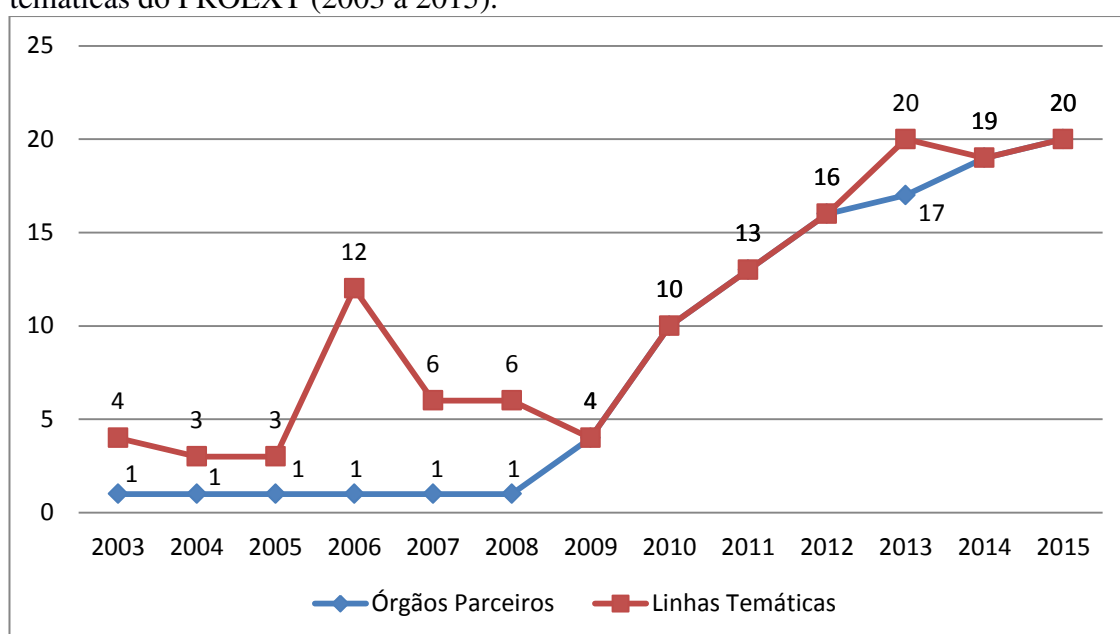
Continua

Ano Edital	Linhas Temáticas	Ministérios/Órgãos Parceiros
2013	1: Educação; 2: Cultura e arte; 3: Pesca e aquicultura; 4: Promoção da saúde; 5: Desenvolvimento urbano; 6: Desenvolvimento rural; 6, item 4.6.4: Estágios Interdisciplinares de Vivência – EIV; 7: Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza; 8: Geração de trabalho e renda por meio do Apoio e Fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários; 9: Preservação do patrimônio cultural Brasileiro; 10: Direitos humanos; 11: Promoção da igualdade racial; 12: Mulheres e relações de gênero; 13: Esporte e lazer; 14: Comunicação; 15: Inclusão produtiva e desenvolvimento regional: Rotas de Integração Nacional; 16: Justiça e direito do indivíduo privado de liberdade; 17: Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social; 18: Meio Ambiente e Recursos Naturais; 19: Juventude; e 20: Articulação e Participação Social	Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Justiça; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Saúde; Ministério das Cidades; Ministério das Comunicações; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério dos Esportes; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria de Políticas para as Mulheres; e Secretaria-Geral da Presidência da República
2014	1: Educação; 2: Cultura e arte; 3: Pesca e aquicultura; 4: Promoção da saúde; 5: Desenvolvimento urbano; 6: Desenvolvimento rural; 6, item 4.6.4: Estágios Interdisciplinares de Vivência – EIV; 7: Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza; 8: Geração de trabalho e renda por meio do Apoio e Fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários; 9: Preservação do patrimônio cultural Brasileiro; 10: Direitos humanos; 11: Promoção da igualdade racial; 12: Mulheres e relações de gênero; 13: Esporte e lazer; 14: Comunicação; 15: Desenvolvimento regional: inclusão produtiva, defesa civil e acesso à água; 16: Justiça e direito do indivíduo privado de liberdade; 17: Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social; 18: Meio Ambiente e Recursos Naturais; e 19: Relação entre Estado e Sociedade, Promoção da Participação Social e Políticas para a Juventude	Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Justiça; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Saúde; Ministério das Cidades; Ministério das Comunicações; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Esporte; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria de Políticas para as Mulheres; e Secretaria-Geral da Presidência da República
2015	1: Educação; 2: Cultura e arte; 3: Pesca e aquicultura; 4: Promoção da saúde; 5: Desenvolvimento urbano; 6: Desenvolvimento rural; 6, item 4.6.4: Estágios Interdisciplinares de Vivência – EIV; 7: Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza; 8: Geração de trabalho e renda por meio do Apoio e Fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários; 9: Preservação do patrimônio cultural Brasileiro; 10: Direitos humanos; 11: Promoção da igualdade racial; 12: Mulheres e relações de gênero; 13: Esporte e lazer; 14: Comunicação; 15: Desenvolvimento regional: inclusão produtiva, defesa civil e acesso à água; 16: Justiça e direito do indivíduo privado de liberdade; 17: Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social; 18: Meio Ambiente e Recursos Naturais; 19: Relação entre Estado e Sociedade, Promoção da Participação Social e Políticas para a Juventude; e 20: Modernização da Gestão Pública	Ministério da Educação; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Justiça; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Saúde; Ministério das Cidades; Ministério das Comunicações; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Esporte; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Instituto do Patrimônio Artístico Nacional; Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria de Políticas para as Mulheres; Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria-Geral da Presidência da República; e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos editais PROEXT (2009-2015)

A partir de 2003, o PROEXT por meio dos editais começou a apoiar instituições de educação superior, principalmente as federais, foi se consolidando, e em 2009 iniciou as parcerias com outros órgãos da administração pública federal. Como pode ser observado no Gráfico 3, de 2009 a 2015, as linhas temáticas acompanharam a tendência de crescimento das parcerias. Ressalta-se apenas o ano de 2013, em que o Ministério do desenvolvimento agrário incluiu uma sublinha para os Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV) concorrerem entre eles, além disso, apresentou mais linhas que órgãos.

Gráfico 3 – Relação entre as evoluções da quantidade de órgão parceiros e linhas temáticas do PROEXT (2003 a 2015).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos editais PROEXT (2003-2015)

Ao tratarmos sobre a questão das parcerias estabelecidas pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de educação Superior, e a quantidade de propostas que cada instituição de educação superior poderia submeter por anualmente, os editais foram divididos em dois períodos: de 2003 a 2008 e de 2009 a 2015.

Nos editais lançados de 2003 a 2008, o MEC convocava as IPES (federais e estaduais) a elaborarem propostas de projetos e programas de extensão universitária para concorrerem aos recursos disponíveis conforme linhas temáticas (QUADRO 7). Além disso, ressalta-se que o ministério, neste período, fixou, conforme Tabela 5, que cada instituição poderia submeter, anualmente, no máximo, quatro propostas, sendo dois programas e dois projetos, com exceção de 2008 que possibilitou quatro projetos, totalizando seis propostas.

Após este período, conforme Gráfico 3, iniciam as parcerias com tendência de aumento acompanhada pela evolução das linhas temáticas. Acerca das linhas temáticas, Quadro 8, cabe ressaltar também que, a partir de 2009, impõem-se um limite máximo de programas e projetos por área temática, com os quais as IES poderiam concorrer, sendo que no edital publicado em 2012 e os três posteriores, estabeleceu-se o padrão de que cada IES poderia concorrer com no máximo quatro propostas por tema (dois programas e dois projetos), a exceção da linha Desenvolvimento Rural, que possuía um subtema específico Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV), que possibilitava a submissão de um programa, ou seja, 5 propostas por instituição nesta linha temática. Diante disso, a Tabela 5 apresenta o total de propostas que cada IES poderia submeter anualmente aos editais PROEXT.

Tabela 5 – Quantidade e valores máximos das propostas submetidas aos editais PROEXT (2003-2015)

Ano Edital	Quantidade máxima de Propostas por instituição			Valores por proposta (R\$)	
	Programa	Projeto	Total	Programa	Projeto
2003	2	2	4	100.000,00	30.000,00
2004	2	2	4	100.000,00	30.000,00
2005	2	2	4	80.000,00	30.000,00
2006	2	2	4	80.000,00	30.000,00
2007	2	2	4	80.000,00	30.000,00
2008	2	4	6	100.000,00	30.000,00
2009	7	20	27	100.000,00	30.000,00
2010	13	32	45	120.000,00	50.000,00
2011	28	21	49	150.000,00	50.000,00
2012	32	32	64	150.000,00	50.000,00
2013	41	40	81	150.000,00	50.000,00
2014	39	38	77	300.000,00	100.000,00
2015	41	40	81	300.000,00	100.000,00
Total					

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos editais PROEXT (2003-2015)

Outra questão destacada na Tabela 5 trata do valor máximo de cada uma das propostas que as IES submeteram. O limite máximo para projetos e programas de extensão universitária mostrou uma tendência a aumentos, comportamento similar ao que será apresentado, posteriormente na Tabela 6, ao volume total de recursos disponibilizados anualmente por meio dos editais. Importante destacarmos que os certames publicados nos anos de 2014 e 2015 previam um aumento de 100% no valor das propostas dos programas e projetos, porém ressalta-se que a liberação dos recursos dos programas foi dividida em dois anos: no primeiro, o MEC liberou o total foi

previsto para investimento e metade do custeio, enquanto que no segundo disponibilizou o restante do custeio.

As parcerias impactaram, também no volume de recursos disponíveis nos editais. Além disso, observa-se a tendência de aumento, tanto no número de propostas submetidas, quanto aprovadas, especialmente, a partir do edital de 2009. Os editais trazem que

A aplicação dos recursos orçamentários e financeiros deverá ser destinada a ações compatíveis com a missão da instituição de ensino superior, especialmente na formação e qualificação profissional e educacional, implementação de ações estruturantes sobre o sistema social no qual se atua, acompanhamento e avaliação, disseminação de resultados e pesquisas realizadas, devidamente justificados (BRASIL, 2015, p. 48).

Desta forma, a partir da Tabela 6 é possível constatar o aumento da concorrência, pois apesar dos sucessivos aumentos no aporte de recursos, outros fatores como: a expansão do número de instituições concorrentes (QUADRO 6), a quantidade de propostas que cada IES poderia submeter e o aumento no valor máximo dos programas e projetos (TABELA 5).

Tabela 6 – Quantidade de propostas submetidas e contempladas com recursos e volume de recursos aprovados por meio dos editais PROEXT (2003-2015)

Ano Edital	Quantidade de Propostas			Volume de recursos disponibilizados (Em Milhões de reais)
	Submetidas	Contempladas com Recursos	Contempladas/ Submetidas (%)	
2003	152	89	59%	4,5
2004	188	156	83%	6
2005	302	178	59%	6
2006	257	132	51%	4,5
2007	...	179	...	6
2008	...	122	...	8
2009	...	414	...	19,2
2010	...	550	...	35
2011	1587	709	45%	70
2012	2224	781	35%	80,25
2013	2310	826	36%	84,23
2014	3171	656	21%	109,09
2015	3243	328	10%	55,06
Total		5120		487,83

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos editais PROEXT (2003-2015), Brasil (2014) e Brasil (2007d). Não foram encontrados dados acerca da quantidade de propostas submetidas no período de 2007 a 2010

Portanto, percebeu-se um acréscimo no número de propostas contempladas com recursos, proporcionalmente, menor que a quantidade submetida, por isso, mesmo diante da tendência de crescimento no volume de recursos, que chegou a 100% do edital de 2010 para o de 2011, exceto 2006 e 2015 em que houve redução, percebeu-se uma

diminuição, de 83% em 2004 para 10% em 2015, na proporção entre propostas financiadas e submetidas.

O PROEXT foi um avanço quando abordamos a temática do financiamento à extensão universitária no Brasil, porém Geraldo (2015), nos conduz a uma reflexão acerca dos seus limites. Esta foi a única fonte de fomento às atividades extensionistas e, completa o autor, é salutar a inclusão na matriz de alocação de recursos para as federais, no âmbito do MEC. Além disso, necessita-se de “uma fonte estável, sólida e transparente de recursos, de forma a superar a fragmentação e o caráter eventual do financiamento por meio de editais” (GERALDO, 2015, p. 19-20).

O próximo tópico foi elaborado com base nos Relatórios de Atividades publicados anualmente pela UFV e disponíveis na Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO), analisando o período de 2003 a 2017, anos de execução do PROEXT.

4.2 A Extensão Universitária *Ufeviana* no Século XXI

O desafio da PEC no terceiro milênio foi criar mecanismos para que, segundo Dutra et al. (2017), os diversos departamentos congregassem suas práticas à política institucional de extensão, bem como assegurar os recursos destinados para o financiamento da extensão universitária e, se possível, ampliá-los. Para tanto, a PEC, conforme UFV (2018, p. 124), “é o órgão responsável por coordenar, estimular e compatibilizar as atividades de extensão e cultura desenvolvidas” na instituição, está estruturada, conforme Organograma Geral da UFV (Anexo A), por cinco unidades: Divisão de Extensão (DEX); Divisão de Assuntos Culturais (DAC); Divisão de Eventos (DEV); Diretoria de Relações Interinstitucionais (RLI); e Editora UFV (EDT).

A RLI foi criada em março de 2017, com o objetivo de promover a interlocução da UFV com diferentes instituições nacionais, públicas e privadas, visando ao estabelecimento parcerias, convênios e contratos que contribuam para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Inspirada no Programa da UFV em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae-MG), que disponibilizava à sociedade, assessoria técnica, consultoria e prestação de serviços, por parte dos especialistas que atuam nas diversas áreas de competência da UFV, inclusive clínicas tecnológicas durante as Semanas do Fazendeiro, e a Casa dos Prefeitos, surgiu em 2009 com o intuito de auxiliar as

administrações municipais em ações de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, gerar capital intelectual discente vocacionado para as questões municipalistas. Diante da Criação da Diretoria de relações institucionais buscou-se expandir possibilidade para outras parcerias e convênios estabelecidos pela instituição numa perspectiva de incentivar uma cultura de gestão empreendedora e proativa à administração superior, atuando como um canal institucional da relação da UFV com governos federal, estaduais e municipais, com empresas e com o Terceiro Setor, fomentando e promovendo captação ativa de recursos para projetos institucionais e interinstitucionais, contribuindo para a articulação institucional interna, buscando a sinergia entre as diferentes unidades acadêmicas, integrando os três campi da UFV e colaborando para ampliar a visibilidade institucional da UFV.

A Editora UFV (EDT), sob a perspectiva extensionista, é vista como uma das responsáveis pela difusão do conhecimento e tecnologia gerados na instituição, uma vez que é responsável por editar obras de valor técnico, científico, artístico e literário. A Editora UFV possui três projetos de responsabilidade social aprovados pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura do Governo Federal (PNLL): Socialivro; Roda Cultural; e Distribuindo Conhecimento.

A Divisão de Eventos (DEV) é o órgão responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento dos eventos institucionais. Cabe ressaltar a gama de atividades de extensão, entre elas: congressos, simpósios, Reuniões técnicas, encontros, semanas, e outros similares, inclusive na filmagem de concursos para docentes da UFV, abrangendo um total de 42%, aproximadamente, dos eventos promovidos nesta instituição, conforme definido em seu regimento: “auxiliar na organização e compatibilizar as atividades relacionadas com a realização dos eventos institucionais internos e externos” (UFV, 2014, p. 13)

A Divisão de Assuntos Culturais (DAC) “é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão dos trabalhos técnico-culturais realizados no âmbito da UFV” (UFV, 2014, p. 10). Atua como promotora e facilitadora de eventos culturais de Música, Artes Visuais, Artes Cênicas e Cultura Popular, do Museu e da Pinacoteca complementar a formação científica e tecnológica dos discentes e, especialmente, comunidade circunvizinha à UFV. Salienta-se o esforço dispendido pela PEC para, conforme processo 007633/2017, criar da Secretaria de Museus e Espaços de Ciências da UFV (SEMEC).

A Divisão de Extensão (DEX) composta pelo Serviço de Estágios, Área de Difusão de Tecnologias e Área de Programas Especiais é, conforme UFV (2014, p. 15) “o órgão responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento das atividades de extensão”. O Serviço de estágios é responsável pelo planejamento, coordenação, registro e execução das atividades inerentes a estágios, em suas diversas modalidades e, em 2017, mais de nove mil estágios estavam registrados nos três campi. Na Área de Educação e Popularização da Ciência e Tecnologia, anteriormente (entre 2004 e 2015) denominada como Núcleo de Difusão de Tecnologia (NDT), nestes 14 anos de atuação foi responsável pela distribuição de aproximadamente: 26.226 atendimentos, entre cartas, interurbanos e e-mails; 1.286 títulos de apostilas para atender os cursos às respectivas Semanas do Fazendeiro; 38.451 Boletins de Extensão e Informes Técnicos, publicações que geraram 73 reportagens para o Globo Rural.

Além disso, foi responsável pelas publicações das edições da Revista ELO – Diálogos em Extensão nos anos de 2015 a 2017 e a Revista Ação Ambiental, que se propõe a apresentar e discutir questões relacionadas ao meio ambiente, dentro de suas múltiplas concepções, que em 2017, possuía cerca de 1.850 assinantes e tiragem de 2.000 exemplares, que são distribuídos como cortesia entre assinantes, instituições e parceiros. Na Área de Programas Especiais, responsável pelos Projetos e Programas de Extensão, de caráter permanente e, ou, transitório, destacam-se: a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV); a Ludoteca; a Assessoria de Movimentos Sociais (AMS); e o Centro de Excelência do Café das Matas de Minas (CEC).

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC) possui um Sistema de Registro de Atividades de Extensão (RAEX), vinculado a Divisão de Extensão (DEX). Este sistema informatizado foi desenvolvido entre os anos de 2000 e 2002, conforme Dutra et al. (2017), associado ao programa institucional de bolsa, que data de 2000 sua primeira edição, são eventos que avançam tanto no reconhecimento do fazer acadêmico, quanto na necessidade dos extensionistas da UFV sistematizarem suas ações. Até 2002, complementam os autores, o processo de registro era demorado e demandava muito papel, além de mão de obra levar os documentos de um setor para o outro. Apesar de facilitar os procedimentos, os autores ressaltam que a comunidade universitária não se motivou a registrar suas atividades. Salienta-se que apesar dos dados terem sido coletados, na maioria, nos relatórios de atividades da UFV, a partir de 2004, os dados fornecidos ao relatório foram extraídos do RAEX.

Instituiu-se na UFV, no ano 2000, o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), que associado ao RAEX, buscou direcionar o fazer extensionista em conformidade com o Plano Nacional de Extensão. Sob a alegação de restrição orçamentária, houve uma lacuna de editais, sendo retomado em 2003 para execução em 2004. A partir de editais anuais de bolsas, que foram sendo adequados e reestruturados culminando na criação do Programa Institucional de Bolsas de Cultura e Arte (PROCULTURA), em 2010, e do Programa Institucional de Bolsas de Extensão - Categoria Júnior (PIBEX-JR), em 2011, direcionado a estudantes do ensino médio. Além disso, os diálogos estabelecidos com a Fundação Arthur Bernardes (FBE), viabilizou a criação, em 2009, do Programa Funarbe de Apoio à Extensão (FUNARBEX). Diante disso, aumentou-se a visibilidade e valorização da extensão universitária, principalmente no âmbito interno da UFV, passando às unidades administrativas da instituição o papel de executora das ações, anteriormente exercido pela PEC que, paulatinamente, foi tornando-se coordenadora das atividades extensionistas da universidade (DUTRA et al., 2017).

Tabela 7 – Evolução do número de bolsas dos programas institucionais de bolsas

Ano	Total	Pibex	Funarbex	Procultura	Pibex Júnior
2003	-	-	-	-	-
2004	50	50	-	-	-
2005	88	88	-	-	-
2006	80	80	-	-	-
2007	100	100	-	-	-
2008	120	120	-	-	-
2009	206	200	6	-	-
2010	206	200	6	-	-
2011	258	241	17	-	-
2012	251	199	10	30	12
2013	254	201	9	36	8
2014	240	198	5	30	7
2015	236	197	4	29	6
2016	159	129	6	19	5
2017	158	130	6	19	3
TOTAL	2406	2133	69	163	41

Fonte: PPO/UFV Relatórios de atividades (2003-2017) e Dutra et al. (2017).

Como exposto na Tabela 7, percebe-se a influência do ambiente externo sobre o financiamento das atividades de extensão. Assim como aumentou, conforme o governo federal ampliou os investimentos nas IFES, ressalta-se o REUNI a partir do ano de 2007, o número total de bolsas oferecidas pelos programas demonstra uma tendência a decréscimo a partir do edital publicado em 2013 para execução em 2014.

4.3 PROEXT na UFV

A Universidade Federal de Viçosa captou R\$ **16.209.892,97** (dezesesseis milhões duzentos e nove mil e oitocentos e noventa e dois reais e noventa e sete centavos, grifo nosso) somando os 13 editais PROEXT. Entre os anos de 2003 e 2015, conforme apresentado na Tabela 8, foram contemplados com recursos 78 programas e 75 projetos de extensão universitária, perfazendo 153 propostas aprovadas, de um total de 332 submetidas, aproximadamente 46% de sucesso. Destaca-se a atuação do NAPE, a partir do ano de 2011, na mobilização de docentes no intuito de ajustar as propostas devido a restrição de programas e projetos área temática, no intuito de submeter o maior número possível de programas e projetos aos editais PROEXT, sem implicar em desclassificação da instituição por encaminhar quantidade superior ao limite imposto pelo MEC.

Tabela 8 – Evolução dos recursos captados pelo PROEXT pela UFV.

Ano	Propostas Submetidas	Propostas Aprovadas			Percentual de aprovação das propostas submetidas	Valor Aprovado (R\$)
		Total	Programas	Projetos		
2003	1*	1		1		25.900,00
2004	4	3	2	1	75%	210.660,72
2005	4	3	1	2	75%	122.000,00
2006	4	2	1	1	50%	77.250,00
2007	4	4	2	2	100%	182.924,64
2008	6	6	2	4	100%	319.814,11
2009	24	13	4	9	54%	645.321,41
2010	26	22	9	13	85%	1.608.300,30
2011	45	28	16	12	62%	2.872.169,58
2012	54	19	10	9	35%	1.872.928,18
2013	50	22	13	9	44%	2.298.461,68
2014	52	20	11	9	38%	3.721.509,08
2015	58	10	7	3	17%	2.252.653,27
TOTAL	332	153	78	75	46%	16.209.892,97

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e MEC.

*Não foram encontradas informações a respeito de mais propostas submetidas além da aprovada.

Além da participação da UFV em todos os editais, destaca-se a aprovação de 85% das propostas encaminhadas no ano de 2010. Além disso, vale ressaltar o ano de 2015 devido ao baixo sucesso da UFV em relação aos demais anos, um dos prováveis motivos foi o aumento no número de instituições que poderiam submeter propostas

aliado a redução no valor do recurso disponível, conforme comprovado pela Tabela 6, página 73.

Vale ressaltar que o recurso aprovado era executado no mesmo ano ou no posterior, no entanto os programas dos dois últimos editais eram para dois anos. A consequência disso é que, conforme Tabela 9, a UFV teve atividades de extensão financiadas pelos editais do PROEXT até o ano de 2017.

Tabela 9 – Período de execução dos recursos do PROEXT captados entre 2014 e 2015.

Ano de Execução	Ano dos Editais	Recurso disponibilizado (R\$)
2015	2014	2.489.442,63
2016	2014 e 2015	2.660.504,82
2017	2015	824.214,90
TOTAL		5.974.162,35

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Os programas e projetos do Programa de Extensão Universitária foram elaborados em conformidade com as áreas temáticas constantes nos editais. Utilizou-se como base, na Tabela 10, as linhas do certame publicado em 2015 e acrescentando mais duas linhas – “Articulação e Participação Social” e “Tecnologias para o Desenvolvimento Social” – por não conseguirmos agrupá-las.

Destaca-se a diversidade da UFV, ao conseguir aprovar propostas em quase todas as 22 linhas temáticas que o PROEXT utilizou para delimitar a quantidade de proposta que cada IES poderia submeter. Ressalta-se que, apesar de 2009 ter-se utilizado deste mesmo recurso como limitador do quantitativo de programas e projetos enviados para seleção, a número de linhas reduzidas impossibilitou a utilização da comparação com os demais anos, pois, por exemplo, educação e saúde estavam contempladas no mesmo tema.

Além desta capacidade em atender aos diversos temas estabelecidos pelo PROEXT, nos anos de 2010 a 2015, cinco linhas temáticas destacaram-se: Desenvolvimento Rural, pode ser explicada pela tradição agrária da UFV; Educação; Mulheres e relações de gênero; Promoção da saúde; e Preservação do patrimônio cultural Brasileiro. Ressalta-se que as atividades de extensão são multidisciplinares, como por exemplo, o programa Teia foi aprovado tanto na Linha temática de Educação quanto de Tecnologias para o Desenvolvimento Social e o Observatório de Movimentos Sociais, aprovado em três anos (2011, 2013 e 2014), sendo que cada ano foi contemplado em temas distintos, a saber: Direitos Humanos; Articulação e Participação

Social; e Relação entre Estado e Sociedade, Promoção da Participação Social e Políticas para a Juventude, respectivamente.

Tabela 10 – Propostas aprovadas pela UFV por Linhas temáticas (2010-2015)

Linhas Temáticas Editais PROEXT – 2010 e 2015	Propostas aprovadas pela UFV		
	Programas	Projetos	Total
Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social	-	3	3
Comunicação	1	1	2
Cultura e arte	3	3	6
Desenvolvimento regional: inclusão produtiva, defesa civil e acesso à água	1	1	2
Desenvolvimento rural	8	6	14
Desenvolvimento urbano	2	4	6
Direitos humanos	2	4	6
Educação	10	6	16
Esporte e lazer	4	1	5
Geração de trabalho e renda por meio do Apoio e Fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários	5	3	8
Justiça: Cidadania, Inclusão e Direitos	1	-	1
Meio Ambiente e Recursos Naturais	-	1	1
Modernização da Gestão Pública	-	-	-
Mulheres e relações de gênero	8	2	10
Pesca e aquicultura	1	-	1
Preservação do patrimônio cultural Brasileiro	4	9	13
Promoção da igualdade racial	1	4	5
Promoção da saúde	8	3	11
Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza	2	1	3
Relação entre Estado e Sociedade, Promoção da Participação Social e Políticas para a Juventude	2	-	2
Articulação e Participação Social	2	1	3
Tecnologias para o Desenvolvimento Social	2	1	3
TOTAL	67	54	121

Fonte: Editais PROEXT publicados entre os anos de 2010 e 2015.

Inferre-se, a partir das Tabelas 11 e 12, que a UFV destaca-se não apenas por ser pioneira, por em diversos momentos da sua história, no que tange a extensão universitária, como protagonista no âmbito regional e nacional.

Dentre as universidades federais brasileiras a UFV ficou em 4º lugar (TABELA 11) quando consideramos volume de recursos captados por meio dos editais do PROEXT, no período em que houve o maior aporte financeiro por parte do MEC e demais órgãos parceiros, 2010 a 2015. Destaca-se o ano de 2011, pois nenhuma outra universidade federal captou mais recursos que a UFV.

Tabela 11 – As Universidades Federais que mais captaram recursos proveniente dos editais PROEXT publicados nos anos de 2010 a 2015.

IFES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL (em milhões - R\$)
UFPB	1.170.853,63	2.522.876,66	3.613.016,71	4.984.218,76	8.047.369,76	3.044.189,74	23.382.525,26
UFRN	921.207,00	2.702.353,85	3.060.537,75	4.330.060,13	3.317.307,23	2.675.842,76	17.007.308,72
UFMG	1.857.521,32	2.280.414,36	2.923.703,72	2.878.905,71	4.388.545,68	923.356,24	15.252.447,03
UFV	1.608.300,30	2.872.170,18	1.872.928,18	2.298.461,68	3.721.509,08	2.252.653,27	14.626.022,69
UFPEL	560.903,60	2.288.853,02	1.958.301,26	3.169.621,58	3.538.537,60	1.992.723,79	13.508.940,85
UFRJ	1.615.291,97	2.176.432,58	2.142.451,05	2.906.499,15	2.967.372,29	1.394.308,63	13.202.355,67
UFU	1.220.039,29	2.298.785,78	1.870.375,90	1.260.026,08	4.706.673,28	1.571.259,73	12.927.160,06
UFG	870.044,86	797.437,17	1.758.278,24	2.327.184,03	4.074.961,00	2.791.562,42	12.619.467,72
UFRGS	511.482,38	299.985,92	1.389.039,54	1.427.420,60	5.127.609,16	2.247.065,21	11.002.602,81
FURG	811.437,17	1.382.633,41	1.991.105,72	3.321.976,25	1.434.655,07	1.428.922,90	10.370.730,52

Fonte: Editais PROEXT publicados entre os anos de 2010 e 2015, grifo nosso.

Corroborando com a quantidade de recursos percebe-se, conforme Tabela 12, que a UFV figurou novamente entre as cinco universidades federais que mais aprovaram no quesito quantidade propostas. Alguns elementos merecem destaque nesta Tabela 12: a UFV foi a que mais aprovou programas e projetos no ano de 2011; o decréscimo, em 2015, no número de propostas aprovadas individualmente pelas instituições devido ao aumento da concorrência e redução no aporte financeiro; e a ausência da UFRGS entre as 10 que mais aprovaram propostas, uma vez que, conforme 0, figurou entre as que mais captaram recursos.

Tabela 12 – As 10 Universidades Federais que mais aprovaram propostas nos editais PROEXT (2010-2015)

IFES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
UFPB	18	26	33	48	39	19	183
UFMG	26	19	32	29	25	8	139
UFRN	14	26	25	36	17	15	133
UFRJ	23	23	23	27	21	7	124
UFV	22	28	19	22	20	10	121
UFPEL	9	20	18	32	21	12	112
UFG	13	11	18	21	26	14	103
UFU	16	22	18	14	25	8	103
FURG	11	14	18	29	7	9	88
UFF	16	16	16	22	15	2	87

Fonte: Editais PROEXT publicados entre os anos de 2010 e 2015.

O PROEXT foi a primeira e, até o momento, conforme Geraldo (2015), única fonte de financiamento para a extensão universitária. Diante desta escassez de opções, é

salutar as IPES estejam atentas às possibilidades e preparadas para aproveitá-las. Estes resultados apresentados pela UFV diante da oportunidade proporcionada pelo MEC, demonstram o seu preparo e indícios da tradição, pioneirismo e protagonismo na extensão universitária.

4.4 Avanços e desafios da extensão na UFV a partir do PROEXT

Para fazer a análise buscou-se na literatura parâmetros que pudessem ser utilizados para comparar um tema complexo de se mensurar devido à subjetividade inerente ao fazer extensionista. Foi utilizado, como base, para apontar os principais avanços no que tange a extensão universitária na UFV, no período entre os anos de 2003 e 2017, o Quadro 3 da página 45, que apresenta 10 critérios de avaliação da extensão universitária, conforme FORPROEX (2017). Ressalta-se que não foi possível avaliar todos os critérios em função da falta de informações acerca de determinados dados; além disso, alguns dos itens não têm relação direta com atividades que possuem relação com o PROEXT.

No que tange à Política de Gestão da UFV, quanto a Estrutura organizacional de suporte à Extensão Universitária foi aprovada a Política de Extensão da UFV, por meio da resolução nº 07/2007, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgão máximo de deliberação no plano didático-científico, em consonância com o Plano Nacional de Extensão. Vale ressaltar que a PEC teve seu regimento reformulado pela Resolução 01/2014 do Conselho Universitário (CONSU), no entanto, não contemplou a criação do Núcleo de Apoio a Programas e Projetos de Extensão (NAPE), que existe desde 2011. Além disso, avançou na criação do RAEX e Programas institucionais de bolsas. Diante disso, ainda precisa-se avançar quanto a institucionalização do NAPE, tanto no regimento quanto no organograma da PEC, no intuito de respaldar suas ações, visto o papel que desenvolveu junto ao PROEXT e que desenvolve com os programas institucionais de bolsas e RAEX, além de acompanhar e difundir possibilidades externas, como editais, para a comunidade ufeviana. Criar um regimento para o Conselho Técnico de Extensão e Cultura (CTEC), pois em caso de dúvida orienta-se pelo regimento do CONSU.

Ao avaliar o nível de oferta de ações de extensão, programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, observa-se que enquanto em 2003 não chegava a ser uma ação extensionista para cada 10 estudantes de graduação, em 2017 passou para

quase três ações para cada 10. É importante ressaltar que por si este dado não é conclusivo, pois houve iniciativas por parte da PEC para incentivar o registro das atividades de extensão. Ao tentar associar os programas e projetos contemplados com recursos do PROEXT neste critério de avaliação não foi possível, pois o registro não foi pré-requisito para submissão da proposta ou a execução. Ressalta-se que como o programa é composto por um conjunto de projetos, estes podem ter sido registrados de maneira independente.

A Tabela 13, apresenta a evolução das atividades de extensão, com base nos relatórios de Atividades da UFV no período de 2003 a 2017. Ressalta-se que, conforme afirmam Dutra et al. (2017), referindo-se aos anos de 2002 e 2003, havia uma distinção entre o que era realizado em relação ao que se registrava no âmbito da extensão universitária da UFV, além disso, a instituição estava distante em relação às discussões e encaminhamentos do FORPROEX. A aprovação da nova Política de Extensão da UFV, no ano de 2007, foi considerada, por estes autores, como um marco para institucionalização da extensão universitária na UFV devido ao fato de atualizar e situar a universidade nas discussões nacionais acerca do tema.

Tabela 13 – Evolução das atividades de extensão desenvolvidas pela UFV (2003-2017)

Ano	Programas e/ou Projetos			Cursos		Eventos		Prestação de Serviços	Atividades Externas Acadêmicas
	Prog.	Projetos	Pessoas atendidas	Quant.	Participantes	Quant.	Participantes		
2003	1	19		556	167437*	313	167.437*		
2004	4	85		330	12184	615	198.107		
2005	10	158	286.605	432	13612	613	150.154	81	300
2006	3	201	396.556	406	4.381	751	127832	73	460
2007	8	229	438.966	578	4.561	768	60.025	69	406
2008	10	291	409.865	589	7.119	870	134.846	171	594
2009	10	395	1.054.482	513	13.763	844	118.735	104	791
2010	16	641	616.423	512	14.451	968	231.850	82	824
2011	32	413	785.308	591	17.863	990	163.132	97	411
2012	36	530	1.092.864	600	17.851	822	182.539	171	571
2013	38	533	1.464.983	616	15.075	1.257	259.459	125	481
2014	47	555	1.468.184	621	30.198	1.537	277.623	133	473
2015	41	554	1.641.736	477	11.679	1.619	192.139	256	369
2016	45	476	1.104.610	548	20.495	1.650	149.611	564	432
2017	40	487	1.484.849	567	15.488	2.206	269.044	589	507

Fonte: PPO/UFV. Relatórios de atividades (2003-2017).

* Não apresentou distinção entre a quantidade de participantes de cursos e eventos.

O programa Teia se organizou no âmbito do edital PROEXT publicado em 2004, sendo contemplado com recursos nos anos subsequentes, exceto no certame lançado em

2014. Este contribui na organização da Troca de Saberes, evento que ocorre desde 2009 durante a Semana do Fazendeiro, que, segundo Dutra et al. (2017), tem como diretrizes a interação dialógica e a inter e transdisciplinaridade em detrimento da ideia de extensão como difusora e transmissora de conhecimento, Cardoso et al. (2017) afirmam que

O TEIA assume a extensão universitária como uma prática acadêmica que articula as atividades de ensino e pesquisa e se constitui em um espaço privilegiado de produção de conhecimento para a superação das desigualdades e da exclusão social. A extensão universitária, na perspectiva assumida pelo TEIA, é um instrumento significativo de mudanças nas próprias instituições e nos seus espaços de inserção social. A afirmação dessas concepções, associadas às práticas e vivências agroecológicas, tem contribuído para promover o compromisso social das universidades (CARDOSO et al., p.276).

Nestes 15 anos a extensão universitária da UFV avançou, porém há um longo caminho a percorrer. O primeiro é conseguir suprir a lacuna deixada pelo PROEXT, iniciativas que foram criadas ou tiveram ampliação devido ao aporte de recursos. Sousa (2017) faz uma reflexão acerca dos desafios que a UFV terá e elenca alguns aspectos que deverão compor a agenda de discussão: revisão dos saberes e práticas sob a perspectiva de buscar o novo, não abandonando o que se avançou até aqui, mas manter-se aberta ao diálogo, a comunicação, a troca, enfim, não fechar as portas às possibilidades; diante da descapitalização das IPES é importante se pensar em outras formas de financiamento.

Acompanhando essa perspectiva, Santos (2011) afirma que atividades como a extensão universitária não podem depender do financiamento privado no intuito de evitar que se deturpe seu sentido, portanto, as universidades precisam direcionar recursos no financiamento da extensão; o fortalecimento dos programas institucionais de bolsas para que a PEC se solidifique, ainda mais, como gestora da extensão universitária e não promotora; revisão da Política de extensão da UFV, com o propósito de se adequar sempre aos novos contextos de produção do conhecimento, sem, necessariamente, eliminar as tradições institucionais; e, por fim, repensar a prática docente com o objetivo de integrá-lo ao universo que está além dos “muros” da instituição, neste aspecto a extensão, em caráter permanente, é fundamental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho teve como foco conhecer e compreender a trajetória da Extensão Universitária na Universidade Federal de Viçosa, tendo como eixo a implantação e execução do PROEXT.

Na década de 1990 surge o PROEXTE, este programa de fomento à programas de extensão universitária tem vigência de apenas três anos e não se tem muitas informações acerca de volume de recursos disponibilizados, porém, deixa como legado o reconhecimento da extensão universitária como prática acadêmica e o diálogo que se estabeleceu entre o MEC e as IES.

Em 2003, este programa é retomado com uma pequena mudança na nomenclatura, PROEXT, e financiamento de programas e projetos de extensão universitária selecionados por meio dos editais. No ano de criação foram liberados pelo MEC 4,5 milhões de reais para instituições federais e estaduais de ensino superior, que submeteram 152 propostas, destas, 89 foram contempladas com recursos. Em 2014, ano que chega ao seu ápice, além do MEC, outros 18 parceiros disponibilizaram cerca de 110 milhões de reais, tendo aprovado 656 propostas de um total de 3171 submetidas pelas IPES. A construção da ideia e a luta travada, no âmbito do FORPROEX, iniciaram-se já no primeiro encontro realizado em 1987, porém, sem ter sido finalizado oficialmente pelo MEC, o último edital PROEXT foi publicado no ano de 2015, desde então, aguarda-se um posicionamento oficial ou um novo certame para financiamento das atividades extensionistas.

As ações extensionistas da UFV eram voltadas para a extensão rural de caráter de transmissão do conhecimento no intuito de desenvolver a agricultura inicialmente na região circunvizinha à ESAV, posteriormente expandindo-se a nível estadual e nacional. Até a década de 1990, segundo Dutra et al. (2017), a extensão era realizada por alguns órgãos isolados, e realizados por técnicos administrativos, como ocorreu no PGM. A partir da criação da PEC, responsável por coordenar e estimular a extensão universitária, inicia-se o processo de transição, em que esta passa a ser desenvolvida nas unidades administrativas, departamentos. No século XXI, ressaltam-se quatro pontos: a criação dos programas de institucionais de bolsas de extensão universitária, a implementação do sistema de registro de atividades de extensão, a criação do NAPE, apesar de que ainda não consta no regimento e organograma da PEC e o sucesso na captação de recursos externos, especialmente o PROEXT.

O principal desafio é evitar que a interrupção abrupta do PROEXT represente um retrocesso em relação às discussões e debates especialmente no que tange a avaliação e sistematização da extensão universitária. Para que haja a valorização da extensão, é necessário, dentre outras ações, o fortalecimento do FORPROEX, que congrega as discussões e debates da extensão universitária, no intuito de sistematizar e aprimorar os critérios de avaliação das atividades extensionistas.

É necessário definir o que se espera da extensão universitária, ressaltando que os cursos e as prestações de serviços são um viés da extensão. Nesta perspectiva, se configura como um transmissor de conhecimentos produzido. Outra dificuldade, está em definir, exatamente, o que pertence a extensão, trata-se da forma como a comunidade acadêmica trata o registro de atividades, pois aquilo que não compreende o ensino ou pesquisa procura-se registrar como extensão. O fortalecimento da política de extensão da UFV, com o objetivo que esta deixe de ser as outras atividades e fixe-se mais na cultura da instituição.

Salutar ao desenvolvimento da extensão universitária são os ambientes abertos ao debate e discussão acerca desta temática. Nesta perspectiva resalta-se a figura do FORPROEX, com seus encontros regionais e nacionais e o Conselho Técnico de Extensão e Cultura. Quanto ao primeiro a UFV precisa participar sempre destes encontros e, se possível, sempre o Pró-Reitor ir acompanhado de algum servidor, que esteja lotado na PEC ou órgãos subordinados, pois, o cargo tem caráter transitório e, geralmente, ocupado por um professor que ao final do mandato retorna à sua unidade administrativa. Além disso, é necessário que aqueles que atuam diretamente com a extensão, não necessariamente são extensionistas, precisam conhecer o que está sendo discutido, no intuito de compreender melhor o universo ao qual está inserido e, conseqüentemente, ter condições de prestar um serviço de melhor qualidade. Quanto ao CTEC, que é o principal espaço reservado para que todas as unidades acadêmicas, cada qual com seu representante, possam discutir, propor e eleger os caminhos que a extensão universitária da UFV deverá seguir.

Na década de 1960, iniciou-se uma iniciativa de criação de um novo modelo de universidade, tendo como objeto a Universidade de Brasília (UnB), no entanto, conforme Almeida Filho (2008), este projeto foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964 e descartado pelos militares. De forma análoga, experimentou-se no Brasil, a implementação do PROEXT, desde a iniciativa do PROEXTE, na década de 1990, até esta nova versão implementada no século XXI, que, além do aporte de recursos

financeiros para a execução de programas e projetos de extensão universitária, deixou ainda mais latente o estabelecimento de um sistema de avaliação, o que implica, dentre outras, sistematizar a prática extensionista. A retomada do programa em 2003, e sua consolidação a partir dos editais subsequentes ampliaram os debates, porém o financiamento, estabelecido no modelo de editais, facilitou o seu encerramento de forma abrupta. Diante disso, o FORPROEX, em seu 43º Encontro Nacional, que ocorreu em junho de 2018 na cidade de Natal (RN), elaborou um documento final que traz o objetivo de apresentar ao MEC, MPOG e Andifes uma proposta de incorporação no orçamento das IPES, o valor de R\$115 milhões, montante destinado ao PROEXT no ano de 2014, atualizado pelo IPCA. Este recurso seria distribuído entre as 135 instituições federais, estaduais e municipais, e estaria vinculado ao desenvolvimento de atividades de extensão universitária.

A UFV avançou durante estes primeiros anos do 3º milênio especialmente em dois aspectos: os programas institucionais de bolsas de extensão e de cultura e o Simpósio de Integração Acadêmica (SIA). O primeiro, além de facilitar a participação dos estudantes nos projetos de extensão universitária, aumenta a visibilidade da extensão universitária e possibilita o aporte de capital no período de maior investimento na educação superior como ocorreu durante o governo do PT. Em relação ao SIA, a UFV avança na perspectiva da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, pois conseguiu congrega os simpósios das três áreas, Simpósio de Extensão Universitária (SEU); Simpósio de Iniciação Científica (SIC) e Simpósio de Ensino (SEN), em um evento. Esta ação permite que grupos que abordam a mesma temática, porém sob diferentes prismas, dialoguem.

Vale destacar que a participação das IPES no FORPROEX é fundamental, pois, além de servir para discutir e direcionar os caminhos da extensão universitária, o fórum exerce uma pressão política sobre o MEC, e isto fica evidente ao conhecer um pouco da história. O PROEXT tanto na década de 1990, quanto a partir de 2003, ocorreu em períodos em que o fórum conseguiu aproximar-se, dialogar com o ministério.

Esta pesquisa se limitou-se a analisar documentos no intuito de conhecer e compreender trajetória da Extensão Universitária na Universidade Federal de Viçosa tendo como eixo a implantação e execução do PROEXT. Devido ao fato de não ter se realizado entrevistas com os gestores e coordenadores dos recursos oriundos do PROEXT esta pesquisa se limitou análise de documentos, perdendo em profundidade e, principalmente, no apontamento dos avanços e desafios. Destaca-se também, que a

análise, quanto ao PROEXT, baseou-se na captação de recursos, não entrando no mérito da execução, ou seja, apesar de ficar entre as cinco universidades federais no quesito de captação de recursos será que a UFV foi eficiente na execução?

Diante disso, para avançar mais no debate acerca das potencialidades do financiamento da extensão universitária, é salutar que conhecer as experiências anteriores. Portanto, sugere-se algumas possibilidades para trabalhos futuros como: analisar os avanços e desafios provocados em virtude do PROEXT sob a perspectiva dos extensionistas e gestores da extensão universitária; avaliar se os professores que atuam mais intensamente com a extensão universitária estão preparados para gerir os recursos com eficiência; analisar o perfil das propostas aprovadas, tanto para conhecer os tipos e vertentes extensionistas quanto no intuito de avaliar se o PROEXT influenciou na criação de novos programas e projetos ou se tratavam de atividades existentes que utilizaram o PROEXT como fonte para arrecadar recursos e, ainda, o que ocorre com as ações quando não há a continuidade do financiamento? Outro aspecto é avaliar a partir da perspectiva dos discentes, o impacto para sua formação; Outro fator trata-se do sistema de registros das atividades de extensão, pois partindo pressuposto que nem todas as atividades de extensão são registradas no sistema é interessante buscar o percentual, bem como as razões para se registrar ou não determinadas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra, Outubro 2008. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

AUDY, Jorge. **A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade**. Estudos Avançados, 2017, vol.31, n.90, pp.75-87. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190005>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

AZAMBUJA, Leonardo. **A extensão universitária na UNIJUÍ**. In: Cadernos da Avaliação Institucional. Ijuí: UNIJUÍ, nº 12, 1997, p. 43-45.

BAÊTA, Odemir Vieira. **Estratégias como Práticas Sóciodiscursivas em uma Universidade Pública: uma Abordagem Crítica**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Lavras, 2016. 439 p. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/12199>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIANCHETTI, Lucídio; e MAGALHÃES, António M. **Declaração de Bolonha e internacionalização da educação superior: protagonismo dos reitores e autonomia universitária em questão**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 225-249, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00225.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. 2ª edição revisada e ampliada. Viçosa (MG): Editora UFV, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Secretaria da Educação Superior. Ministério da Educação **Uma Nova Política para a Educação Superior**. Relatório Final Elaborado pela Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. Novembro de 1985. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me002284.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constitucional da República Federativa do Brasil de 1988**, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 nov. 2016.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 28 nov. 2016.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação** (2001-2010) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. Ministério da educação. CONAES. **Avaliação externa de instituições de educação superior: diretrizes e instrumento**. Brasília, CONAES/INEP, 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Avalia%C3%A7%C3%A3o+externa+de+institu%C3%A7%C3%B5es+de+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+diretrizes+e+instrumento/b5353582-a9ab-4993-b50a-03d5184f5a18?version=1.2>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007a. **Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007b. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF: MEC, 2007c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior (SESu). **Universidade e Compromisso Social**. Revista do PROEXT. Brasília (DF), nº 2, ano 2007d.

_____. Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008. **Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm. Acesso em: 03 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior (SESu) (2014) **Balanco Social SESU, A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação –PNE (2014-2024)** e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 25 out. 2018.

_____. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 85**, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm#art1>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BUSSOLETTI, Denise Marcos et al. A Extensão na Universidade Federal de Pelotas: Perspectivas a partir de Estudo de Desempenho no Programa de Extensão PROEXT-MEC 2015. **Expressa Extensão**. Pelotas, v. 19, n. 1, p. 143-153, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/viewFile/4438/3342>. Acesso em: 27 set. 2018.

CALDERÓN, A. I. **Extensão universitária: revisitando conceitos e práticas institucionais**. In CALDERÓN, A.I.; SANTOS S. R. M. e SARMENTO D. F. (organizadores). *Extensão Universitária: uma questão em aberto*. São Paulo: editora Xamã, 2011.

CAMPOS, J. B.; CARVALHO, D. M. P. e MATIAS, C. P. P. Vai uma Extensão aí? Um ensaio sobre as práticas extensionistas. Criciúma. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESC. **Criar Educação**, v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/viewFile/3491/3288>. Acesso em: 3 fev. 2018.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, v. 10, n. 10, 2015. Disponível em: <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/view/2133>. Acesso em: 3 fev. 2018.

CARDOSO, Irene Maria et al. **Programa TEIA: Trocando Saberes e Tecendo a Teia da Agroecologia**. In SOUSA, Diogo Tourino de et al. (orgs). *Práticas e Reflexões na Extensão Universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa*. Viçosa (MG): Editora UFV, 2017.

CASTRO, Maria Gontijo. **Ensino, Pesquisa e Extensão: Origem, Trajetória e Reconfiguração Institucional na Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa, 2015. Disponível em: <http://www.poseducacao.ufv.br/wp-content/uploads/2017/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Maria-Gontijo-Castro-2015.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

CASTRO, Maria Gontijo; ALVES, Daniela Alves de. Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926-1988). **Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro**, v. 22, n. 70, p. 752-773, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000300752&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2018.

COELHO, France Maria Gontijo. **A Construção das Profissões Agrárias**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, 1999. 104 p.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS. Nota de Orientação Técnica nº 19/2013. **Esclarecimentos acerca da classificação da natureza de despesas de Custeio e de Investimento**. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/230881/>>. Acesso em: 26 out. 2018.

DAGNINO, Renato. Como é a universidade de que o Brasil precisa? **Avaliação (Campinas)**, v. 20, n. 2, p. 293-333, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n2/1414-4077-aval-20-02-00293.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2018.

DEUS, Sandra de Fátima Batista de. A valorização da Extensão universitária no Brasil. Entrevista concedida a Geraldo Ceni Coelho. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 8, n. 2, p. 121-124, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/6811>>. Acesso em: 21 set. 2018.

DUTRA, Thales Henrique et al. **Além da Vocação: a Construção de Caminhos da Extensão Universitária na UFV**. In SOUSA, Diogo Tourino de et al. (orgs). **Práticas e Reflexões na Extensão Universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa (MG): Editora UFV, 2017.

FAGUNDES, Jose. **Universidade e Compromisso Social: Extensão, Limites e Perspectivas** (Teses). Editora Unicamp, 1986.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **O título de doutor honoris causa ao rei dos belgas e a criação da URJ**. Rio de Janeiro: PROEDS/FE/UFRJ, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/104_maria_lurdes_a.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. Rev. e Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, M. T. L. **A Extensão Rural no Brasil**, um Projeto educativo para o capital. Coleção Educação popular n. 3. São Paulo: edições Loyola, 1985.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). **Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)**. Manoel Maximiano Juniors (orgs.) ... et al. Relatório de Pesquisa 2017. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande – EDUFCEG, 2017.

_____. **Carta-Manifesto de Natal.** XLIII Encontro Nacional FORPROEX - Natal/RN. Realizado em Junho/2018 em Natal/RN, 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_manifesto_de_Natal_2018.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2018.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2012.

_____. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Regimento Aprovado** em 26/11/2010, UFABC. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Regimento-Forproex-aprovado-26nov2010.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2018.

_____. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras:** estudo comparativo 1993/2004 / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. –2ª ed. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007 90 p. (Coleção Extensão Universitária; 5). ISBN: 978-85-85002-97. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Institucionalizacao-Extensao.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

_____. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização.** Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. -- Belo Horizonte: Coopmed, 2007a. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária,** 2001. (Extensão Universitária, v.1). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

_____. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento.** Universidade Federal de Brasília (UNB) — Brasília, 04 e 05 de novembro de 1987.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

Freitas Neto, J. A. A reforma universitária de Córdoba (1918):um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp.** v. 2. p. 62-73, 2011. Disponível em: http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf. Acesso em: 18 fev. 2018.

GATTI, B. A. **Avaliação da extensão universitária: da institucionalização às suas práticas.** In CALDERÓN, A.I.; SANTOS S. R. M. e SARMENTO D. F. (organizadores). Extensão Universitária: uma questão em aberto. São Paulo: editora Xamã, 2011.

GERALDO, Romário. **A extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e**

Tecnologia de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A7VPFX/tese_romario_julho_2015.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 out. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2016. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/37162>>. Acesso em: 24 set. 2018.

GUADILLA, C. G. **O compromisso social das universidades.** In CALDERÓN, A.I.; SANTOS S. R. M. e SARMENTO D. F. (organizadores). Extensão Universitária: uma questão em aberto. São Paulo: editora Xamã, 2011.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Revista sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 187-212, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v33n1/0102-6992-se-33-01-187.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2018.

JEZINE, Edineide Mesquita. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.

JEZINE, Edineide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. **Anais...** Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>>. Acesso em: 25 de outubro de 2018.

LIMA, Antônio Luiz de. **O Papel da UREMG no Desenvolvimento da Extensão.** In: SOUSA, Diogo Tourino de et al. (orgs). Práticas e Reflexões na Extensão Universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG): Editora UFV, 2017.

LIMA, Paulo Gomes. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Avaliação** (Campinas), v. 18, n. 1, p. 85-105, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/06.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

MANESCHY, P.; SANTOS, S. E. M.; GRINSPUN, M.. **Política cultural e a construção de uma proposta articuladora na extensão universitária.** In CALDERÓN, A.I.; SANTOS S. R. M. e SARMENTO D. F. (organizadores). Extensão Universitária: uma questão em aberto. São Paulo: editora Xamã, 2011.

MARQUES, Janote Pires. A “observação participante” na pesquisa de campo em Educação. **Educação em Foco**, n. 28, p. 263-284, 2016. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1221/985>>. Acesso em: 18 set. 2018.

MARQUES, Waldemar. **Estado, sociedade e educação superior no Brasil Império: o passado presente. Avaliação** (Campinas), v. 18, n. 3, p. 547-566, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2191/219128819003/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

MARTINS, H. G. **Educação a distância como potencial facilitadora da extensão universitária**. In CALDERÓN, A. I.; SANTOS S. R. M. e SARMENTO D. F. (organizadores). *Extensão Universitária: uma questão em aberto*. São Paulo: editora Xamã, 2011.

MEIRELLES, Fernando Setembrino Cruz; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos. **A Avaliação e a Construção de Indicadores**: um estudo sobre as principais diretrizes e suas repercussões para a avaliação da extensão. In: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão / Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira; textos: Sonia Regina Mendes dos Santos ... [et al.] – Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). **Censo da Educação Superior**. Resumos Técnicos e Sinopses Estatísticas. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 02 out. 2018.

_____. **Editais PROEXT 2016** - Programa De Apoio À Extensão Universitária MEC/SESu. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17188-proext-01-2016-edital&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 29 mai. 2018.

_____. Secretaria de Educação Superior. **Perfil da Extensão Universitária no Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica UERJ, 1995.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-24782009000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 ago. 2018.

MORAIS, Carlos. **Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística**. 2005.

MOTA, João Batista; GOMES, Silvana Guimarães Silva; LEONARDO, Estela da Silva. Extensão para a educação: a experiência de capacitação a distância do Espaço do Produtor. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 9, n. 1, p. 160-172, 2016. ISSN 1983-3652. Disponível em:

<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/10157/9619>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **A Construção da Extensão Universitária no Brasil: trajetória e desafios.** In: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão / Organização:** Maria das Dores Pimentel Nogueira; textos: Sonia Regina Mendes dos Santos ... [et al.] – Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

_____. **Políticas de extensão universitária brasileira.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

_____. **Onde falha o Plano Nacional de Extensão?** Interagir: Pensando a Extensão, Rio de Janeiro, n. 4, p. 9-13, ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/21099/15198>>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

_____. **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas.** Belo Horizonte (MG): PROEX/UFMG; o Fórum 2000.

_____. **Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual.** In: FARIA, D.S. (Org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p.57-72.

NEGRÃO, Patrícia Muratori de Lima e Silva; e CABRAL, Frederico Gonçalves de Castro. **A Semana do Fazendeiro: Avanços e Transformações.** In SOUSA, Diogo Tourino de et al. (orgs). Práticas e Reflexões na Extensão Universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG): Editora UFV, 2017.

OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225. Acesso em: 10 ago. 2018.

PAIM, A. **Os Novos Caminhos da Universidade.** Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1981. Coleção Pensamento Universitário, Volume XVIII.

PIMENTEL, Silvia Janaina; TINOCO, Lucia; PACHECO, Dalmir. A política de inclusão do Governo brasileiro a partir dos editais públicos de Extensão-ProExt. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, p. 21-23, 2015. ISSN 2386-7418. Disponível em: <<http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/479>>. Acesso em: 27 set. 2018.

RENEX – Rede Nacional de Extensão. **Cartas e Memória** - Encontros Nacionais do FORPROEX. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

RIBEIRO, Maria das Graças M. Educação Superior e Cooperação Internacional: O Caso da UREMG (1948-1969). **Intermeio**, v. 13, n. 25, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/intm/article/view/2546>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

RIBEIRO, Maria das Graças M. e SILVA, Fabricio Valentim da. **A Universidade Rural do Estado de Minas Gerais e a Extensão Rural nos Marcos de Acordos de Cooperação Bilateral Brasil-Estados Unidos (1948-1969)**. Capítulo do Livro: SOUSA, Diogo Tourino de (organizador). *Práticas e reflexões na extensão Universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa*. Viçosa (MG); Editora UFV, 2017.

RODRIGUES, Valéria Maria. **O programa de extensão universitária Proext no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13999/1/ProgramaExtensaoUniversitariaProex.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2011.

SANTOS, Sonia Regina Mendes dos; MEIRELLES, Fernando Setembrino Cruz; SERRANO, Rossana Souto Maior. **Avaliação e Extensão: dos conceitos fundamentais a reflexões sobre a prática**. In: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão / Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira; textos: Sonia Regina Mendes dos Santos ... [et al.]** – Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

SILVA, M. G. Universidade e Sociedade: cenários da extensão universitária? Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Anais...** Caxambu, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1101T.PDF>. Acesso em: 13 fev. 2018.

SILVA, Maria Auxiliadora; Toledo Junior, Rubens (Orgs.). **Encontro com o pensamento de Milton Santos: a interdisciplinaridade na sua obra**. Salvador: Editora da universidade federal da Bahia (EDUFBA), 2006.

SILVA, Rafael Rodrigues; TEIXEIRA, Maria Rafaela Soares; DE LIMA RODRIGUES, Flavia Tatiane Ribeiro. Uma análise da gestão de projetos de extensão de uma Instituição Federal de ensino. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 7, n. 3, p. 150-171, 2016. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/502>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVA, Uiara Maria da. **Extensão Universitária em uma Universidade de Tradição Agrária: uma Comunidade Transformada**. In SOUSA, Diogo Tourino de et al. (orgs). *Práticas e Reflexões na Extensão Universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa*. Viçosa (MG): Editora UFV, 2017.

SOUSA, Diogo Tourino. **90 anos, e Depois?** O Lugar da Universidade e o Papel da Extensão numa Sociedade Democrática. In SOUSA, Diogo Tourino de et al. (orgs). *Práticas e Reflexões na Extensão Universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa*. Viçosa (MG): Editora UFV, 2017.

SOUZA, Gezilda Borges de. **Extensão Universitária em Campo:** Possibilidades para a Formação dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia (Dissertação). Orientadora: Profa. Dra. Renata Meira Vêras. Salvador-BA, Universidade Federal da Bahia, 2014.

SOUZA NETO, J. C. e ATIK, M. L. G. **Extensão Universitária:** uma construção de solidariedade. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.

TAKAHASHI, L. B. D. R.. **Gestão universitária frente à inovação:** estudo empírico no HU/UFSC. Belo Horizonte (MG). **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde (RAHIS)**, v. 11 n. 3, p. 190-204, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/31854/gestao-universitaria-frente-a-inovacao-estudo-empirico-no-hu-ufsc>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC) –Unesco –Caracas. **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre – Brasil. Novembro de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Atividades 2018**. Ano base 2018. Viçosa (MG).

_____. **90 anos UFV (1926-2016):** uma viagem pela história da instituição. Gustavo Soares Sabioni, José Marcondes Borges e João Batista Mota (organizadores). Viçosa (MG): UFV, 2016.

_____. **Regimento Geral da Universidade Federal de Viçosa.** Regimento aprovado pelo Conselho Universitário em sua 245ª reunião, de 24.2.2000. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/?page_id=153>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. **Estatuto da Universidade Federal de Viçosa.** Estatuto aprovado pelo Conselho Universitário em sua 231ª reunião, de 16 e 17.12.98; aprovado pela Portaria nº 768, de 14.5.99, do Ministro de Estado da Educação (à luz do Parecer nº 354/99 – CESu/CNE), publicada no DOU de 18.5.99; averbado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte, em 27.9.99. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/?page_id=151>. Acesso em: 11 nov. 2018.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é Universidade.** 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

2018

